Jornal **O DIA** SP

Fundado em 5 de abril de 1933

www.jornalodiasp.com.br TERÇA-FEIRA, 23 DE ABRIL DE 2024 Nª 25.636 Preço banca: R$ 3,50

Beneficiários do INSS começam a receber o 13º a partir de quarta-feira

Os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) começam a receber a primeira metade da parcela do 13º salário, a partir da quarta-feira (24). Em geral, a primeira parcela do abono anual, também conhecido como 13º dos beneficiários da Previdência Social, ocorre em agosto de cada ano.

No mês passado, o governo federal determinou a antecipação do pagamento das duas parcelas do 13º salário a 33,6 milhões de beneficiários. De acordo com dados da folha de pagamentos, o volume de recursos só com a primeira parcela do benefício injetará R$ 33,68 bilhões na economia brasileira.

O valor antecipado corresponde a 50% do total do abono anual e sobre a primeira parcela não incide desconto de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF). Nos casos em que é possível a cobrança, o imposto será descontado somente na segunda parcela do 13º.

Calendário

O calendário de pagamentos leva em conta o número final do cartão de benefício, sem considerar o último dígito verificador, que aparece depois do traço, também chamado de Número de Identificação Social (NIS). Página 3

Não houve invasão externa em sistema do Tesouro, diz Haddad

Página 14

Dólar cai para R$ 5,16 à espera de dados nos Estados Unidos

Página 4

Governo facilita crédito e renegocia dívidas de pequenos negócios

Foto/Marcelo Camargo/ABr

Página 14

Prefeitura estimula habitação de interesse social no Centro com incentivos para novos empreendimentos

Incentivar a chegada de novos moradores, qualificar a vida de quem já vive na região e proporcionar um ambiente atraente para investimentos são a melhor forma de requalificar o Centro de São Paulo.

Exemplo disso é o caso do empreendimento construído na Rua General Jardim, 384, Consolação. A edificação vai atender, majoritariamente, famílias com renda mensal de até 6 salários-mínimos. Página 2

Dívida soberana global deve se tornar foco de atenção, diz Campos Neto

Página 3

Mudanças climáticas afetam saúde de 70% dos trabalhadores no mundo

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) alerta que mais de 70% dos trabalhadores e trabalhadoras que integram a força de trabalho global estão expostas a graves riscos para a saúde em razão das mudanças climáticas. Os dados constam de um relatório, divulgado na segunda-feira (22) pela organização.

O documento indica que mais de 2,4 bilhões de pessoas, de uma força de trabalho global de 3,4 bilhões estão, provavelmente, expostas ao calor excessivo em algum momento da sua jornada de trabalho.

Os dados são de 2020. A OIT afirma que as medidas de segurança e saúde no trabalho encontram dificuldades para se adequar a essa nova realidade. De acordo com o documento, inúmeras condições de saúde dos trabalhadores estão associadas às mudanças climáticas, incluindo câncer, doenças cardiovasculares, respiratórias, disfunções renais e problemas de saúde mental.

Segundo a OIT, o cenário é de 1,6 bilhão de trabalhadores expostos à radiação ultravioleta (UV), com mais de 18.960 mortes anual, devido ao câncer da pele não melanoma; e 1,6 bilhão de pessoas, provavelmente expostas à poluição atmosférica no local de trabalho, resultam em até 860 mil mortes ao ano, entre as pessoas que trabalham ao ar livre.

O documento aponta ainda mais de 870 milhões de trabalhadores na agricultura, provavelmente expostos a pesticidas, com mais de 300 mil mortes atribuídas ao envenenamento; e 15 mil mortes resultado à exposição a doenças parasitárias e transmitidas por vetores.

Para a Organização, as considerações sobre saúde e segurança no trabalho devem fazer parte das respostas às mudanças climáticas. O relatório cita o exemplo de alguns países que implementaram medidas de mitigação dos impactos das mudanças climáticas - tais como medidas de eficiência energética - nos locais de trabalho, e mudanças na legislação para abordar especificamente o calor excessivo no ambiente laboral.

Entre as alterações, estão a observação de limites máximos de temperatura e diretrizes para medidas adaptativas, a exigência de proteção extra; alteração nas listas de doenças ocupacionais, limites de exposição ocupacional, treinamento e informação, avaliação de riscos e medidas preventivas no local de trabalho. (Agência Brasil)

Esporte

Max Verstappen conquista vitória inédita na China

O retorno da Fórmula 1 à China após cinco anos não poderia ter sido melhor para Max Verstappen. Depois do triunfo na sprint race, a corrida curta de sábado, o piloto da Red Bull não teve dificuldade alguma para vencer o GP de ponta a ponta na madrugada de domingo. Seu companheiro de equipe, Sergio Pérez, foi ao pódio em terceiro lugar.

Foi a primeira vitória de Verstappen na China. Agora, do atual calendário ele só não ganhou ainda em Singapura. "Acho que sobrevivemos muito bem às relargadas. Página 8

Foto/Red Bull Content Pool

Max *Verstappen e Sergio Pérez*

Brasileiro Augusto Farfus vence no Campeonato Mundial de Endurance

Teve vitória brasileira nas 6 Horas de Ímola, segunda etapa do Campeonato Mundial de Endurance (WEC), realizada no domingo (21) no Autódromo Enzo e Dino Ferrari. O brasileiro Augusto Farfus, pilotando um dos BMW M4 da Team WRT, foi o vencedor na categoria GT3 em parceria com o britânico Darren Leung e o indonésio Sean Gelael. O McLaren 750S GT3 número 59, que tem o brasileiro Nicolas Costa, ficou na 11ª posição na LMGT3. A vitória na classificação geral e na classe Hypercar ficou com o trio Mike Conway, Kamui Kobayashi e Nyck de Vries, que largou na sexta posição com o Toyota GR010 Hybrid. Página 8

Kartismo: AKSP Master Challenge teve outra etapa disputadíssima

Foto/ Emerson Santos

As *provas do AKSP Master Challenge são decididas na linha de chegada*

Com novos vencedores e boas resenhas nos bastidores, o GP Rolley Beach, quarta etapa da temporada do AKSP Master Challenge e terceira do Interlagos Trophy, disputado no Kartódromo de Interlagos, foi um show de disputas.

Após as quatro etapas os líderes do AKSP Master Challenge são Gabriel Vitorino (Light), Allan Félix Espadrezani (Graduados), André dos Reis (Elite), Marco Verga (Sênior) e Janaina Zoumbounelos (Mulheres em Ação). Estes mesmos pilotos são os ponteiros no torneio de Interlagos.

Na prova da Light, disputada sob garoa, Kauê Gomes conquistou a pole position, mas Gabriel Vitorino assumiu a ponta ainda na primeira volta, pra vencer pela terceira vez na temporada e ampliar a liderança no campeonato. Em segundo terminou Kauê Gomes e Ricardo Tiecher. A volta mais rápida (1min00s014) foi de Rodrigo Garcia, quinto colocado. Página 8

Liga Esportiva NESCAU® chega à região sul e estreia em Curitiba com 11 modalidades

Foto/ LIGA Esportiva NESCAU®

Beach *Tennis*

A Liga Esportiva NESCAU®, maior campeonato poliesportivo estudantil do Brasil e pioneiro em unir modalidades adaptadas e não adaptadas em um só lugar, desembarcará em Curitiba, no próximo dia 27 (sábado), no Clube Social Paraná. Esta é a primeira vez que o evento é realizado no Paraná desde sua estreia, em 2015. Com a presença dos embaixadores Gean Sampaio – influencer e educador físico – e Bboy Luan San – atleta da modalidade Breaking, estilo de dança urbana –, o evento contará com 11 práticas esportivas, entre modalidades, desafios e oficinas.

Dentre as modalidades, crianças e adolescentes entre 7 e 17 anos poderão participar no Basquete, Futebol Society, Tênis de Mesa e Beach Tênis. Na modalidade adaptada, o esporte é o Tênis de Mesa. Já para os desafios, as opções serão Chute ao Gol, Arremesso 3 Pontos e uma versão gigante do clássico Twister. Página 8

Estado de SP quer zerar "fila" de 260 mil análises do Cadastro Rural

O Governo de São Paulo, por meio da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, orienta os proprietários de imóveis rurais sobre a importância da regularização do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Os esforços buscam "zerar" fila de cerca de 260 mil cadastros que já estão com análises disponibilizadas e aguardam a verificação por parte dos produtores.

Em março de 2023, o Estado de SP atingiu a marca de 423,5 mil cadastros processados, sendo que 91% já tiveram as análises concluídas no sistema. Para reforçar a necessidade de regularização das propriedades, o governo paulista lançou a campanha "Aceite seu CAR".

Instituído pela Lei Federal 12.651/12, o cadastro é um registro público eletrônico nacional, obrigatório a todos os proprietários de imóveis rurais. Tem o objetivo de integrar as informações ambientais das propriedades rurais, compondo uma base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.

Desta forma, o CAR é condição prioritária para diversas operações junto a órgãos de registro de imóveis, licenciamento ambiental e obtenção de financiamentos em instituições públicas ou privadas.

"Com um sistema exemplar de Cadastro Ambiental Rural (CAR), São Paulo não apenas trilha o caminho para a preservação de nossas preciosas terras agrícolas e florestas, mas também inspira nações e estados. Pedimos aos produtores que juntem-se a nós nesta jornada verde, que é o caminho para um futuro sustentável", destaca o secretário Guilherme Piai.

A verificação das análises é determinante para o avanço do processo de regularização ambiental. É nesta fase que os interessados têm a oportunidade de validar e/ou atualizar as informações declaradas e checar possíveis pendências apontadas pelo sistema.

Desta forma, o cadastro aponta a existência de passivo de vegetação nativa a recompor ou excedente de vegetação nativa existente no imóvel rural. A etapa de verificação tem as opções de aceite – total ou parcial – ou recusa total dos resultados.

São Paulo tem mais de 15 mil vagas de emprego abertas

O estado de São Paulo tem atualmente 15.693 vagas de emprego disponíveis pelos Postos de Atendimento ao Trabalhador (PATs), da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico.

São 6.544 vagas na capital paulista e na Grande São Paulo. Já no interior, há 8.482 postos disponíveis, e no litoral, 667.

Além da região metropolitana de São Paulo, destacam-se as regiões administrativas de Campinas, com 3.927 oportunidades de emprego; e a de Sorocaba, com 1.454.

Elas são seguidas pelas regiões do Vale do Paraíba, com 908 vagas disponíveis; Araçatuba, que tem 759; e Araraquara, com 472 oportunidades abertas.

Ao todo, são mais de 500 profissões com vagas disponíveis. As ocupações com o maior número de postos abertos são as de Auxiliar de Logística, Alimentador de Linha de Produção, Faxineiro, Operador de Telemarketing Ativo e Atendente de Lanchonete.

Os números de vagas de emprego são atualizados diariamente pela Secretaria do Desenvolvimento Econômico.

Além das vagas, os PATs também oferecem atendimento e serviços gratuitos para trabalhadores, como a habilitação ao Seguro-Desemprego e orientação para a emissão da Carteira de Trabalho.

Para mais informações, você pode acessar o Portal do Governo de São Paulo, procurar o Posto de Atendimento ao Trabalhador mais próximo de você ou a prefeitura do seu município.

Prefeitura estimula habitação de interesse social no Centro com incentivos para novos empreendimentos

Incentivar a chegada de novos moradores, qualificar a vida de quem já vive na região e proporcionar um ambiente atraente para investimentos são a melhor forma de requalificar o Centro de São Paulo. Exemplo disso é o caso do empreendimento construído na Rua General Jardim, 384, Consolação. A edificação vai atender, majoritariamente, famílias com renda mensal de até 6 salários-mínimos.

Na segunda-feira (22), o prefeito Ricardo Nunes visitou o local e assinou a nova regulamentação para a Área de Intervenção Urbana do Setor Central (AIU-SCE), que é uma das apostas do Município para requalificar o centro da cidade.

"A gente traz uma legislação mais rápida, a possibilidade de os empreendedores construírem mais do que o permitido pela lei normal e é um grande incentivo", disse o prefeito.

Esse é um dos diversos exemplos de empreendimentos de habitação com obras concluídas ou em andamento para a região central. No caso do prédio da General Jardim, o município concedeu diversos incentivos para viabilizar sua construção, como isenção de outorga onerosa - a contrapartida financeira paga ao município para o interessado construir nos limites máximos construtivos. O empreendimento também obteve o direito de construir 50% a mais do que era previsto para a área do terreno.

"A parceria com a Prefeitura de São Paulo é imprescindível. Semanalmente a gente vai na prefeitura, nas secretarias e a gente encontra não apenas técnicos, consultores, mas, sim, conselheiros, amigos que estão principalmente alinhados e com o mesmo propósito da Magik JC, que é transformar o centro de São Paulo em um local ainda melhor para viver, trabalhar, curtir, fazer esportes", contou o proprietário da construtora Magik JC, Andre Czitrom. "Sem leis, sem os benefícios que a gente tem pela prefeitura para realizar os projetos de Habitação de Interesse Social isso não seria possível", complementou.

A Prefeitura tem como diretriz promover o acesso à moradia para famílias de baixa renda, incentivando e atraindo o empreendedor para a região. Nesse sentido, desde 2021, mais de 31 mil habitações foram licenciadas no centro da cidade, com destaque para a Habitação de Interesse Social (HIS) e Habitação de Mercado Popular (HMP). Desse total, 14.378 estão no perímetro da Área de Intervenção Urbana do Setor Central (AIU-SCE).

Requalificação do Centro em números

Prefeitura de São Paulo tem priorizado de forma inédita a requalificação da região central com iniciativas desenvolvidas em diferentes escalas de intervenção urbana.

A Área de Intervenção Urbana do Setor Central (AIU-SCE), aprovada na Lei 17.844/2022, tem como premissa o adensamento populacional e construtivo na região, com diversos incentivos para a população mais vulnerável. Nesta segunda-feira, o plano urbanístico ganhou nova regulamentação. Clique aqui para saber mais.

O Município também instituiu o Requalifica Centro (Lei 17.577/21), programa que concede incentivo fiscal e urbanístico para atrair investidores na recuperação de prédios antigos. Até o momento 13 projetos de retrofit foram aprovados pela Prefeitura, totalizando 1.275 unidades habitacionais viabilizadas pela iniciativa privada.

Além disso, mais de 31 mil moradias populares foram licenciadas no centro da cidade desde 2021, com destaque para a Habitação de Interesse Social (HIS), destinadas a famílias com renda mensal de até seis salários-mínimos.

Para além dessas ações, centenas de imóveis particulares passaram a ter uso adequado nos últimos anos na região central de São Paulo após atuação da Prefeitura para o combate à ociosidade. A Prefeitura já notificou 1.580 imóveis apenas na região central por descumprirem a Função Social da Propriedade, ou seja, por estarem sem ocupação, sem edificação ou com edificações cuja área não atinge o coeficiente de aproveitamento mínimo estabelecido por lei. Desse total, 352 proprietários deram aproveitamento ao imóvel no Centro.

Tribunal de Contas pede cronograma atualizado de obras no Pacaembu

O Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TSMSP) convocou mesa técnica para quinta-feira (25) para que a concessionária responsável pelo Estádio do Pacaembu - Allegra Pacaembu - e a prefeitura paulistana apresentem um cronograma atualizado e explicações referentes às obras do complexo esportivo.

A medida, segundo o tribunal, ocorre "diante da constatação de problemas de segurança no Estádio do Pacaembu, pela prefeitura de São Paulo, que resultaram no cancelamento do show do cantor Roberto Carlos na última sexta-feira".

O tribunal informou que, desde o lançamento do edital, acompanha a concessão, sob relatoria do Conselheiro Domingos Dissei. "O processo de análise de execução contratual intensificará a rotina de visitas ao local, que agora passam a acontecer semanalmente", diz nota do órgão.

Em junho do ano passado, o tribunal já havia realizado uma mesa técnica para conhecer a evolução do cronograma, o trabalho da comissão de transição e a situação dos estudos do pedido de reequilíbrio.

Segundo a prefeitura, a decisão de cancelamento do show foi tomada após equipes dos bombeiros e do Departamento de Controle e Uso de Imóveis (Contru), órgão associado à Secretaria de Habitação, constatarem irregularidades no local, como falta de saídas de emergência, inexistência de sinalização de rotas de fuga, portas de saídas de emergência sem barras antipânico, piso irregular e inacabado devido a obras e sistema de detecção de incêndio inoperante.

No laudo, o Corpo de Bombeiros afirmou ainda que não foi apresentado Projeto Técnico para Ocupação Temporária em Edificação Permanente (PTOTEP), contendo as devidas medidas de segurança contra incêndio.

A previsão inicial era de que, em janeiro deste ano, a nova arena já pudesse receber a final da Copa São Paulo de Futebol Júnior. A Federação Paulista de Futebol (FPF), que organiza o torneio, chegou a confirmar que o jogo seria disputado no Mercado Livre Arena Pacaembu, mas como as obras ainda não terminaram e, alegando "falta de segurança", a federação decidiu transferir a final do campeonato para a Neo Química Arena, do Corinthians. (Agência Brasil)

Iamspe inaugura Unidade de Cuidados Personalizados do Pronto-Socorro no HSPE

O Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (Iamspe), órgão/ligado/à Secretaria de Governo e Gestão Digital (SGGD), inaugurou na sexta-feira (19) a Unidade de Cuidados Personalizados do Pronto-Socorro do Hospital do Servidor Público Estadual.

O espaço foi estruturado para atender pacientes do Pronto-Socorro que não têm indicação de internação na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e que ainda não estão estáveis o suficiente para internação na enfermaria.

O setor conta com dez novos leitos separados em quartos individuais, que possuem equipamentos para dar suporte a tratamentos intensivos, como, por exemplo, a diálise. A ala ainda conta com uma sala de medicação e cuidados de enfermagem e um conforto médico. A equipe, composta por médicos, residentes e equipe de enfermagem, trabalha 24h.

"A Unidade de Cuidados Personalizados traz mais conforto e segurança aos pacientes que precisam de atenção direcionada. Agora, eles podem contar com uma estrutura própria e equipe dedicada, com uma visão mais holística, além de auxiliar na melhora do fluxo do PS", afirma o cardiologista Dr. Werlley Januzzi, coordenador da unidade no Pronto-Socorro do HSPE.

"Garantir a segurança assistencial e a melhor experiência do paciente é o nosso principal objetivo, por isso seguimos trabalhando no ciclo de melhorias dos nossos processos, estrutura e principalmente no acolhimento aos usuários do Iamspe", afirma o Dr. Marcelo Itiro Takano, Diretor do HSPE.

Dia da Terra: em 1 ano, Metrô de SP evita emissão de quase 650 toneladas de CO²

O Metrô de São Paulo tem a sustentabilidade como norte de suas ações e projetos de expansão da rede. No último ano, o modal evitou a emissão de 648 mil toneladas de CO2 na atmosfera, gerando ganhos sociais calculados em quase R$ 13 bilhões. Na comparação com o ano anterior, as emissões de carbono da empresa reduziram 3% em 2023.

A companhia estadual ainda registrou queda de mais de 20% no consumo de energia de tração dos trens entre 2015 e 2023. A melhora vem acompanhada de um aumento na demanda de passageiros, que foi de 7% entre 2022 e 2023, indicando ganho de eficiência energética.

Neste 22 de abril em que se é comemorado o Dia da Terra, o Metrô de São Paulo se mostra como bom exemplo de adoção de boas práticas ambientais, sociais e de governança. Desde o último mês, a empresa está na lista das 100 empresas mais influentes em mobilidade urbana, um reconhecimento à sua agenda ESG (meio ambiente, social e governança). O ranking é baseado em estudo desenvolvido pelo Parque da Mobilidade Urbana, da Plataforma Connected Smart Cities, em parceria com o Mobilidade Estadão.

Uma das ações a se destacar são os testes realizados com turbinas eólicas nos túneis da Linha 2-Verde do Metrô, em parceria com o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), com o objetivo de encontrar soluções sustentáveis que possam ser escaladas no sistema. Durante os testes foram gerados 2kw/dia com o deslocamento de ar pela movimentação dos trens – o que é suficiente para iluminar túneis ou uma estação de médio porte, por exemplo.

CESAR NETO

www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

Com o prefeito Ricardo Nunes (MDB) apostando em taxis executivos e acessíveis, além de mais de 3,5 mil novos alvarás, o fato aponta pro trabalho do vereador Adilson Amadeu (União), único de família de taxistas, com 5 mandatos no parlamento

PREFEITURA (São Paulo)

O que diz o prefeito Nunes (MDB) em relação a sua Guarda Civil Metropolitana seguir apoiando a agora politicamente mais poderosa [que a Polícia Civil] Polícia Militar, nas ruas, agora com termo circunstanciado sem B.O nas delegacias ?

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Como anda a relação dos deputados e deputadas eleitos com históricos na Polícia Civil e seus colegas, eleitos com histórico na Polícia Militar? Dois históricos, que não tem papas nas línguas, poderiam dizer. O delegado Olim (PP) e capitão Conte Lopes (PL)

GOVERNO (São Paulo)

Tarcísio Freitas (Republicanos) segue tentando negar a crise entre Polícia Militar do Secretário (Segurança) Derrite e Polícia Civil, cuja cúpula de delegados passou 2023 dizendo que havia uma forte integração nas ações [de rua e de delegacias] entre elas

CONGRESSO (Brasil)

Frentes parlamentares acusam de crimes reiterados as invasões de terras do MST neste mês do 'abril vermelho'. Já em São Paulo, como o deputado Boulos (PSOL) tá em campanha pra prefeitura, não tem rolado muitas invasões de imóveis pelo MTST

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Lula (dono do PT) no 3º governo tá tendo que se empenhar nas negociações com o Congresso. Tanto, que tá cobrando o vice Alckmin e o ministro (Fazenda) Haddad pra serem políticos profissionais [de resultados]. Menos fala mansa, mais ações práticas

PARTIDOS (Brasil)

Quantos dos partidos estão a favor do X [ex-twitter] consideram censuras algumas ações do Supremo e TSE e quantos são contra regulamentações das redes [hoje mídias] que deverão usar - com inteligência artificial dominando - nas eleições 2024

JUSTIÇAS (Brasil)

Agora que a inteligência artificial já domina boa parte da Internet, tá ficando bem mais simples pros TREs estaduais e DF, como também pro TSE, decidir em termos do que ainda pode e do que ainda não pode nas legislações dos partidos políticos e nas eleições ...

ANO 32

O jornalista Cesar Neto assina esta coluna de política na imprensa [Brasil] desde 1993. Recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara [São Paulo] e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia [Estado São Paulo], como referência das liberdades possíveis

cesar@cesarneto.com

Jornal **O DIA** S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Angelo Augusto D.A. Oliveira
Mtb. 69016/SP

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50
Impressão: Grafica Pana

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Beneficiários do INSS começam a receber o 13º a partir de quarta-feira

Os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) começam a receber a primeira metade da parcela do 13º salário, a partir da quarta-feira (24). Em geral, a primeira parcela do abono anual, também conhecido como 13º dos beneficiários da Previdência Social, ocorre em agosto de cada ano.

No mês passado, o governo federal determinou a antecipação do pagamento das duas parcelas do 13º salário a 33,6 milhões de beneficiários. De acordo com dados da folha de pagamentos, o volume de recursos só com a primeira parcela do benefício injetará R$ 33,68 bilhões na economia brasileira.

O valor antecipado corresponde a 50% do total do abono anual e sobre a primeira parcela não incide desconto de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF). Nos casos em que é possível a cobrança, o imposto será descontado somente na segunda parcela do 13º.

Calendário

O calendário de pagamentos leva em conta o número final do cartão de benefício, sem considerar o último dígito verificador, que aparece depois do traço, também chamado de Número de Identificação Social (NIS).

O dinheiro será depositado junto com o benefício referente ao mês de abril, pago entre 24 de abril e 8 de maio. Os segurados com benefício com dígito final 1 e que ganham até um salário mínimo vigente (R$1.412) serão os primeiros a receber e, assim, por dia diante. A segunda parcela do 13º salário do INSS de 2024 será paga com os benefícios regulares de maio, creditado entre o fim de maio e o início de junho.

Quem tem direito

Recebem o abono os segurados e pensionistas da Previdência Social que durante o ano de 2024 tenham recebido aposentadoria, auxílio por incapacidade temporária, auxílio-acidente, pensão por morte ou auxílio-reclusão.

O 13º é devido a aposentados, pensionistas, além de pessoas que receberem, ao longo de 2024, benefícios temporários, como auxílio por incapacidade temporária e auxílio-reclusão. Nesses casos temporários, o valor é proporcional ao tempo de recebimento do benefício.

Quem recebe salário-maternidade também tem direito ao 13º proporcional. Porém, ele é pago junto com a última parcela do salário-maternidade e, por isso, a pessoa não recebe o valor extra junto com os demais beneficiários, agora.

O décimo terceiro não é pago a quem recebe o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Os idosos e as pessoa com deficiência com BPC não têm direito a essa parcela adicional.

Como consultar

Os segurados podem consultar o número do cartão do benefício no site e pelo aplicativo Meu INSS, disponível para smartphones com sistemas Android e iOS. Nos dois casos, é necessário fazer login e senha no portal Gov.br.

Para acessar todos os detalhes sobre o pagamento do benefício, basta clicar no serviço "Extrato de pagamento". (Agência Brasil)

Governo do Paraná e Airbnb lançam rota para promover turismo sustentável no Litoral

O Governo do Estado e o Airbnb lançaram na segunda-feira (22), no Palácio Iguaçu, a rota de turismo sustentável "Coração da Mata Atlântica: segredos do Paraná". O roteiro foi apresentado pelo governador Carlos Massa Ratinho Junior e diretores da empresa e vai contar com uma página especial dentro da plataforma do Airbnb para promover viagens que valorizam a cultura e a economia das comunidades locais nas áreas do bioma, no Litoral do Paraná.

Localizada no maior remanescente da Mata Atlântica do Brasil, a rota vai passar pelos municípios de Morretes, Antonina e Guaraqueçaba, valorizando o empreendedorismo sustentável e destinos turísticos como o Caminho do Itupava, o Pico do Paraná, o Parque Estadual Pico do Marumbi e a Ilha de Superagui, além de empreendimentos particulares na região.

A iniciativa faz parte do programa Vocações Regionais Sustentáveis (VRS), da Invest Paraná, que incentiva o desenvolvimento econômico sustentável de diferentes regiões paranaenses, inclusive o Litoral. O programa trabalha com as comunidades locais para inserir valor comercial à produção de pequenos empreendedores, sem deixar de lado processos tradicionais e históricos de produção.

A parceria, destacou Ratinho Junior, demonstra o novo momento do Litoral do Paraná, além de aproveitar a vocação da região para o turismo de natureza para gerar emprego e renda. "Todo o potencial do Litoral do Paraná, em especial na região de Morretes, Antonina e Guaraqueçaba, que fica no coração da Mata Atlântica, vai ser divulgado em todo o planeta, porque o Airbnb é uma empresa global e a maior plataforma de hospedagem do mundo", disse.

"Isso representa um potencial gigante para a atração de mais turistas ao Estado, o que vai se refletir na geração de emprego, fortalecendo negócios de gastronomia, pousadas, hospedagens e transporte", destacou o governador. "Estamos conseguindo atrair grandes iniciativas ao Litoral, com muita criatividade, trabalho e planejamento. Já tivemos os cruzeiros internacionais, que trouxeram 30 mil turistas à região, e agora mais essa opção para fortalecer o turismo sustentável".

O projeto Rotas Airbnb, que tem agora nove roteiros no Brasil, é uma iniciativa da plataforma de hospedagem para promover destinos sustentáveis, que valorizam a cultura e a economia das comunidades locais. "A inclusão do Paraná entre as rotas do Airbnb reforça o compromisso da plataforma em unir forças em prol de um turismo sustentável e ecologicamente correto, além de estimular o turismo doméstico", explicou Aleksandra Ristovic, gerente de Relações Institucionais e Governamentais do Airbnb no Brasil.

"Esse tipo de cooperação é importante porque fortalece a divulgação de destinos e experiências, com a movimentação da economia local. Por meio da parceria com a Invest Paraná, a inclusão do Estado aos destinos do Rotas Airbnb agrega um rico conhecimento compartilhado com a comunidade de anfitriões e viajantes", ressaltou Aleksandra.

O secretário estadual do Turismo, Marcio Nunes, destacou que a iniciativa promove segmentos que têm crescido muito, como o turismo de natureza, de aventura e de base comunitária. "Depois da pandemia, houve uma mudança muito grande no comportamento das pessoas, que passaram a buscar esse tipo de turismo responsável e sustentável", salientou.

Para auxiliar os empreendedores locais a aproveitarem o potencial da rota, a Invest Paraná, em parceria com a Secretaria de Estado do Turismo e a Grande Reserva Mata Atlântica, está com uma chamada pública aberta para selecionar propriedades turísticas para um programa de incubação e capacitação. As inscrições podem ser feitas até 30 de abril.

Podem participar pessoas físicas e jurídicas que ofereçam serviços de acomodação e hospedagem, visitação à propriedade e experiências turísticas, passeios ou tours e de gastronomia e alimentação. Serão selecionados 30 participantes dos três municípios que fazem parte da rota. Eles serão acompanhados ao longo do programa e terão acesso a um pacote de benefícios personalizados, relacionados à gestão, finanças, marketing e boas-práticas.

"Estamos trabalhando desde 2021 com as comunidades locais, oferecendo oficinas, fazendo pesquisas de campo e também buscando parceiros como o Airbnb", explicou o gerente de Desenvolvimento Econômico da Invest Paraná, Bruno Banzato. "Essa rota entrega aquilo que a comunidade nos demandou, que é integrar o turismo nessas três cidades do Litoral Norte do Paraná, para que o turista conheça os diversos atrativos disponíveis nesses locais".

A rota destaca atrativos da Serra do Mar e do Litoral, onde fica parte considerável do maior remanescente contínuo de Mata Atlântica no Brasil, com uma grande diversidade de fauna e flora. Ela inclui destinos como a Estrada da Graciosa, o Parque Estadual Pico do Marumbi, as cachoeiras na Serra do Mar, as ilhas de Guaraqueçaba, entre outros.

Na rota é possível percorrer caminhos históricos, como o do Itupava, que ligava o planalto à costa; conhecer a culinária e os costumes locais, que vão desde o barreado até o fandango caiçara; aproveitar atrativos como montanhas, rios e cachoeiras e praticar atividades como canoagem, rafting e trekking. Na página do projeto, o Airbnb também destaca empreendedores locais que contam com hospedagens e oferecem experiências turísticas ao longo desse percurso.

Tatiana Perim, diretora-executiva e fundadora do Ekôa Park, empreendimento ecológico localizado em Morretes, destacou que a nova rota valoriza o turismo de base comunitária e os negócios locais que se preocupam com a preservação do meio ambiente. "Ter o Airbnb, que é uma empresa mundial, olhando para o Paraná já nos causa muito orgulho. E essa rota interligando os três municípios certamente vai potencializar o turismo, trazendo o desenvolvimento sustentável inclusivo, continuando com a preservação do meio ambiente que é o grande ativo dessa região", disse.

"Esse trabalho valoriza a Grande Reserva da Mata Atlântica e os empreendimentos locais. Os empresários passam a entender a importância da preservação do bioma, mostrando o valor de manter a floresta em pé", ressaltou o diretor-executivo da Adetur Litoral, José Reis de Freitas Neto.

Lançado em 2020 pela Invest Paraná para aprimorar as cadeias de valor dos produtos típicos e sustentáveis do Estado, o programa Vocações Regionais Sustentáveis promove produtos e destinos que unem história, cultura, conhecimento e riquezas naturais. A ideia é incentivar os pequenos produtores rurais e as comunidades tradicionais a ganhar novos mercados, além de valorizar a bioeconomia regional.

O programa está alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), unindo conhecimentos tradicionais aos científicos e tecnológicos, com apoio da gestão pública. Por meio da metodologia Value Links 2.0 e com a colaboração de mais de 30 parceiros institucionais, o programa visa incentivar pessoas e fomentar a criação de processos inovadores que mantenham a floresta em pé, ao mesmo tempo em que geram fontes de renda. (AENPR)

Dívida soberana global deve se tornar foco de atenção, diz Campos Neto

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse na segunda-feira (22) que a dívida soberana deve se tornar foco internacional de atenção em breve. "Em algum momento, vai virar um tema de sustentabilidade da dívida e o fiscal vai ficar mais no foco", disse no evento organizado pela Legend Investimentos.

"O que acontece é que a gente tem que parar e pensar. Se a gente somar Japão, Estados Unidos e Europa, isso mais ou menos dá dois terços da dívida soberana mundial. Se dois terços da dívida soberana mundial custavam 1% para rolar essa dívida e agora custa 3,2%, multiplicou por três. E, além disso, essa dívida subiu 25% durante a pandemia", ressaltou.

"A gente fez uma coisa muito boa, que foi um programa mundial, e local também, de enfrentamento à pandemia, que foi muito bom, mas o custo disso é que ficou uma dívida muito grande que a gente precisa pagar. Então, a gente precisa entender que agora, em algum momento, a gente precisa falar de como a gente vai conseguir pagar essa dívida de forma eficiente", avaliou.

Campos Neto disse que é preciso achar soluções privadas para sair dessa crise fiscal, no contexto mundial e no Brasil. "O mercado hoje tem uma percepção de que, qualquer problema, os governos vão vir e vão resgatar os mercados. O problema é que esses resgates todos são feitos com dívida. E a gente está cada vez, globalmente falando, com menos espaço para isso. Então, o ponto que eu sempre tenho levantado é que a gente precisa achar soluções privadas para sair dessa crise", defendeu. (Agência Brasil)

Polícia Militar do Rio analisa origem de 492 fuzis apreendidos em 2023

Mais de 90% dos fuzis apreendidos no ano passado pela Polícia Militar do Rio de Janeiro foram fabricados em outros países. O maior número de apreensões ocorreu em áreas do estado onde há disputas de território entre facções criminosas rivais. As duas constatações fazem parte de um estudo da Subsecretaria de Inteligência (SSI)da Secretaria de Estado de Polícia Militar, que analisou a apreensão de 492 fuzis em 2023.

Um aspecto abordado no estudo da SSI diz respeito à marca dos fuzis apreendidos. Dos 492, 199 são da marca norte-americana Colt. Foram registrados no estudo 194 fuzis sem marca, ou seja, armas que entram no país ou no estado separadas por peças e montadas por armeiros envolvidos com as organizações criminosas. As demais armas apreendidas são de 43 marcas diversas, praticamente todas de países do Hemisfério Norte.

O estudo da SSI mostra que as apreensões se concentraram com maior intensidade nas áreas integradas de segurança pública (AISPs) da zona oeste da capital e da Baixada Fluminense. Das dez AISPs com maior número de apreensões, oito estão situadas nessas regiões do estado. As únicas exceções são a AISP 3 (região do Méier e adjacências) e a AISP 16 (Olaria e adjacências). Das 492 apreensões de fuzis no ano passado, 377 foram registradas nessas dez regiões.Ainda sob o aspecto geográfico, o estudo destaca a expansão do crime organizado para o interior do estado. Na região do 5º Comando de Policiamento (5º CPA), Sul Fluminense e Costa Verde, foram apreendidos 13 fuzis no ano passado. Já na região do 6º CPA, Norte e Noroeste do estado, ocorreram sete apreensões.

"Compartilhando com a Polícia Federal, o estudo indica que o tráfico internacional de armas representa um dos maiores desafios para a área de segurança pública do Rio de Janeiro, cuja solução depende de uma ação articulada entre as polícias do estado e as forças federais", diz nota da Polícia Militar. (Agência Brasil)

Barroso diz que legalização de drogas leves é tendência mundial

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, afirmou na segunda-feira (22) em palestra na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que no mundo democrático existem duas posturas possíveis para a questão das drogas ilícitas: uma, a da repressão, e outra, que vem ganhando corpo em todo o mundo, que é a da legalização das drogas mais leves. Segundo ele, a segunda acontece pela constatação de que a guerra contra as drogas fracassou e o modelo repressivo não conseguiu diminuir o poder do tráfico nem o consumo.

"A discussão que está no Supremo é a quantidade. A legislação brasileira não pune com prisão o usuário de drogas, o que faz muito bem, porque punir o usuário é um equívoco completo. Se ele estiver fora de controle, você vai tratar como dependente químico. Colocá-lo na cadeia é colocar mais um agente para o crime organizado. Nada, na minha visão, justificaria a prisão pelo porte pessoal para consumo. E o legislador acabou com a prisão do porte pessoal para o consumo, mas manteve a criminalização do tráfico", disse.

Ele observou que se um jovem for pego com 40 gramas de maconha na zona sul do Rio de Janeiro, por exemplo, é considerado um portador para consumo próprio; porém se o outro jovem, geralmente negro, for pego com a mesma quantidade na periferia do Rio de Janeiro, é preso como traficante.

"Portanto, a mesma quantidade é tratada com pesos diferentes pela polícia, e o que o Supremo está discutindo não é descriminalização, não é a não prisão, porque isso já foi decidido. O que o Supremo está decidindo é qual a quantidade que vai distinguir traficante de usuário para que essa escolha não seja feita pela polícia por critérios discriminatórios", explicou.

Outra questão abordada na palestra é a das uniões homossexuais. Para Barroso, a homossexualidade é um fato da vida que gera consequências jurídicas. "A ordem jurídica não dispunha sobre as relações entre pessoas homossexuais, que eu prefiro chamar de relações homoafetivas, porque uma relação de projeto de vida não é puramente sexual e no projeto afetivo existem as reuniões homoafetivas", disse.

Nesse caso, segundo Barroso, era necessário definir quem tem o direito de herdar o que é construído ao longo de uma relação, se é a família de sangue ou é o companheiro ou companheira com quem a pessoa viveu por anos. "Alguém tinha que decidir isso, e o Supremo decidiu, na minha opinião, com acerto, que deve tratar como você trata as uniões estáveis convencionais. São os mesmos direitos sucessórios, previdenciários. Eu tenho o maior respeito pelo sentimento religioso das pessoas e a Bíblia expressa condenação ao homossexualismo, porém no mundo laico eu preciso ter uma solução jurídica para isso".

De acordo com Barroso, caso contrário essas pessoas ficariam em um limbo jurídico, sem saber exatamente o que fazer. "E aí vem o casamento. Nós não achamos que o casamento é uma coisa boa, que diminui a promiscuidade, estreita as relações afetivas? Por que nós vamos excluir essas pessoas da prosperidade de terem um casamento? Essa é a minha posição, mas eu tenho o maior respeito pelas posições contra apostas", ressaltou.

Com relação ao aborto,o ministro classificou a questão como a mais difícil do mundo, e uma coisa ruim, lembrando que o papel do Estado é evitar que aconteça, proporcionando educação sexual, distribuindo contraceptivos e amparando a mulher que queira ter o filho e esteja em condições adversas. "É perfeitamente legítimo a alguém ser contra, pregar contra e não fazer. Porém, tudo isso é diferente de achar que a mulher que viva o infortúnio de ter que fazer vá para a prisão. Nenhum país democrático e desenvolvido do mundo criminaliza, nem os mais católicos".

O ministro Barroso reforçou que prender a mulher que resolve interromper a gravidez não é uma boa política pública, e que a criminalização impede que as mulheres pobres tenham acesso aos serviços públicos de saúde que podem ser prestados. Ele reconheceu ser difícil para a sociedade chegar a um consenso sobre o tema, que é eticamente divisível, já que o momento do nascimento, do surgimento da vida, é uma questão de fé e de convicção.

"Tem gente que acha que desde o momento inicial da concepção com duas células já há vida. Tem gente que acha que é quando se forma o sistema nervoso, tem gente que acha que quando começa a formação da consciência. Existem muitas visões de mundo quando você trata de matéria em desacordo moral. É razoável que pessoas esclarecidas e bem intencionadas pensem de maneira diferente. O papel do Estado não é escolher um lado, e sim permitir que cada um viva a sua crença, a sua convicção", ponderou.

Questionado sobre os rumos que a inteligência artificial está tomando, Barroso respondeu que está preocupado e ao mesmo tempo animado, já que ela tem imensas potencialidades para fazer o mundo melhor e de tomar decisões melhor do que os seres humanos em alguns casos.

"A inteligência artificial é a transferência de capacidades humanas para computadores, feitas por softwares. Essas capacidades envolvem tarefas cognitivas e tomada de decisões. Como a inteligência artificial é capaz de armazenar uma quantidade de informações muito maior do que o cérebro humano e processadas em muito maior velocidade e muitas áreas, ela vai ser mais eficiente do que a capacidade humana", avaliou.

Ele citou como exemplo a medicina, campo no qual a IA já vem sendo usada em cirurgias e diagnósticos, e com melhor qualidade. Segundo ele, o uso dessa tecnologia automatizará tarefas que levam pessoas a neuroses causadas por tarefas repetitivas. Além disso, poderá evitar a exposição dos humanos a atividades de alto risco, como desarmar uma mina ou passar um cabo no fundo do oceano, por exemplo.

"Eu acho que tem muita coisa boa com a inteligência artificial, mas tem muitos riscos, como a discriminação, a privacidade, e o maior é a singularidade, que a IA adquira consciência. Porque se ela adquirir consciência de si própria e passar a ter vontade de própria são as máquinas que vão dominar a condição humana e não vice versa porque elas têm muita muito maior capacidade de processamento de informação com muito mais velocidade", afirmou. (Agência Brasil)

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Nova Energia Comercializadora S.A.

CNPJ nº 11.182.210/0001-64

Demonstrações Financeiras - Exercício Findo em 31 de Dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanço Patrimonial

Ativo	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	15.659	18.792	17.985	20.172
Contas a receber de clientes	5	48.351	37.762	49.096	38.277
Valor justo dos contratos de energia	19	58.699	199.946	59.005	199.946
Impostos a recuperar	6	3.077	2.601	10.536	10.069
Ativos financeiros	7	10.648	10.648	10.648	10.648
Outros ativos		725	86	728	90
Total do ativo circulante		**137.158**	**269.835**	**147.998**	**279.202**
Não circulante					
Valor justo dos contratos de energia	19	35.451	141.957	35.451	141.957
Investimentos	8	10.953	9.803	–	–
Ativo fiscal diferido	9	–	–	79	34
Imobilizado e intangível		456	397	456	397
Direito de uso		1.917	2.636	1.917	2.636
Total do ativo não circulante		**48.777**	**154.793**	**37.904**	**145.024**
Total do ativo		**185.936**	**424.628**	**185.902**	**424.226**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Fornecedores	10	39.614	32.728	39.980	33.059
Operação estruturada	11	5.042	–	4.546	–
Valor justo dos contratos de energia	19	37.939	193.566	38.303	193.566
Outros passivos		1.380	2.373	1.447	1.564
Imposto de renda e contribuição social a pagar	12	–	–	55	58
Parcelamento de impostos		1.265	1.146	1.265	1.146
Arrendamento a pagar		1.265	1.908	1.265	1.908
Total do passivo circulante		**86.505**	**231.721**	**86.861**	**231.301**
Não circulante					
Partes relacionadas	13	7.743	11.970	6.851	11.970
Valor justo dos contratos de energia	19	17.575	123.817	17.575	123.817
Passivo fiscal diferido	9	9.118	5.004	9.118	5.004
Parcelamento de impostos		30	1.173	30	1.173
Operação estruturada	11	5.028	–	5.524	–
Arrendamento a pagar		745	745	745	745
Total do passivo não circulante		**40.239**	**142.709**	**39.842**	**142.709**
Patrimônio líquido	14				
Capital social		15.330	15.330	15.330	15.330
Reserva legal		3.066	3.066	3.066	3.066
Reserva de lucros a realizar		40.795	31.802	40.805	31.818
Participação de não controladores		–	–	2	2
Total do patrimônio líquido		**59.191**	**50.198**	**59.199**	**50.216**
Total do passivo e patrimônio líquido		**185.936**	**424.628**	**185.902**	**424.226**

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita de contratos com clientes	16	383.735	396.613	387.701	399.783
Custo da energia comercializada e serviços prestados	17	(369.875)	(380.379)	(371.190)	(381.249)
Resultado do valor justo de contratos de energia	19	14.117	7.111	14.060	7.111
Lucro bruto		**27.977**	**23.345**	**30.571**	**25.645**
Despesas gerais e administrativas	17	(16.259)	(15.146)	(16.369)	(15.376)
Resultado de equivalência patrimonial	8	2.311	2.004	–	–
Outras receitas		259	(137)	238	(115)
Lucro antes do resultado financeiro		**14.288**	**10.066**	**14.440**	**10.154**
Receitas financeiras		2.340	2.542	2.531	2.824
Despesas financeiras		(2.361)	(2.578)	(2.376)	(2.591)
Resultado financeiro	18	**(21)**	**(36)**	**155**	**233**
Lucro antes dos tributos		**14.268**	**10.030**	**14.596**	**10.387**
IR e CS corrente	12	–	(216)	(375)	(559)
IR e CS diferido	12	(4.114)	(2.536)	(4.070)	(2.548)
Lucro líquido do exercício		**10.153**	**7.278**	**10.151**	**7.280**
		10.153	7.278	10.151	7.280
Atribuível aos acionistas: controladores				10.153	7.278
não controladores				(2)	2
				10.151	**7.280**
Lucro básico por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R$)	15	**10,15**	**7,28**		

Demonstrações individuais e consolidadas dos resultado abrangentes

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício	**10.153**	**7.278**	**10.151**	**7.280**
Outros resultados abrangentes				
Total do resultado abrangente do exercício	**10.153**	**7.278**	**10.151**	**7.280**
Atribuível a:				
Acionistas da Companhia			10.153	7.278
Participações dos não controladores			(2)	2
			10.151	**7.280**

Demonstrações das Mutações no Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de lucros a realizar	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**15.330**	**3.066**	**28.834**	**47.230**	**16**	**47.246**
Lucro líquido do exercício	–	–	7.278	7.278	2	7.280
Distribuição de dividendos	–	–	(4.310)	(4.310)	–	(4.310)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**15.330**	**3.066**	**31.802**	**50.198**	**18**	**50.216**
Lucro líquido do exercício	–	–	10.153	10.153	(10)	10.143
Distribuição de dividendos	–	–	(1.160)	(1.160)	–	(1.160)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**15.330**	**3.066**	**40.795**	**59.191**	**8**	**59.199**

Demonstrações individuais e consolidadas dos fluxos de caixa

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do IR e CS		**14.268**	**10.030**	**14.596**	**10.387**
Ajustes de: Equivalência patrimonial	8	(2.311)	(2.004)	–	–
Despesa de juros sobre mútuos	13	1.993	1.955	1.992	1.955
Perda (Ganho) com marcação a mercado de instrumentos financeiros	19	(14.117)	(7.111)	(14.060)	(7.111)
Variações no capital circulante líquido:					
Contas a receber	5	(10.589)	45.892	(10.819)	45.629
Impostos a recuperar	6	(476)	(2.279)	(467)	(2.310)
Outros ativos		21	(1.998)	22	(2.003)
Ativos Financeiros	7	–	–	–	–
Fornecedores	10	6.886	(41.801)	6.921	(41.470)
Outros passivos		7.409	762	8.284	942
Juros pagos	13	(173)	(80)	(173)	(80)
IR e CS pagos	12	–	(267)	(384)	(602)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		**2.911**	**3.098**	**5.911**	**5.337**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Recebimento de dividendos	8	2.200	6.300	–	–
Venda da controlada Nova Biocombustíveis Ltda		162	–	–	–
Investimentos em controladas	8	(1.200)	(100)	–	–
Caixa gerado pelas atividades de investimentos		**1.162**	**6.200**	–	–
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Pagamentos de dividendos		(1.160)	(4.310)	(1.160)	(4.310)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	13	891	–	–	–
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	13	(6.937)	(3.128)	(6.937)	(3.128)
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos		**(7.207)**	**(7.437)**	**(8.097)**	**(7.437)**
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(3.133)**	**1.861**	**(2.187)**	**(2.100)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	18.792	16.931	20.172	22.272
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	15.659	18.792	17.985	20.172
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(3.133)**	**1.861**	**(2.187)**	**(2.100)**

Diretoria

Gustavo Doná Machado - Diretor Presidente | **Wagner Gomes Braz** - Diretor
André Bonaldo - Diretor | **Vinicius Pereira** - Diretor

Contador

Thyago Areias Bissolotti
CRC 1SP259092/O-0

Augustus Administração S/A

CNPJ nº 09.334.091/0001-76 - NIRE nº 35.300.351.738

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 01 de Março de 2024

Data, Hora e Local: Aos 1º (primeiro) dia do mês de março de 2024, às 14:00 horas, na sede social da **Augustus Administração S/A.**, na Rua Líbero Badaró, 377 - 8º andar - conj. 808 parte, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Presença:** Acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social, conforme lista de presença anexa à ata **(Anexo I)**. **Convocação:** dispensada na forma do artigo 124 parágrafo 4º da Lei nº 6404/76, considerando estarem presentes todos os acionistas da sociedade. **Composição da Mesa:** Presidente: o acionista **Nilton Molina**; Secretária: a acionista **Sara Molina. Ordem do Dia:** A) deliberar sobre a redução do capital social da Companhia por julgá-lo excessivo em relação às suas atividades, no valor total de R$ 3.855.898,00 (três milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e noventa e oito reais), equivalente a uma redução de aproximadamente 6,65% em relação ao atual capital social da Companhia, com o cancelamento de 3.855.898 (três milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, oitocentas e noventa e oito) ações, passando o referido capital social de R$ 58.000.000,00 (cinquenta e oito milhões de reais), para R$ 54.144.102,00 (cinquenta e quatro milhões, cento e quarenta e quatro mil, cento e dois reais), mediante restituição de capital aos acionistas Helder Molina e Monica Molina, em imóveis de propriedade da Companhia, sendo que, para o acionista Helder Molina caberá o imóvel denominado "Casa de Angra dos Reis", melhor descrito na Matrícula nº 11.779, do 1º Ofício de Angra dos Reis (Anexo II) e para a acionista Monica Molina, caberá o imóvel denominado "Casa de Ilhabela", melhor descrito na Matrícula nº 39.357, Livro nº 2, Ficha nº 1, AV-05 e 06 (Anexo III). A redução de capital só se tornará efetiva e o pagamento da restituição aos acionistas somente será realizado após o cumprimento das seguintes condições suspensivas, cumulativamente: (a) publicação da presente ata; e (b) decurso do prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação desta ata, sem que tenha sido apresentada, pelos credores quirografários, oposição a essa deliberação ou, se tiver havido oposição, mediante a prova do pagamento e/ou depósito judicial dos valores devidos a tais credores, conforme estabelecido no artigo 174, §2º, da Lei das S.A. (i) em decorrência da deliberação acima, a alteração do caput do art. 5º do Estatuto Social da Companhia, passando a vigorar, a partir da eficácia da presente redução de capital, de acordo com a redação constante dos Anexos da presente ata e B) Aprovar a reforma do Estatuto Social da Companhia. **Deliberações:** Foram aprovados por unanimidade dos presentes: **A)** Aprovada a redução do capital social da Companhia, no valor total de R$ 3.855.898,00 (três milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e noventa e oito reais), equivalente a uma redução de aproximadamente 6,65% em relação ao atual capital social da Companhia, com o cancelamento de 3.855.898 (três milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, oitocentas e noventa e oito) ações, passando o referido capital social de R$ 58.000.000,00 (cinquenta e oito milhões de reais), para R$ 54.144.102,00 (cinquenta e quatro milhões, cento e quarenta e quatro mil, cento e dois reais), mediante restituição de capital aos acionistas Helder Molina e Monica Molina, em imóveis de propriedade da Companhia, sendo que, para o acionista Helder Molina caberá o imóvel denominado "Casa de Angra dos Reis", melhor descrito no Anexo II e para a acionista Monica Molina, caberá o imóvel denominado "Casa de Ilhabela", melhor descrito no Anexo III. **B)** Aprovada a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia, conforme item "B" da pauta, que passa a vigorar com a seguinte redação: **Estatuto Social da Augustus Administração S/A. Capítulo I -** ***Denominação, Objeto Social, Sede, Foro e Prazo de Duração: Denominação:*** **Artigo 1º -** A **Augustus Administração S/A,** é uma Sociedade Anônima brasileira, de capital fechado, que se regerá pelo presente Estatuto Social e, nos casos omissos, pelas leis e usos do comércio e pelas disposições legais aplicáveis. ***Objeto Social:*** **Artigo 2º -** A Companhia tem por objeto: a exploração e aproveitamento de jazidas minerais em todo o território nacional, atividades agrícola e pecuária, reflorestamento, industrialização de produtos agrícolas, exportação, importação, planejamento, arrendamento operacional e participações em outras empresas. ***Sede e Foro:*** **Artigo 3º -** A Companhia tem sede e foro na Rua Líbero Badaró, nº 377 - 8º andar - conj. 808 parte, Centro, CEP 01009-000, cidade e Estado de São Paulo, podendo, por deliberação da Diretoria, criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior. ***Duração:*** **Artigo 4º -** A sociedade terá duração por prazo indeterminado, encerrando suas atividades com a observância das formalidades estatuárias e legais. **Capítulo II -** ***Do Capital Social e das Ações:*** **Artigo 5º -** O capital social é de R$ 54.144.102,00 (cinquenta e quatro milhões, cento e quarenta e quatro mil, cento e dois reais), representado por 54.144.102 (cinquenta e quatro milhões, cento e quarenta e quatro mil, cento e duas) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. *Parágrafo 1º* - Cada ação nominativa dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. *Parágrafo 2º* - A ação é indivisível em relação à Sociedade, sendo certo que, quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos por ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. *Parágrafo 3º* - A Sociedade poderá emitir títulos múltiplos, cautelas ou certificados de ações. **Artigo 6º -** Os papéis representativos das ações poderão assumir forma individual ou múltipla, intitulando-se cada um deles, "Certificado de Ações", contendo todos os dizeres e requisitos legalmente exigidos e deverão ser assinados por dois Diretores na oportunidade de suas emissões. *Parágrafo 1º* - As ações que não estiverem integralizadas poderão ser representadas por cautelas ou títulos provisórios denominados, cada um deles, como "Certificado Provisório de Ações". *Parágrafo 2º* - Os Certificados de Ações decorrentes de aumento de capital mediante incorporação de reservas serão expedidos, sem qualquer ônus aos acionistas, pela forma nominativa, dentro de 60 (sessenta) dias contados da data da publicação da ata da assembleia geral que o houver deliberado, sendo certo que, nos demais casos de emissão dos "Certificados de Ações", a Sociedade poderá cobrar o custo correspondente por Certificado emitido. **Artigo 7º -** As ações são indivisíveis em relação à Sociedade e a sua transferência deverá ser prioritária em relação aos demais acionistas, respeitados os regulares "Acordos Acionistas", antes de serem cedidas a terceiros, devendo o acionista cedente, comunicar a sua vontade expressamente, à assembleia geral ou aos acionistas, para que os acionistas respondam no prazo de 30 (trinta) dias, se em igualdade de condições e preço, desejam adquiri-las, prazo este prorrogável por mais 30 (trinta) dias, a pedido dos interessados. *Parágrafo Único*: Expirado o prazo estabelecido acima, o acionista poderá alienar suas ações, livremente a terceiros, desde que o faça por preço e condições não inferiores aos constantes da proposta feita aos demais, no prazo máximo para efetivação da venda de 06 (seis) meses. **Artigo 8º -** A Sociedade poderá aumentar o capital social, pela emissão de novas ações, reservado o direito dos acionistas em subscrevê-las na proporção das ações que já possuem, devendo esse direito exercido dentro do prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de decadência, observada a forma de integralização prevista pela Assembleia Geral. *Parágrafo Único*: O direito de preferência, será também observado na forma deste artigo, sempre que ocorrer cessão de ações entre os acionistas, respeitados os "Acordos de Acionistas" firmados. **Capítulo III -** ***Da Administração:*** **Artigo 9º -** A Sociedade será administrada por uma Diretoria, composta por 05 (cinco) membros, sendo um Diretor-Presidente, um Diretor Vice-Presidente e os demais Diretores sem designação específica, pessoas naturais, acionistas ou não, residentes no país, eleitos trienalmente pela Assembleia Geral, com prazo de mandato até a deliberação da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício de sua gestão, sendo lícita a reeleição em seus mandatos. *Parágrafo 1º* - Os Diretores poderão, sem prejuízo da competência atribuída ao Diretor Presidente, distribuir entre si, as funções por lei e pelo estatuto, atribuídas a eles Diretores, sendo designados: Diretor Presidente, Diretor Vice-Presidente e os demais Diretores sem designação específica. *Parágrafo 2º* - Os Diretores tomarão posse de seus cargos mediante assinatura do respectivo termo, lavrado no livro de Atas das Reuniões da Diretoria. **Artigo 10º -** Em caso de vaga por falecimento, renúncia ou qualquer outro impedimento, ou ausência de qualquer Diretor, o Diretor Presidente poderá, quando necessário, escolher o substituto, salvo no caso do Diretor Presidente, em que deverá ser convocada a Assembleia Geral. A gestão do Diretor indicado terminará com a cessação do impedimento ou ausência, quando de caráter temporário, ou quando definitivo, com a deliberação da Assembleia Geral Ordinária, que se seguir. **Artigo 11º -** A Diretoria tem plenos e gerais poderes para praticar ampla e ilimitadamente todos os atos de gestão ordinária da Sociedade, para assegurar o seu regular funcionamento e a mais perfeita consecução de seus fins, sempre em fiel cumprimento aos deveres impostos pela lei ou consignados neste estatuto. Nos seus poderes incluem-se os de transigir, adquirir, alienar e gravar bens imóveis e móveis, prestar avais ou fianças, constituir penhor de qualquer natureza, fazendo caução de imóveis em alienação fiduciária de garantia, ficando expressamente proibida a concessão de avais ou fianças de favor. **Artigo 12º -** A representação ativa e passiva da Sociedade, nos atos e operações da gestão ordinária dos negócios sociais, competirá, isoladamente ao Diretor Presidente e ao Diretor Vice-Presidente ou em conjunto, aos demais Diretores ou a procurador *ad negotia* devidamente constituído em instrumento assinado pelo Diretor Presidente, devendo ser seus poderes, especificados no respectivo instrumento de mandato. **Artigo 13º -** Ao Diretor Presidente e ao Diretor Vice-Presidente, isoladamente, ou a dois Diretores em conjunto, ou a um Diretor em conjunto com um procurador *ad negotia*, caberá a assinatura de cheques, duplicatas, recibos bancários, ordens de pagamento, endossos de títulos de crédito decorrentes de contratos firmados pela Sociedade e endosso de títulos vinculados a esses contratos, bem como, de todos os documentos que envolverem responsabilidade da Sociedade, inclusive, contratos, distratos, notas promissórias, letras de câmbio, fianças ou avais e também a constituição de procuradores *ad judicia*. *Parágrafo 1º* - Entretanto, ao Diretor Presidente, caberá a assinatura de quaisquer documentos no que respeita a transigir, alienar e gravar bens móveis e imóveis. *Parágrafo 2º* - Na ausência ou impedimento do Diretor Presidente impossibilitando-o de assinar, os poderes para transigir, adquirir, alienar ou gravar bens móveis ou imóveis, passam a ser de competência do Diretor Vice-Presidente e, na ausência ou impedimento destes, passam a ser de exclusiva competência da Assembleia Geral. *Parágrafo 3º* - As procurações *ad negotia* serão sempre concedidas por prazo determinado, indicado no instrumento de mandato, nunca superior a um ano. **Artigo 14º -** Ao Diretor Presidente, além das atribuições especificadas nos artigos 12º e 13º, compete: a) Dirigir e orientar todos os negócios e atividades da Sociedade; b) Fixar o programa das atividades da empresa, estabelecendo o orçamento da receita e despesa, bem como, fiscalizar a sua execução; c) Convocar e presidir as Assembleias Gerais dos acionistas, ordinárias ou extraordinárias; d) Assinar títulos, cautelas ou certificados representativos das ações, em conjunto com outro Diretor; e) Organizar o relatório anual das operações da Sociedade e apresentá-lo em Assembleia Geral Ordinária, depois de aprovado pela Diretoria. *Parágrafo Único* - Na ausência ou impedimento do Diretor Presidente, as atribuições previstas neste artigo, passarão a ser de competência do Diretor Vice-Presidente. **Artigo 15º -** Quaisquer outras atribuições não previstas nos artigos anteriores poderão ser distribuídas entre os Diretores, por deliberação do Diretor Presidente. **Artigo 16º -** A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem, ou a pedido de qualquer de seus membros. As reuniões realizar-se-ão na sede social, sendo lavrada de todas as deliberações ata no livro competente. *Parágrafo Único* - Para a instalação da reunião da Diretoria será necessária a presença de dois Diretores, sendo um o Diretor Presidente. **Artigo 17º -** As deliberações da Diretoria e os atos dos respectivos Diretores no exercício regular de seus cargos obriga a Sociedade na forma da Lei e do Estatuto, mas cada Diretor só responderá pessoalmente pelos atos e operações em que tenha efetivamente participado. **Artigo 18º -** Os Diretores terão a remuneração global que for anualmente aprovada e fixada pela Assembleia Geral Ordinária, para eles, e a distribuição far-se-á por reunião da Diretoria. **Artigo 19º -** Os membros da Diretoria poderão a todo tempo, ser destituídos pela Assembleia Geral. **Capítulo IV -** ***Do Conselho Fiscal:*** **Artigo 20º -** A Sociedade terá seu Conselho Fiscal composto de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, o qual funcionará em caráter não permanente. **Artigo 21º -** Os Membros do Conselho Fiscal, que devem ser pessoas naturais residentes no país, que preencham os requisitos legais, serão eleitos pela Assembleia Geral, a qual lhes fixará a remuneração média atribuída a cada Diretor conforme previsto no artigo 162, parágrafo 3º, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976. *Parágrafo Único* - Os Membros do Conselho Fiscal somente farão jus à remuneração, no período em que, instalado o Conselho, estejam no exercício da função. A remuneração supra estabelecida para os Conselheiros, será paga, tendo em vista a proporção de 1/12 (um doze avos) por mês ou fração de mês de efetivo exercício no cargo. **Artigo 22º -** O Conselho Fiscal será instalado em qualquer Assembleia Geral, a pedido de acionistas, na forma do disposto no artigo 161 e seus parágrafos, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e funcionará até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua convocação. **Artigo 23º -** O Conselho Fiscal terá as atribuições previstas em Lei, as quais não podem ser outorgadas a outros órgãos da Sociedade. A função de membro do Conselho Fiscal é indelegável. **Capítulo V -** ***Das Assembleias Gerais:*** **Artigo 24º -** A Assembleia Geral dos acionistas reunir-se-á por convocação de acordo com a Lei: a) Ordinariamente no decorrer dos quatro primeiros meses depois de findo o exercício social para: I - tomar as contas da Diretoria, discutir e votar as demonstrações financeiras; II - deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício, a distribuição dos dividendos e a participação da Diretoria nos lucros realizados; III - eleger os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, nas épocas próprias; b) Extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos acionistas. **Artigo 25º -** O anúncio de convocação publicado de acordo com a lei deverá conter, ainda que sumariamente, o objeto da reunião e designar o dia, hora e local para a realização da Assembleia Geral, e no caso de reforma do Estatuto indicar a respectiva matéria. **Artigo 26º -** A Assembleia será instalada pelo Diretor Presidente ou na sua ausência e ou impedimento, pelo Diretor Vice-Presidente e será presidida pelo Diretor Presidente ou pelo Diretor Vice-Presidente, quando for o caso, o qual escolherá o secretário da mesa. **Artigo 27º -** As resoluções da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando no cálculo os votos em branco, excetuando-se os casos em que a lei exigir maioria qualificada, sendo certo que, para a prática dos seguintes atos e operações, será necessária a aprovação por acionistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das ações com direito a voto: a) aumento ou redução de capital da Companhia; b) alteração do Estatuto Social da Companhia; c) aquisição de qualquer participação societária em caráter permanente ou qualquer outra companhia ou empreendimento; d) abertura de capital da Companhia; e) celebração de qualquer acordo, contrato, documento, instrumento relativo a investimentos, empréstimos, outorga de garantias de qualquer natureza em benefício da Companhia e a assunção de qualquer obrigação em nome da Companhia em valor superior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), isolada ou cumulativamente, em cada exercício social; f) aquisição, disposição, liquidação, alienação, transferência ou oneração de qualquer natureza de quaisquer bens que integrem o ativo da Companhia, de valor superior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), isolada ou cumulativamente, em cada exercício social; g) aprovação de processos de reorganização societária da Companhia, tais como incorporação, fusão e cisão; h) Cessação das operações da Companhia e sua dissolução; i) Associação da Companhia, sob qualquer modalidade, com outras sociedades, inclusive a formação de consórcio, a criação de subsidiárias e a participação em outras sociedades. **Artigo 28º -** Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por seus representantes legais, ou por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado. **Artigo 29º -** Nas Assembleias Gerais terão direito a voto, tão somente os titulares de ações nominativas, cujas ações estiverem inscritas, em seu nome, no livro competente da Sociedade, até 15 (quinze) dias antes da reunião. **Capítulo VI -** ***Do Exercício Social, das Demonstrações Financeiras, das Reservas, dos Dividendos, e do Saldo:*** **Artigo 30º -** O exercício social se encerra a 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 31º -** No fim de cada exercício a Diretoria fará encerrar o balanço geral patrimonial e elaborar as demonstrações contábeis e financeiras para, de acordo com a legislação vigente, apurar mediante procedimento baseados nos critérios de avaliação e classificação dos elementos patrimoniais e de resultado, o lucro ou prejuízo do exercício, o lucro ou prejuízo acumulado a evidenciar o estado do patrimônio da companhia, que serão submetidos à deliberação da Assembleia Geral, juntamente com os demais demonstrativos exigidos por lei. **Artigo 32º -** Do resultado apurado em cada exercício serão deduzidos antes de qualquer outra destinação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. **Artigo 33º -** Do lucro líquido do exercício definido no artigo 191 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. A constituição de reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, exceder 30% (trinta por cento) do capital social. **Artigo 34º -** Com o objetivo de compensar eventual diminuição de lucro, em consequência de perda provável em período futuro, a Assembleia Geral, poderá, por proposta da Diretoria, constituir reserva nos termos do artigo 196 e parágrafos da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, e, bem assim, constituir a reserva de que trata o artigo 197 da mesma Lei. **Artigo 35º -** Do saldo restante dos lucros, feitas as deduções e destinações referidas nos artigos antecedentes, será distribuído aos acionistas um dividendo obrigatório não inferior a 25% (vinte cinco por cento), observado o disposto nos artigos 201 e 202 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, pagável no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua declaração, ressalvada a hipótese de deliberação em contrário, da Assembleia Geral, caso em que o pagamento deverá ser efetuado dentro do exercício em que for declarado. *Parágrafo 1º* - Não havendo oposição de qualquer acionista presente a Assembleia Geral, pode esta deliberar a distribuição de dividendo inferior ao previsto neste artigo, bem como, a retenção de todo o lucro. *Parágrafo 2º* - No exercício em que for distribuído aos acionistas o dividendo obrigatório de que trata este artigo, poderá ser atribuída aos administradores participação no lucro da Companhia, desde que o seu total, não ultrapasse a remuneração anual dos administradores ou 10% (dez por cento) dos lucros, prevalecendo o limite que for menor. **Artigo 36º -** A Assembleia Geral resolverá sobre o destino do saldo dos lucros remanescentes, os quais poderão ser total ou parcialmente distribuídos, como dividendo suplementar aos acionistas ou atribuídos a reserva especial para futuro aumento de capital. **Artigo 37º -** Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas, prescreverão e reverterão em benefício da Sociedade. **Capítulo VII -** ***Da Liquidação:*** **Artigo 38º -** A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral. *Parágrafo Único* - Compete a Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger os liquidantes e os membros do Conselho Fiscal que deverão funcionar no período de liquidação, fixando-lhes a remuneração. ***Disposições Gerais e Transitórias:*** **Artigo 39º -** Este estatuto passará a vigorar imediatamente, observadas as normas contábeis da lei. **Artigo 40º -** Os acordos de acionistas que entre estes venham a ser firmados, deverão ser arquivados na sede da sociedade, especificando minuciosamente as suas condições, sendo averbados nos livros de registro e nos certificados de ações emitidos pela Sociedade, para a observância de seus efeitos perante terceiros, não podendo, porém, tais acordos, ilidir o direito de voto ou eximir o acionista de suas responsabilidades sociais e legais. **Artigo 41º -** Os casos omissos no presente estatuto serão regidos pela legislação vigente. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos desta Assembleia, lavrando-se a presente no livro próprio que vai assinada pelo Senhor Presidente, por mim Secretária, e pelos demais acionistas presentes. São Paulo, 15 de janeiro de 2024. - a) Presidente: Nilton Molina, Secretário: Sara Molina; Acionistas: Nilton Molina; Sara Molina, Helder Molina e Mônica Molina. Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio. São Paulo, 01 de março de 2024. **Nilton Molina -** Presidente da Mesa; **Sara Molina -** Secretário.

Estudo aponta desafios da abertura do mercado de gás natural no Brasil

A regulamentação dos dispositivos da Nova Lei do Gás é fundamental para que o país possa desenvolver um mercado pujante e competitivo de gás natural. A conclusão faz parte do estudo Acompanhamento do Processo de Abertura da Indústria do Gás Natural, lançado na segunda-feira (22) pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, em parceria com o Movimento Brasil Competitivo (MBC) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV), com apoio do Ministério de Minas e Energia.

O relatório faz um diagnóstico do processo de abertura da indústria de gás natural, identificando avanços alcançados e obstáculos a serem enfrentados. A Nova Lei do Gás (14.134/2021) tem como principal objetivo a promoção da concorrência do mercado de gás natural, favorecendo a maior competitividade do preço do energético.

Segundo o estudo, apesar de ainda não terem sido regulamentados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), dispositivos para abertura do mercado já produzem resultados práticos no avanço do processo de transição para um mercado mais competitivo. "Isso porque os agentes não têm aguardado a regulamentação da nova lei para assumir riscos e firmar negócios", diz o documento.

Além de explorar a potencialidade dos mecanismos da Nova Lei do Gás para formar um mercado nacional competitivo, a regulamentação da ANP confere consistência e previsibilidade de regras, diz o relatório. "São elementos importantes de segurança jurídica e, por isso, constituem incentivos fundamentais para o crescimento sistemático e sustentável do mercado de gás natural no Brasil."

Outra questão abordada é a necessidade de harmonização das legislações e regulações estaduais para promover um mercado acessível e competitivo. Segundo o estudo, o caminho para aumentar a competitividade do mercado de gás natural brasileiro também depende de transformações nos arcabouços regulatórios estaduais, que demandam harmonização de regras para facilitar o acesso e a comercialização.

"Nossos esforços para aprimorar as normas e ampliar a competitividade do setor de gás natural têm como norte beneficiar os consumidores e o setor industrial. Com a melhoria do ambiente de negócios, será possível aumentar investimentos e reduzir preços, afirmou o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin.

De acordo com dados da ANP, em fevereiro deste ano, o preço do gás vendido às distribuidoras e aos consumidores livres era aproximadamente 16% mais baixo nas regiões Norte e Nordeste, em comparação com valor praticado no Sudeste, e 14% menor em relação ao vigente no Sul e no Centro-Oeste. Os menores preços praticados no Nordeste refletem uma maior abertura e diversidade de ofertantes, contribuindo para pressões competitivas. (Agência Brasil)

Dólar cai para R$ 5,16 à espera de dados nos EUA

Em um novo dia de ajustes, o dólar caiu pela segunda vez consecutiva e fechou no menor valor em dez dias. A bolsa de valores subiu pela terceira vez seguida e voltou a superar os 125 mil pontos.

O dólar comercial encerrou a segunda-feira (22) vendido a R$ 5,169, com recuo de R$ 0,031 (-0,59%). A cotação chegou a abrir em pequena alta, mas recuou após a abertura dos mercados nos Estados Unidos. Ao longo da tarde, operou um pouco acima de R$ 5,17, até fechar na mínima do dia.

A moeda norte-americana está no menor valor desde o último dia 12, quando tinha fechado em R$ 5,12. A divisa acumula alta de 3,07% em abril e sobe 6,51% em 2024.

No mercado de ações, o dia também foi marcado pelo alívio. O índice Ibovespa, da B3, fechou aos 125.573 pontos, com alta de 0,36%. O destaque foram as ações da Petrobras, os papéis mais negociados na bolsa, que subiram após o Conselho de Administração da companhia decidir que tem condições de pagar 50% dos dividendos extraordinários sem prejudicar os investimentos da petroleira.

As ações ordinárias da Petrobras, com direito a voto em assembleia de acionistas, subiram 2,43% e fecharam em R$ 43,76. Os papéis preferenciais, com preferência na distribuição de dividendos, valorizaram-se 2,39%, encerrando em R$ 41,50.

O mercado financeiro aguarda a divulgação de dados de inflação nos Estados Unidos e no Brasil. A possibilidade de o Banco Central brasileiro reduzir o ritmo de corte da Selic (juros básicos da economia) e o arrefecimento das tensões entre Irã e Israel abriram espaço para a realização de lucros, com os investidores vendendo dólares para embolsarem ganhos recentes. (Agência Brasil)

Gilmar Mendes determina conciliação em ações sobre marco temporal

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu na segunda-feira (22) determinar a instauração de processo de conciliação envolvendo as ações sobre o marco temporal para demarcação de terras indígenas.

Com a decisão, as ações que tratam da questão devem ser suspensas até decisão final da Corte. As partes envolvidas terão 30 dias para apresentar propostas de conciliação.

Mendes é relator das ações protocoladas pelo PL, PP e Republicanos para manter a validade do projeto de lei que reconheceu o marco e de processos nos quais entidades que representam os indígenas e partidos governistas contestam a constitucionalidade da tese.

Pela tese do marco temporal, os indígenas somente têm direito às terras que estavam em sua posse no dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal, ou que estavam em disputa judicial na época.

Em dezembro do ano passado, o Congresso Nacional derrubou o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao projeto de lei que validou o marco. Em setembro, antes da decisão dos parlamentares, o Supremo decidiu contra o marco. A decisão da Corte foi levada em conta pela equipe jurídica do Palácio do Planalto para justificar o veto presidencial.

Na decisão, Gilmar Mendes defendeu que questões de grande relevância sejam debatidas antes da decisão final da Corte.

"Qualquer resposta advinda dos métodos tradicionais não porá fim à disputa político-jurídica subjacente, merecendo outro enfoque: o da pacificação dos conflitos, na tentativa de superar as dificuldades de comunicação e entendimentos em prol da construção da solução por meio de um debate construído sob premissas colaborativas e propositivas voltadas a resolver os impasses institucionais e jurídicos advindos da Lei 14.701/2023", justificou Mendes. (Agência Brasil)

Operação policial faz oito prisões e apreende 63 celulares em Brasília

Em operação realizada na segunda-feira (22), a Polícia Civil do Distrito Federal (DF) fez oito prisões e apreendeu 63 telefones celulares com um grupo que aproveitava grandes eventos de lazer para roubar e furtar tais aparelhos. Batizada de Pickpocket, a ação mobilizou cerca de 300 policiais para cumprir 52 ordens judiciais de busca e apreensão. Até o momento, houve sete flagrantes.

Os mandados, expedidos pela 7ª Vara Criminal de Brasília, foram cumpridos nas regiões de Ceilândia, Sol Nascente, Taguatinga, Águas Claras, Vicente Pires, Samambaia, Recanto das Emas e Riacho Fundo II. As ordens também foram cumpridas nas cidades goianas de Águas Lindas de Goiás e Alexânia e em São José do Rio Preto, no interior de São Paulo.

Ao todo, 32 dos suspeitos identificados são investigados pela prática dos crimes já mencionados e, com exceção de um deles, todos os demais têm anotações criminais pela prática de crimes contra o patrimônio. Segundo a polícia, alguns dos detidos têm inclusive registro pela prática dos crimes de roubo, furto, furto mediante fraude, estelionato e receptação.

As investigações começaram em abril do ano passado, quando cinco pessoas foram presas em flagrante pelo crime de furto de aparelhos celulares no interior de um evento com uma atração internacional.

Durante o processo investigatório, identificou-se que o grupo se subdividia em seis núcleos: um responsável pela organização dos crimes e os outros, pela prática dos furtos, pela guarda dos aparelhos subtraídos, pelo desbloqueio dos aparelhos subtraídos, pela receptação deles e pela logística financeira da organização.

O termo Pickpocket é uma referência na língua inglesa para os chamados "batedores de carteiras e objetos", realizando os furtos dos aparelhos celulares do interior dos bolsos ou de bolsas sem que as vítimas percebam.

Os investigados poderão responder pelos crimes de furto, furto qualificado, roubo, estelionato, organização criminosa, receptação e receptação qualificada, podendo pegar até dez anos de reclusão. (Agência Brasil)

CGN BRASIL ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 31.973.393/0001-43

As demonstrações financeiras completas referente ao exercício findo em 31/12/2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/.
O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitida em 16 de abril de 2024 sem modificações.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	7	6.769	404	2.810.929	499.837
Contas a receber de clientes	8	–	–	154.711	126.184
Contas a receber de partes relacionadas	10	19.953	2.306	–	–
Dividendos a receber	10	54.933	91.867	–	–
Despesas antecipadas		129	242	7.978	5.676
Tributos e contribuições a compensar		837	361	16.606	10.249
Adiantamentos a fornecedores		866	723	26.572	19.772
Outros ativos		1	–	31.557	18.809
Contratos futuros de energia	9	–	–	7.808	–
Total do ativo circulante		**83.486**	**95.903**	**3.056.160**	**680.527**
Aplicações financeiras vinculadas	11	–	–	167.583	158.064
Tributos e contribuições a compensar		–	–	4.183	3.187
Despesas antecipadas		172	30	673	1.309
Depósitos judiciais		19	–	2.615	2.501
Contratos futuros de energia	9	–	–	2.342	–
Investimentos	12	7.974.964	5.560.127	–	–
Imobilizado	13	4.611	1.158	6.604.952	6.342.322
Intangível	14	5.151	2.390	2.114.809	2.156.173
Ativo de direito de uso	15	7.459	–	26.012	20.738
Total do ativo não circulante		**7.992.376**	**5.563.705**	**8.923.169**	**8.684.296**
Total do ativo		**8.075.862**	**5.659.608**	**11.979.330**	**9.364.822**

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Passivo					
Fornecedores		446	8.069	81.964	279.830
Provisões	16	–	–	174.113	185.558
Financiamentos	17	–	–	710.339	554.934
Debêntures a pagar	17	–	–	15.146	13.345
Obrigações sociais e trabalhistas		4.165	4.025	12.636	10.866
Dividendos a pagar	10	–	3.064	–	3.064
Passivo de arrendamento mercantil	15	7.664	–	11.014	3.750
Adiantamento de clientes		–	–	1.284	1.284
Obrigações fiscais		142	50	9.103	9.215
Imposto de renda e contribuição social a pagar		–	–	29.463	10.947
Contratos futuros de energia	9	–	–	3.188	–
Total do passivo circulante		**12.417**	**15.209**	**1.048.249**	**1.072.794**
Provisões	16	–	–	119.068	67.205
Financiamentos	17	–	–	2.248.950	2.073.476
Contas a pagar à partes relacionadas	10	55.051	55.051	55.051	55.051
Debêntures a pagar	17	–	–	128.316	132.673
Contratos futuros de energia	9	–	–	9.263	–
Dividendos a pagar	10	311.873	153.093	311.873	153.093
Provisão para contingências	16	285	–	292	7
Obrigações fiscais		–	–	473	630
Tributos diferidos	22	–	–	344.967	355.065
Passivo de arrendamento mercantil	15	–	–	16.590	18.572
Total do passivo não circulante		**367.209**	**208.144**	**3.234.844**	**2.855.774**
Capital social		7.521.793	5.300.634	7.521.793	5.300.634
Reserva legal		26.749	13.793	26.749	13.793
Reserva de lucros		147.694	121.829	147.694	121.829
Total do patrimônio líquido	18	**7.696.236**	**5.436.255**	**7.696.236**	**5.436.255**
Total do passivo e patrimônio líquido		**8.075.862**	**5.659.608**	**11.979.330**	**9.364.822**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita líquida de venda de energia	19	–	–	1.180.808	1.009.842
Custo da geração de energia	20	–	–	(655.462)	(493.789)
Resultado contratos futuros de energia	9	–	–	(2.300)	–
Lucro bruto		–	–	**523.045**	**516.053**
Despesas gerais e administrativas	20	(21.509)	(17.993)	(62.612)	(50.595)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	20	(2.205)	(1.601)	(38.007)	(25.532)
Resultado antes das (despesas) receitas financeiras líquidas e impostos		**(23.715)**	**(19.594)**	**422.426**	**439.926**
Despesas financeiras	21	(597)	(5.236)	(295.895)	(274.478)
Receitas financeiras	21	2.292	308	244.510	60.831
Despesas financeiras líquidas		**1.695**	**(4.928)**	**(51.384)**	**(213.646)**
Equivalência patrimonial	12	281.197	195.510	–	–
Resultado antes dos impostos		**259.177**	**170.989**	**371.042**	**226.280**
Imposto de renda e contribuição social correntes	22	(64)	(1)	(111.677)	(54.097)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	–	–	(252)	(1.195)
Lucro líquido do exercício		**259.113**	**170.987**	**259.113**	**170.987**
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,0367	0,0323	0,0367	0,0323

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Atribuível aos acionistas controladores: Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total controladora	Acionistas não controladores	Total consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**5.079.086**	**5.244**	**24.427**	–	**5.108.757**	**220.153**	**5.328.910**
Movimentação financeira do acervo líquido	1	–	–	–	–	–	1.393	1.393
Incorporação do acervo líquido	1	221.547	–	–	–	221.547	(221.547)	–
Lucro líquido do exercício		–	–	–	170.987	170.987	–	170.987
Constituição da reserva	18.b	–	8.549	–	(8.549)	–	–	–
Dividendos	18.c	–	–	(24.427)	(40.610)	(65.036)	–	(65.036)
Retenção de lucros	18.c	–	–	121.829	(121.829)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**5.300.633**	**13.793**	**121.829**	–	**5.436.255**	–	**5.436.255**
Integralização de capital	18.a	2.221.159	–	–	–	2.221.159	–	2.221.159
Lucro líquido do exercício		–	–	–	259.113	259.113	–	259.113
Constituição da reserva	18.b	–	12.956	–	(12.956)	–	–	–
Dividendos	18.c	–	–	(121.829)	(98.463)	(220.291)	–	(220.291)
Retenção de lucros	18.c	–	–	147.694	(147.694)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**7.521.792**	**26.749**	**147.694**	–	**7.696.235**	–	**7.696.235**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício	259.113	170.987	259.113	170.987
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente total	259.113	170.987	259.113	170.987

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício		**259.113**	**170.987**	**259.113**	**170.987**
Ajustes para:					
Equivalência patrimonial	12	(281.197)	(195.510)	–	–
Provisão ressarcimento de energia	19	–	–	93.101	86.198
Depreciação e amortização	13	2.186	54	282.759	241.281
Amortização do intangível	14	–	–	67.501	67.551
Amortização de custos de transação	17	–	–	5.670	5.878
Despesas com juros	17	–	–	246.416	223.980
Juros de arrendamentos	15	533	–	1.720	1.254
Contratos futuros de energia	9	–	–	2.300	–
Imposto de renda e contribuição social correntes	22	64	1	111.678	54.097
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	–	–	252	1.195
		(19.302)	**(24.468)**	**1.070.509**	**852.422**
Variações em:					
Contas a receber de clientes		–	–	(28.527)	(12.752)
Adiantamentos a fornecedores		(143)	(249)	(6.800)	(4.752)
Tributos e contribuições a compensar		(475)	(60)	(7.352)	(2.763)
Depósito judicial		(19)	–	(114)	65
Despesas antecipadas		(29)	(63)	(1.665)	(1.273)
Outros ativos		(1)	–	(12.748)	(13.225)
Partes relacionadas	10	(17.647)	6.848	–	–
Movimentação financeira do acervo líquido		–	1.411	–	1.393
Fornecedores		(7.623)	7.899	(197.866)	66.597
Provisões	16	–	–	(52.683)	(48.086)
Obrigações fiscais		92	(24)	(18.379)	(7.914)
Provisão para contingências		285	–	285	–
Obrigações sociais e trabalhistas		140	517	1.771	2.888
Tributos diferidos		–	–	(10.351)	(12.794)
Caixa (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais		**(44.722)**	**(8.189)**	**736.081**	**819.807**
Impostos pagos sobre o lucro		(64)	–	(75.053)	(43.963)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais		**(44.785)**	**(8.189)**	**661.028**	**775.844**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:					
Caixa absorvido na incorporação		–	661	–	–
Aquisição de controladas		–	–	(22.960)	–
Aporte de capital nas controladas	12.2	(2.272.726)	(157.807)	–	–
Dividendos recebidos		176.020	132.504	–	–
Aquisição de imobilizado	13	(3.769)	(782)	(542.948)	(730.166)
Aquisição de intangível	14	(2.760)	(1.328)	(3.176)	(2.470)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(2.103.236)**	**(26.751)**	**(569.084)**	**(732.636)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:					
Arrendamentos	15	(2.198)	–	(4.151)	(2.713)
Integralização de capital	18	2.221.159	–	2.221.159	–
Aplicações financeiras vinculadas		–	–	(9.519)	(13.243)
Captação de financiamentos	17	–	–	826.773	505.038
Pagamento de principal sobre financiamentos	17	–	–	(507.874)	(209.096)
Pagamento de juros sobre financiamentos	17	–	–	(256.731)	(215.708)
Juros capitalizados e variações monetárias	17	–	–	14.068	5.405
Dividendos pagos		(64.576)	(1.647)	(64.576)	(1.647)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de financiamento		**2.154.385**	**(1.647)**	**2.219.148**	**68.036**
Aumento líquido (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		**6.364**	**(36.587)**	**2.311.092**	**111.243**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**404**	**36.992**	**499.837**	**388.594**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**6.769**	**404**	**2.810.929**	**499.837**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de Reais)*

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha
Diretora

Zhigang Yao
Diretor

CONTADOR

Pedro Paganni Lopes
CRC PR - 077115/O-1

ATLANTIC ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

CNPJ nº 11.489.312/0001-27

As demonstrações financeiras completas referente ao exercício findo em 31/12/2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/.
O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitida em 16 de abril de 2024 sem modificações.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(em milhares de reais)*

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	7	365.963	400	1.390.757	370.734
Contas a receber de clientes	8	–	1.001	96.270	84.259
Contas a receber de partes relacionadas	9	24.987	22.427	–	–
Dividendos a receber	9	4.990	10.380	–	–
Despesas antecipadas		84	64	5.943	3.959
Adiantamentos a fornecedores		691	546	19.822	12.374
Tributos e contribuições a compensar		9.903	4.915	15.374	9.479
Outros ativos		–	–	20.043	8.726
Total do ativo circulante		**406.618**	**39.732**	**1.548.209**	**489.531**
Aplicações financeiras vinculadas	10	–	–	120.582	115.413
Despesas antecipadas		25	5	501	1.280
Depósitos judiciais		–	2	120	26
Investimentos	11	2.922.278	2.113.465	–	–
Imobilizado	12	1.749	2.648	4.639.057	4.353.784
Intangível	13	6.116	5.711	29.118	5.742
Ativo de direito de uso	14	6.576	8.191	8.918	10.611
Total do ativo não circulante		**2.936.745**	**2.130.022**	**4.798.297**	**4.486.855**
Total do ativo		**3.343.363**	**2.169.754**	**6.346.506**	**4.976.386**

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Passivo					
Fornecedores		9.459	905	36.998	253.134
Provisões	15	–	–	164.328	158.766
Financiamentos	16	–	23.499	667.697	514.254
Obrigações sociais e trabalhistas		2.261	2.261	5.892	5.500
Passivo de arrendamento mercantil	14	3.129	3.529	3.145	3.545
Debêntures a pagar	16	–	–	15.146	13.345
Adiantamento de clientes		–	–	1.284	1.284
Obrigações fiscais		340	160	3.883	4.399
Conta a pagar à partes relacionadas		15.400	–	15.400	–
Imposto de renda e contribuição social a pagar		270	–	13.138	6.607
Total do passivo circulante		**30.859**	**30.354**	**926.911**	**960.834**
Provisões	15	–	–	88.854	47.336
Financiamentos	16	–	–	1.881.724	1.688.453
Passivo de arrendamento mercantil	14	2.981	4.722	5.619	7.378
Debêntures a pagar	16	–	–	128.316	132.673
Obrigações fiscais		473	630	473	630
Tributos diferidos		–	–	5.558	5.034
Total do passivo não circulante		**3.454**	**5.353**	**2.110.544**	**1.881.504**
Capital social		4.095.853	2.382.168	4.095.853	2.382.168
Capital social a integralizar		(650.000)	(31.566)	(650.000)	(31.566)
Prejuízos acumulados		(136.803)	(216.555)	(136.803)	(216.555)
Total do patrimônio líquido	17	**3.309.051**	**2.134.048**	**3.309.051**	**2.134.048**
Total do passivo e patrimônio líquido		**3.343.363**	**2.169.754**	**6.346.506**	**4.976.386**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(em milhares de Reais)*

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício		**79.752**	**51.188**	**79.752**	**51.188**
Ajustes para:					
Equivalência patrimonial	11	(52.442)	(56.994)	–	–
Depreciação e amortização	12	890	1.785	184.352	157.892
Despesas com juros	16	882	4.236	211.123	187.356
Amortização de custos de transação	16	–	–	5.407	5.614
Provisão ressarcimento de energia	15	–	–	71.588	69.719
Juros de arrendamentos		–	51	227	276
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	6.511	139	62.027	36.756
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	–	–	207	747
		35.592	**406**	**614.682**	**509.548**
Variações em:					
Contas a receber de clientes		1.001	864	(12.011)	(10.514)
Despesas antecipadas		(41)	41	(1.206)	(573)
Adiantamentos a fornecedores		(146)	(94)	(7.448)	(9.079)
Tributos e contribuições a compensar		(4.988)	(1.056)	(5.896)	(2.679)
Depósito judicial		2	19	(94)	19
Outros ativos		–	–	(11.317)	(4.581)
Partes relacionadas	9	12.840	(11.733)	15.400	–
Fornecedores		8.554	(638)	(216.136)	47.488
Provisões	15	–	–	(24.508)	–
Obrigações fiscais		(2.126)	764	(14.540)	(4.481)
Obrigações sociais e trabalhistas		–	–	392	1.697
Tributos diferidos		–	–	317	1.588
Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		**50.687**	**(11.427)**	**337.635**	**528.434**
Impostos pagos sobre o lucro		(4.092)	(133)	(41.629)	(29.594)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais		**46.595**	**(11.560)**	**296.005**	**498.839**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:					
Aporte de capital nas controladas	11.2	(747.596)	(172.397)	–	–
Aquisição de controladas	1.a	(22.960)	–	(22.960)	–
Dividendos recebidos		19.576	18.195	–	–
Aquisição de imobilizado	12	9	(139)	(469.548)	(699.952)
Aquisição de intangível		(405)	(1.142)	(416)	(1.142)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento		**(751.376)**	**(155.483)**	**(492.924)**	**(701.094)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:					
Arrendamentos		(526)	(1.290)	(770)	(1.531)
Aplicações financeiras vinculadas		–	–	(5.169)	(8.349)
Captação de financiamentos		–	104.000	826.773	505.038
Pagamento de principal sobre financiamentos	16	(23.000)	(81.000)	(492.745)	(197.984)
Pagamento de juros sobre financiamentos	16	(1.381)	(3.737)	(220.466)	(174.900)
Juros capitalizados e variações monetárias	16	–	–	14.068	5.405
Integralização de capital	17	1.095.251	147.807	1.095.251	147.807
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		**1.070.344**	**165.780**	**1.216.941**	**275.486**
Aumento líquido (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		**365.563**	**(1.263)**	**1.020.023**	**73.231**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**400**	**1.663**	**370.734**	**297.503**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**365.963**	**400**	**1.390.757**	**370.734**

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(em milhares de Reais)*

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita líquida de venda de energia	18	7.689	16.183	674.751	592.439
Custo da geração de energia	19	–	–	(387.750)	(305.357)
Lucro bruto		**7.689**	**16.183**	**287.001**	**287.082**
Despesas gerais e administrativas	19	(5.475)	(5.830)	(27.808)	(23.711)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	19	(8.759)	(11.692)	(5.519)	689
Resultado antes das (despesas) receitas financeiras líquidas e impostos		**(6.546)**	**(1.339)**	**253.675**	**264.060**
Despesas financeiras	20	(989)	(4.535)	(255.791)	(224.994)
Receitas financeiras	20	41.356	207	144.103	49.624
Despesas financeiras líquidas		**40.366**	**(4.328)**	**(111.688)**	**(175.369)**
Equivalência patrimonial	12	52.442	56.994	–	–
Resultado antes dos impostos		**86.263**	**51.327**	**141.986**	**88.691**
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	(6.511)	(139)	(62.027)	(36.756)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	–	–	(207)	(747)
Lucro líquido do exercício		**79.752**	**51.188**	**79.752**	**51.188**
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,0504	0,0575	0,0504	0,0575

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(em milhares de Reais)*

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício	79.752	51.188	79.752	51.188
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente total	79.752	51.188	79.752	51.188

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**2.382.168**	**(179.373)**	**(267.742)**	**1.935.053**
Integralização de capital	17	–	147.807	–	147.807
Lucro líquido do exercício		–	–	51.188	51.188
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**2.382.168**	**(31.566)**	**(216.554)**	**2.134.048**
Integralização de capital	17	1.063.685	31.566	–	1.095.252
Capital social a integralizar	17	650.000	(650.000)	–	–
Lucro líquido do exercício		–	–	79.752	79.752
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**4.095.853**	**(650.000)**	**(136.803)**	**3.309.051**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Diretoria

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha
Diretora
Zhigang Yao
Diretor

Contador

Pedro Paganni Lopes
CRC PR - 077115/O-1

Daitan Comércio de Veículos Ltda.

CNPJ nº 67.375.899/0001-06

Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 - (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

Ativo	Notas	2023	2022
Ativo Circulante		**64.659**	**51.494**
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	18.425	13.187
Contas a Receber de Clientes	4	12.149	13.217
Estoques	5	33.383	24.554
Adiantamentos		394	213
Tributos a Recuperar	6	142	129
Despesas de Exercício Seguinte		166	194
Ativo Não Circulante		**58.074**	**36.328**
Realizável a Longo Prazo		**25.584**	**18.721**
Depósitos Caucionados		411	174
Capitalização Fundo FIDC	7	25.173	18.547
Imobilizado	8	14.443	14.617
Direitos de Uso - CPC 06		17.922	2.845
Intangível		125	145
Total do Ativo		**122.733**	**87.822**

Passivo	Notas	2023	2022
Passivo Circulante		**40.259**	**28.514**
Fornecedores	9	30.004	18.461
Obrigações Trabalhistas e Sociais	10	2.096	1.949
Provisões Trabalhistas	11	1.883	1.713
Impostos, Taxas e Contribuições	12	863	794
Adiantamentos de Clientes		2.018	1.053
Juros s/ Capital Próprio a Pagar	14.d	1.364	2.364
Outras Contas a Pagar		196	224
Aluguel a Pagar – CPC 06		1.835	1.956
Passivo Não Circulante		**33.681**	**19.973**
Passivos Contingentes	13	1.255	784
Parcelamentos	12	251	251
Lucros a Distribuir - Pessoa Física	14.b	16.088	18.049
Aluguel – CPC 06		16.087	889
Patrimônio Líquido		**48.793**	**39.335**
Capital Social	14.a	15.155	15.155
Reservas		33.638	24.180
Total do Passivo		**122.733**	**87.822**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Demonstração do Resultado	Notas	2023	2022
Receita Operacional Líquida	15	**420.915**	**322.658**
Custos das Mercadorias Vendidas		(348.788)	(256.627)
Resultado Operacional Bruto		**72.127**	**66.031**
(Despesas) Receitas Operacionais:		**(58.241)**	**(53.327)**
Despesas de Pessoal		(30.292)	(27.060)
Despesas Comerciais		(1.404)	(1.109)
Despesas Administrativas	16	(23.869)	(22.884)
Despesas Tributárias		(3.098)	(2.862)
Outras Receitas/Despesas		422	588
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro		**13.886**	**12.704**
Resultado Financeiro Líquido	17	640	1.758
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		**14.526**	**14.462**
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro		(5.068)	(4.770)
Lucro Líquido do Exercício		**9.458**	**9.692**
Lucro Líquido por Quota – em Reais		**0,62**	**0,64**
Demonstração do Resultado Abrangente		**2023**	**2022**
Resultado do Exercício		**9.458**	**9.692**
Total do Resultado do Exercício		**9.458**	**9.692**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social (Nota 14.a)	Lucros a Destinar	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	**15.155**	**14.488**	**-**	**29.643**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	9.692	9.692
Lucros a Destinar (Nota 14.c)	-	9.692	(9.692)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	**15.155**	**24.180**	**-**	**39.335**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	9.458	9.458
Lucros a Destinar **(Nota 14.c)**	-	9.458	(9.458)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	**15.155**	**33.638**	**-**	**48.793**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2023	2022
Lucro Líquido do Exercício	9.458	9.692
Depreciações e Amortizações	1.662	1.618
Lucro Líquido do Exercício Ajustado	**11.120**	**11.310**
Variações do CCL – Capital Circulante Operacional	**3.509**	**(4.902)**
Contas a Receber de Clientes	861	(1.666)
Estoques	(8.828)	(10.235)
Adiantamentos	25	(14)
Tributos a Recuperar	(13)	584
Despesas de Exercício Seguinte	29	(32)
Depósitos Caucionados	(237)	(37)
Fornecedores	11.544	7.019
Obrigações Trabalhistas e Sociais	147	139
Provisões Trabalhistas	169	78
Impostos, Taxas e Contribuições	244	(374)
Adiantamentos de Clientes	(184)	90
Outras Contas a Pagar	(719)	(126)
Provisão para Contingência	471	(328)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	**14.629**	**6.408**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
(Aumento) Redução Imobilizado	195	(2.115)
Adições nas Aquisições de Investimento	(6.626)	(4.618)
(Aumento) Redução de Ativo de Direito de Uso	-	6.649
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos	**(6.431)**	**(84)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Distribuição de Lucros	(1.960)	(4.145)
Juros s/Capital Próprio	(1.000)	-
Passivo de Arrendamento	-	(6.649)
Empréstimos e Financiamentos	-	(4.922)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamentos	**(2.960)**	**(15.716)**
Aumento nas Disponibilidades e Equivalentes de Caixa	**5.238**	**(9.393)**
Variação das Disponibilidades e Equivalentes de Caixa		
No início do exercício	13.187	22.580
No fim do exercício	18.425	13.187
	5.238	**(9.393)**

IDEVALDO RUBENS MAMPRIN
Administrador

ALEXANDRE SIMÕES ZANINOTTO
Administrador

EDSON FERNANDES BALTAR
CT - CRC 1SP 173966/O-7

“As Demonstrações Financeiras na íntegra e Parecer dos Auditores Independentes, encontram-se disponíveis na sede da Companhia e publicadas no Jornal O Dia versão digital em 23/04/2024”

Construcap - CCPS - Engenharia e Comércio S.A.

CNPJ/ME nº 61.584.223/0001-38 - NIRE 35.300.053.095

Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária

Ficam os senhores acionistas da **Construcap - CCPS - Engenharia e Comércio S.A**. (“Companhia”) convocados para a Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 29 de abril de 2024, às 10h30 em primeira convocação e às 11h00 em segunda convocação, exclusivamente por meio de plataforma de videoconferência que permitirá a participação e a votação a distância, mediante atuação remota, conforme autorizado pela Lei nº 6.404/76, art. 124, § 2º-A, a qual será considerada como realizada, para todos os efeitos, na sede da Companhia, localizada na Avenida Dra. Ruth Cardoso, Edifício Eldorado Business Tower, nº 8.501, 32º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos, proposta pela Diretoria e recomendada pelo Conselho de Administração da Companhia em 25 de março de 2024; e (iii) Fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e dos membros da Diretoria para o exercício de 2024. Nos termos do artigo 133, § 3º da Lei 6.404/76, os documentos a que se refere esse artigo foram publicados no “Jornal O Dia SP”, em 28/03/2024, nas páginas 11 a 14. A íntegra desses documentos foi encaminhada aos Acionistas por e-mail em 27/03/2024, com o aviso, ainda, de que referidos documentos se encontravam à disposição dos Acionistas. **Instruções Gerais:** a) Para participação na Assembleia, os representantes legais ou procuradores dos Acionistas deverão observar o disposto no artigo 126 da Lei nº 6.404/76, apresentando à Companhia, preferencialmente, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, o documento de identidade com foto e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, bem como, no caso de representação por procurador, o instrumento de mandato realizado há menos de 1 (um) ano com reconhecimento da firma do outorgante, mediante envio de e-mail ao endereço secretaria@construcap.com.br; b) A Companhia informa que, a fim de viabilizar a realização da Assembleia de modo exclusivamente digital, divulgará aos Acionistas o *link* de acesso à plataforma de videoconferência e demais dados de acesso ao sistema eletrônico um dia antes da data da realização da Assembleia. A participação da Assembleia, bem como o exercício do direito de voto nas deliberações das matérias constantes da ordem do dia serão realizados por meio da utilização do sistema eletrônico. O sistema eletrônico também assegurará: (i) a segurança, a confiabilidade e a transparência da Assembleia; (ii) o registro da presença dos acionistas e dos respectivos votos; (iii) a preservação do direito de participação a distância do acionista durante toda a Assembleia; (iv) o exercício do direito de voto a distância por parte do acionista, bem como o seu respectivo registro; (v) a possibilidade de visualização de documentos apresentados durante a Assembleia; (vi) a possibilidade de a mesa receber manifestações escritas dos acionistas; (vii) a gravação integral da assembleia; e (viii) a participação de administradores, pessoas autorizadas a participar da Assembleia e pessoas cuja participação seja obrigatória. São Paulo/SP, 19 de abril de 2024. **Maria Lucia Ribeiro Capobianco Porto - Presidente do Conselho de Administração.**

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

COMPLEXO MORRINHOS ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

CNPJ nº 20.829.557/0001-47

As demonstrações financeiras completas referente ao exercício findo em 31/12/2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitida em 16 de abril de 2024 sem modificações.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(em milhares de reais)*

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	7	121.113	103	239.718	127.170
Contas a receber de clientes	8	–	–	22.887	23.468
Dividendos a receber	9	6.022	9.206	–	–
Adiantamentos a fornecedores		4	4	8.775	9.568
Despesas antecipadas		331	71	834	572
Tributos e contribuições a compensar		398	388	1.520	1.176
Outros ativos		–	–	18.056	7.127
Total do ativo circulante		**127.867**	**9.772**	**291.789**	**169.080**
Contas a receber de partes relacionadas	9	6.069	7.412	–	–
Aplicações financeiras vinculadas	10	2	2	36.057	38.528
Investimentos	11	536.776	519.101	–	–
Imobilizado	12	–	–	701.034	699.050
Intangível		–	31	–	31
Total do ativo não circulante		**542.847**	**526.546**	**737.091**	**737.609**
Total do ativo		**670.714**	**536.318**	**1.028.880**	**906.689**

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Passivo					
Fornecedores		13	62	2.484	805
Provisões	13	–	–	12.842	20.349
Financiamentos	14	–	–	334.781	27.101
Obrigações sociais e trabalhistas		–	–	666	446
Debêntures a pagar	14	86.108	12.065	86.108	12.065
Adiantamento de clientes		–	–	101	101
Dividendos a pagar	9	2.386	7.315	2.386	7.315
Contas a pagar à partes relacionadas	9	7.058	2.248	7.058	2.248
Obrigações fiscais		6	–	937	621
Imposto de renda e contribuição social a pagar		–	–	1.261	1.309
Total do passivo circulante		**95.570**	**21.690**	**448.625**	**72.361**
Provisões	13	–	–	60.269	30.180
Financiamentos	14	–	–	–	330.053
Debêntures a pagar	14	–	81.529	–	81.529
Contas a pagar à partes relacionadas	9	56.438	42.054	–	–
Tributos diferidos		–	–	1.281	1.522
Total do passivo não circulante		**56.438**	**123.583**	**61.550**	**443.284**
Capital social		401.183	281.183	401.183	281.183
Reserva legal		7.697	7.195	7.697	7.195
Reserva de lucros		109.825	102.667	109.825	102.667
Total do patrimônio líquido	15	**518.705**	**391.045**	**518.705**	**391.045**
Total do passivo e patrimônio líquido		**670.714**	**536.318**	**1.028.880**	**906.689**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(em milhares de Reais)*

	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício		**10.046**	**21.529**	**10.046**	**21.529**
Ajustes para:					
Resultado de equivalência patrimonial	11	(23.697)	(37.147)	–	–
Depreciação e amortização	12	–	–	32.470	29.435
Juros e variações monetárias	14	11.193	13.282	44.875	47.977
Amortização de custos de transação	14	845	915	1.430	1.567
Provisão ressarcimento	13	–	–	31.805	18.590
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	–	–	11.930	11.702
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	–	–	(110)	163
		(1.613)	**(1.421)**	**132.445**	**130.964**
Variações em:					
Contas a receber de clientes		–	–	581	(1.068)
Adiantamentos a fornecedores		–	–	794	(8.155)
Despesas antecipadas		(259)	2	(262)	(497)
Tributos e contribuições a compensar		(10)	(321)	(344)	(561)
Outros ativos		–	–	(10.929)	(3.392)
Partes relacionadas	9	20.537	14.970	4.810	(2.135)
Fornecedores		(49)	57	1.679	(2.606)
Provisões		–	–	(9.223)	–
Obrigações sociais e trabalhistas		–	–	221	226
Obrigações fiscais		6	–	(2.927)	(3.030)
Tributos diferidos		–	–	(130)	356
Caixa proveniente das atividades operacionais		**18.612**	**13.287**	**116.714**	**110.102**
Impostos pagos sobre o lucro		–	–	(8.735)	(9.037)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**(1.926)**	**13.287**	**107.979**	**101.066**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:					
Dividendos recebidos		9.206	6.879	–	–
Aquisição de imobilizado	12	–	–	(34.453)	(31.747)
Baixa de intangível		31	–	31	–
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento		**9.237**	**6.879**	**(34.422)**	**(31.747)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:					
Aplicações financeiras vinculadas		(1)	(1)	2.471	(7.153)
Financiamentos obtidos	14	–	–	–	551
Dividendos pagos		(7.315)	(526)	(7.315)	(526)
Integralização de capital	15	120.000	–	120.000	–
Pagamento de principal de financiamentos	14	(12.748)	(12.219)	(39.143)	(36.179)
Pagamento de juros sobre financiamentos	14	(6.776)	(7.373)	(37.021)	(39.316)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**93.160**	**(20.118)**	**38.991**	**(82.622)**
Aumento líquido (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		**121.010**	**47**	**112.548**	**(13.304)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**103**	**56**	**127.170**	**140.474**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**121.113**	**103**	**239.718**	**127.170**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(em milhares de Reais)*

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita líquida de venda de energia	16	–	–	134.807	139.280
Custo da geração de energia	17	–	–	(75.537)	(67.376)
Lucro bruto		–	–	**59.270**	**71.904**
Despesas gerais e administrativas	17	(116)	(211)	(4.035)	(4.536)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	(10)	(6)	(1.465)	(778)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**(126)**	**(217)**	**53.770**	**66.589**
Despesas financeiras	18	(13.749)	(15.420)	(51.536)	(53.105)
Receitas financeiras	18	224	18	19.632	19.910
Resultado financeiro		**(13.525)**	**(15.401)**	**(31.904)**	**(33.195)**
Resultado de equivalência patrimonial	11	23.697	37.147	–	–
Resultado antes dos impostos		**10.046**	**21.529**	**21.866**	**33.394**
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	–	–	(11.930)	(11.702)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	–	–	110	(163)
Lucro líquido do exercício		**10.046**	**21.529**	**10.046**	**21.529**
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,0275	0,0766	0,0275	0,0766

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(em milhares de Reais)*

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício	10.046	21.529	10.046	21.529
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente total	10.046	21.529	10.046	21.529

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**281.183**	**6.118**	**87.328**	–	**374.629**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	21.529	21.529
Constituição da reserva	15.b	–	1.077	–	(1.077)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	15.c	–	–	–	(5.113)	(5.113)
Retenção de lucros	15.d	–	–	15.339	(15.339)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**281.183**	**7.195**	**102.667**	–	**391.045**
Integralização de capital	15.a	120.000	–	–	–	120.000
Lucro líquido do exercício		–	–	–	10.046	10.046
Constituição da reserva	15.b	–	502	–	(502)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	15.c	–	–	–	(2.386)	(2.386)
Retenção de lucros	15.d	–	–	7.158	(7.158)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**401.183**	**7.697**	**109.825**	–	**518.705**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Diretoria

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha - Diretora
Zhigang Yao - Diretor

Pedro Paganni Lopes - CRC PR - 077115/O-1

Morrinhos Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 17.613.286/0001-83

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	35.591	40.194
Contas a receber de clientes	8	3.910	3.149
Despesas antecipadas		83	83
Adiantamentos a fornecedores		841	2.181
Tributos e contribuições a compensar		404	188
Outros ativos		2.797	1.802
Total do ativo circulante		**43.626**	**47.598**
Contas a receber de partes relacionadas	9	13.326	8.956
Aplicações financeiras vinculadas	10	5.918	6.355
Imobilizado	11	99.911	93.384
Total do ativo não circulante		**119.155**	**108.694**
Total do ativo		**162.781**	**156.292**

	Nota	2023	2022
Passivo			
Fornecedores		655	124
Provisões	12	1.249	2.204
Financiamentos	13	54.343	4.484
Obrigações sociais e trabalhistas		111	74
Adiantamento de clientes		9	9
Dividendos a pagar	9	1.773	2.294
Obrigações fiscais		189	99
Imposto de renda e contribuição social a pagar		190	208
Total do passivo circulante		**58.519**	**9.498**
Provisões	12	10.579	5.237
Financiamentos	13	-	53.575
Tributos diferidos		212	203
Total do passivo não circulante		**10.791**	**59.014**
Capital social		38.823	38.823
Reserva legal		3.576	3.203
Reserva de lucros		51.072	45.754
Total do patrimônio líquido	14	**93.471**	**87.780**
Total do passivo e patrimônio líquido		**162.781**	**156.292**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**38.823**	**2.720**	**38.871**	-	**80.414**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	9.660	9.660
Constituição da reserva legal	14.b	-	483	-	(483)	-
Dividendos mínimo obrigatório	14.c	-	-	-	(2.294)	(2.294)
Reserva de lucros	14.d	-	-	6.883	(6.883)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**38.823**	**3.203**	**45.754**	-	**87.780**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	7.463	7.463
Constituição da reserva legal	14.b	-	373	-	(373)	-
Dividendos mínimo obrigatório	14.c	-	-	-	(1.772)	(1.772)
Reserva de lucros	14.d	-	-	5.318	(5.318)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**38.823**	**3.576**	**51.072**	-	**93.471**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Receita líquida de venda de energia	15	22.838	23.452
Custo da geração de energia	16	(10.877)	(9.646)
Lucro bruto		**11.961**	**13.806**
Despesas gerais e administrativas	16	(632)	(660)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	(403)	(91)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**10.927**	**13.055**
Despesas financeiras	17	(6.183)	(6.174)
Receitas financeiras	17	5.480	5.495
		(703)	(679)
Resultado antes dos impostos		**10.224**	**12.376**
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(2.756)	(2.689)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(4)	(27)
Lucro líquido do exercício		**7.463**	**9.660**
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,1922	0,2488

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	7.463	9.660
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	7.463	9.660

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Diretoria

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha - Diretora

Zhigang Yao - Diretor

Pedro Paganni Lopes - Contador - CRC PR - 077115/O-1

As demonstrações financeiras completas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço www.jornalodiasp.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 16 de abril de 2024, sem modificações.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		**7.463**	**9.660**
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	11	4.410	3.953
Provisão ressarcimento de energia	15	5.649	2.793
Juros e variações monetárias	13	5.480	5.655
Amortização de custos de transação	13	98	106
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	2.756	2.689
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	4	27
		25.860	**24.882**
Variações em:			
Contas a receber de clientes		(760)	(170)
Despesas antecipadas		-	(83)
Adiantamentos a fornecedores		1.340	(2.165)
Tributos e contribuições a compensar		(216)	(173)
Outros ativos		(995)	(916)
Partes relacionadas	9	(4.370)	(3.980)
Fornecedores		531	(673)
Provisões	12	(1.262)	-
Obrigações sociais e trabalhistas		37	40
Obrigações fiscais		(697)	(745)
Tributos diferidos		5	59
Caixa proveniente das atividades operacionais		**19.473**	**16.077**
Impostos pagos sobre o lucro		(1.988)	(2.004)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**17.485**	**14.073**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de imobilizado	11	(10.937)	(1.901)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(10.937)**	**(1.901)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Aplicações financeiras vinculadas	10	438	(1.120)
Dividendos pagos	14	(2.294)	(2.131)
Pagamento de principal de financiamentos	13	(4.371)	(3.970)
Pagamento de juros sobre financiamentos	13	(4.922)	(5.208)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**(11.150)**	**(12.429)**
Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(4.603)**	**(258)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**40.194**	**40.452**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**35.591**	**40.194**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Campo Formoso I Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 17.613.280/0001-06

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	9.343	12.563
Contas a receber de clientes	8	3.123	3.151
Despesas antecipadas		85	83
Adiantamentos a fornecedores		1.300	4.011
Tributos e contribuições a compensar		31	37
Outros ativos		7.440	853
Total do ativo circulante		**21.323**	**20.698**
Contas a receber de partes relacionadas	9	10.430	7.927
Aplicações financeiras vinculadas	10	5.226	6.451
Imobilizado	11	107.546	110.344
Total do ativo não circulante		**123.202**	**124.722**
Total do ativo		**144.524**	**145.421**

	Nota	2023	2022
Passivo			
Fornecedores		298	88
Provisões	12	6.316	11.184
Financiamentos	13	56.108	4.568
Adiantamento de clientes		9	9
Obrigações sociais e trabalhistas		111	74
Dividendos a pagar	9	714	1.156
Obrigações fiscais		194	97
Imposto de renda e contribuição social a pagar		228	209
Total do passivo circulante		**63.979**	**17.386**
Provisões	12	10.975	5.448
Financiamentos	13	-	55.315
Tributos diferidos		208	203
Total do passivo não circulante		**11.184**	**60.966**
Capital social		39.971	39.971
Reserva legal		1.927	1.777
Reserva de lucros		27.464	25.320
Total do patrimônio líquido	14	**69.362**	**67.068**
Total do passivo e patrimônio líquido		**144.524**	**145.421**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**39.971**	**1.533**	**21.851**	-	**63.355**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	4.869	4.869
Constituição da reserva legal	14.b	-	243	-	(243)	-
Dividendos mínimo obrigatório	14.c	-	-	-	(1.157)	(1.157)
Reserva de lucros	14.d	-	-	3.469	(3.469)	(0)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**39.971**	**1.777**	**25.320**	-	**67.067**
Lucro líquido do exercício					3.008	3.008
Constituição da reserva legal	14.b	-	150	-	(150)	-
Dividendos mínimo obrigatório	14.c	-	-	-	(714)	(714)
Reserva de lucros	14.d	-	-	2.144	(2.144)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**39.971**	**1.927**	**27.464**	**(0)**	**69.362**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Receita líquida de venda de energia	15	21.115	21.141
Custo da geração de energia	16	(11.653)	(10.155)
Lucro bruto		**9.462**	**10.987**
Despesas gerais e administrativas	16	(649)	(668)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	(141)	(184)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**8.672**	**10.135**
Despesas financeiras	17	(6.234)	(6.327)
Receitas financeiras	17	2.158	2.848
		(4.076)	(3.479)
Resultado antes dos impostos		**4.597**	**6.656**
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(1.586)	(1.759)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(2)	(28)
Lucro líquido do exercício		**3.008**	**4.869**
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,0753	0,1218

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	3.008	4.869
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	3.008	4.869

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Diretoria

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha - Diretora

Zhigang Yao - Diretor

Pedro Paganni Lopes - Contador - CRC PR - 077115/O-1

As demonstrações financeiras completas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço www.jornalodiasp.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 16 de abril de 2024, sem modificações.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		**3.008**	**4.869**
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	11	5.046	4.430
Provisão ressarcimento de energia	15	6.311	4.932
Juros e variações monetárias	13	5.655	5.831
Amortização de custos de transação	13	100	109
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	1.586	1.759
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	2	28
		21.708	**21.958**
Variações em:			
Contas a receber de clientes		28	(163)
Despesas antecipadas		(2)	(83)
Adiantamentos a fornecedores		2.710	(3.913)
Tributos e contribuições a compensar		6	(6)
Outros ativos		(6.587)	(438)
Partes relacionadas		(2.503)	(3.005)
Fornecedores		210	(273)
Provisões	12	(5.652)	-
Obrigações fiscais		(340)	(519)
Obrigações sociais e trabalhistas		37	37
Tributos diferidos		3	60
Caixa proveniente das atividades operacionais		9.618	13.656
Impostos pagos sobre o lucro		(1.130)	(1.328)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**8.488**	**12.328**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de imobilizado	11	(2.248)	(14.807)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**(2.248)**	**(14.807)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Aplicações financeiras vinculadas		1.226	(1.226)
Dividendos pagos		(1.156)	(1.188)
Pagamento de principal de financiamentos	13	(4.449)	(4.041)
Pagamento de juros sobre financiamentos	13	(5.080)	(5.370)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(9.460)	(11.826)
Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa		(3.220)	(14.306)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		12.563	26.869
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		9.343	12.563

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Campo Formoso II Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 17.613.629/0001-00

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.641	1.063
Contas a receber de clientes	8	4.093	3.253
Despesas antecipadas		85	83
Adiantamentos a fornecedores		701	676
Outros ativos		1.778	1.002
Total do ativo circulante		**8.298**	**6.077**
Aplicações financeiras vinculadas	10	6.390	6.453
Imobilizado	11	150.623	154.547
Total do ativo não circulante		**157.013**	**161.000**
Total do ativo		**165.311**	**167.077**

	Nota	2023	2022
Passivo			
Fornecedores		441	195
Provisões	12	171	259
Financiamentos	13	55.764	4.601
Obrigações sociais e trabalhistas		111	74
Adiantamento de clientes		9	9
Obrigações fiscais		139	120
Imposto de renda e contribuição social a pagar		234	220
Total do passivo circulante		**56.869**	**5.480**
Provisões	12	9.868	5.059
Financiamentos	13	-	54.975
Contas a pagar à partes relacionadas	9	6.069	7.412
Tributos diferidos		223	210
Total do passivo não circulante		**16.160**	**67.656**
Capital social		82.548	82.548
Reserva legal		1.081	1.081
Reserva de lucros		8.653	10.312
Total do patrimônio líquido	14	**92.282**	**93.941**
Total do passivo e patrimônio líquido		**165.311**	**167.077**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Notas	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acum.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**82.548**	**-**	**1.081**	**11.927**	**-**	**95.556**
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(1.615)	(1.615)
Compensação de prejuízo	14.d	-	-	-	(1.615)	1.615	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**82.548**	**-**	**1.081**	**10.312**	**-**	**93.941**
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(1.659)	(1.659)
Compensação de prejuízo	14.d	-	-	-	(1.659)	1.659	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**82.548**	**-**	**1.081**	**8.653**	**-**	**92.282**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Receita líquida de venda de energia	15	24.952	23.915
Custo da geração de energia	16	(18.754)	(17.683)
Lucro bruto		**6.198**	**6.233**
Despesas gerais e administrativas	16	(701)	(944)
Outras receitas operacionais, líquidas	16	(361)	(274)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**5.135**	**5.015**
Despesas financeiras	17	(6.380)	(6.365)
Receitas financeiras	17	795	930
Despesas financeiras líquidas		**(5.585)**	**(5.436)**
Resultado antes dos impostos		**(449)**	**(421)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(1.203)	(1.167)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(6)	(28)
Prejuízo do exercício		**(1.659)**	**(1.615)**
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		(0,0201)	(0,0196)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Prejuízo do exercício	(1.659)	(1.615)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(1.659)	(1.615)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Diretoria

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha - Diretora

Zhigang Yao - Diretor

Pedro Paganni Lopes - Contador - CRC PR - 077115/O-1

As demonstrações financeiras completas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço www.jornalodiasp.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 16 de abril de 2024, sem modificações.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Prejuízo do exercício		**(1.659)**	**(1.615)**
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	11	7.146	6.643
Provisão ressarcimento de energia	15	4.809	3.081
Juros e variações monetárias	13	5.624	5.803
Amortização de custos de transação	13	100	109
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	1.203	1.167
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	6	28
		17.229	**15.216**
Variações em:			
Contas a receber de clientes		(840)	(171)
Despesas antecipadas		(2)	(83)
Adiantamentos a fornecedores		(26)	256
Outros ativos		(776)	992
Partes relacionadas		(1.343)	(557)
Fornecedores		245	(991)
Provisões	12	(88)	-
Obrigações fiscais		(114)	(133)
Obrigações sociais e trabalhistas		37	37
Tributos diferidos		7	60
Caixa proveniente das atividades operacionais		**14.329**	**14.625**
Impostos pagos sobre o lucro		(1.057)	(1.041)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**13.273**	**13.584**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de imobilizado	11	(3.222)	(3.007)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(3.222)**	**(3.007)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Aplicações financeiras vinculadas		63	(1.148)
Pagamento de principal de financiamentos	13	(4.485)	(4.073)
Pagamento de juros sobre financiamentos	13	(5.052)	(5.345)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**(9.474)**	**(10.566)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**578**	**11**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**1.063**	**1.052**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**1.641**	**1.063**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Andorinha Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 17.613.512/0001-26

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	34.895	38.455
Contas a receber de clientes	8	4.147	3.338
Despesas antecipadas		83	83
Adiantamentos a fornecedores		3.867	1.131
Tributos e contribuições a compensar		182	60
Outros ativos		2.283	421
Total do ativo circulante		**45.458**	**43.488**
Contas a receber de partes relacionadas	9	11.470	8.967
Aplicações financeiras vinculadas	10	6.212	6.496
Imobilizado	11	105.875	102.875
Total do ativo não circulante		**123.557**	**118.338**
Total do ativo		**169.015**	**161.826**

	Nota	2023	2022
Passivo			
Fornecedores		338	118
Provisões	12	2.374	2.599
Financiamentos	13	55.632	4.657
Obrigações sociais e trabalhistas		111	74
Adiantamento de clientes		11	11
Dividendos a pagar	9	1.902	2.607
Obrigações fiscais		191	104
Imposto de renda e contribuição social a pagar		193	206
Total do passivo circulante		**60.752**	**10.376**
Provisões	12	10.850	5.302
Financiamentos	13	-	54.850
Tributos diferidos		225	214
Total do passivo não circulante		**11.075**	**60.366**
Capital social		41.618	41.618
Reserva legal		3.639	3.238
Reserva de lucros		51.932	46.227
Total do patrimônio líquido	14	**97.189**	**91.084**
Total do passivo e patrimônio líquido		**169.015**	**161.826**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**41.618**	**2.689**	**38.408**	**-**	**82.715**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	10.975	10.975
Constituição da reserva legal	14.b	-	549	-	(549)	-
Dividendos mínimo obrigatório	14.c	-	-	-	(2.607)	(2.607)
Reserva de lucros	14.d	-	-	7.819	(7.819)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**41.618**	**3.238**	**46.227**	**-**	**91.084**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	8.006	8.006
Constituição da reserva legal	14.b	-	400	-	(400)	-
Dividendos mínimo obrigatório	14.c	-	-	-	(1.902)	(1.902)
Reserva de lucros	14.d	-	-	5.705	(5.705)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**41.618**	**3.639**	**51.932**	**-**	**97.189**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Receita líquida de venda de energia	15	24.009	25.076
Custo da geração de energia	16	(11.361)	(9.598)
Lucro bruto		**12.648**	**15.478**
Despesas gerais e administrativas	16	(718)	(738)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	(197)	(38)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**11.732**	**14.703**
Despesas financeiras	17	(6.277)	(6.186)
Receitas financeiras	17	5.309	5.095
Despesas financeiras líquidas		**(968)**	**(1.090)**
Resultado antes dos impostos		**10.764**	**13.612**
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(2.753)	(2.609)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(5)	(29)
Lucro líquido do exercício		**8.006**	**10.975**
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,1924	0,2637

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	8.006	10.975
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	8.006	10.975

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Diretoria

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha - Diretora

Zhigang Yao - Diretor

Pedro Paganni Lopes - Contador - CRC PR - 077115/O-1

As demonstrações financeiras completas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço www.jornalodiasp.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 16 de abril de 2024, sem modificações.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		**8.006**	**10.975**
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	11	4.840	4.353
Provisão ressarcimento de energia	15	6.088	2.701
Juros e variações monetárias	13	5.556	5.720
Amortização de custos de transação	13	96	120
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	2.753	2.609
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	5	29
		27.343	**26.507**
Variações em:			
Contas a receber de clientes		(809)	(194)
Despesas antecipadas		-	(83)
Adiantamentos a fornecedores		(2.736)	(1.076)
Tributos e contribuições a compensar		(122)	(60)
Outros ativos		(1.862)	(421)
Partes relacionadas	9	(2.503)	(3.553)
Fornecedores		221	(159)
Provisões	12	(765)	-
Obrigações fiscais		(764)	(739)
Obrigações sociais e trabalhistas		37	37
Tributos diferidos		6	62
Caixa proveniente das atividades operacionais		**18.044**	**20.322**
Impostos pagos sobre o lucro		(1.915)	(1.960)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**16.129**	**18.362**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de imobilizado	11	(7.840)	(3.366)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(7.840)**	**(3.366)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Aplicações financeiras vinculadas		284	(1.194)
Empréstimos e financiamentos obtidos	13	-	551
Dividendos pagos		(2.606)	(1.683)
Pagamento de principal de financiamentos	13	(4.542)	(4.110)
Pagamento de juros sobre financiamentos	**13**	**(4.985)**	**(5.263)**
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**(11.849)**	**(11.699)**
Redução (Aumento) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(3.560)**	**3.297**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**38.455**	**35.158**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**34.895**	**38.455**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sertão Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 17.613.432/0001-70

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	28.906	26.311
Contas a receber de clientes	8	3.491	2.836
Despesas antecipadas		80	83
Adiantamentos a fornecedores		1.353	1.129
Tributos e Contribuições a Compensar		3	-
Outros ativos		2.011	824
Total do ativo circulante		**35.844**	**31.184**
Contas a receber de partes relacionadas	9	10.435	7.931
Aplicações financeiras vinculadas	10	5.422	5.919
Imobilizado	11	102.140	104.062
Total do ativo não circulante		**117.997**	**117.913**
Total do ativo		**153.840**	**149.096**

	Nota	2023	2022
Passivo			
Fornecedores		454	124
Provisões	12	2.350	3.720
Financiamentos	13	47.616	3.875
Obrigações sociais e trabalhistas		111	74
Adiantamento de clientes		8	8
Dividendos a pagar	9	1.397	1.713
Obrigações fiscais		111	99
Imposto de renda e contribuição social a pagar		165	212
Total do passivo circulante		**52.212**	**9.826**
Provisões	12	9.544	4.737
Financiamentos	13	-	46.941
Tributos diferidos		191	183
Total do passivo não circulante		**9.734**	**51.861**
Capital social		52.153	52.153
Reserva legal		2.605	2.311
Reserva de lucros		37.136	32.945
Total do patrimônio líquido	14	**91.894**	**87.409**
Total do passivo e patrimônio líquido		**153.840**	**149.096**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**52.153**	**1.950**	**27.805**	**-**	**81.908**
Lucro líquido do exercício					7.214	7.214
Constituição da reserva legal	14.b	-	361	-	(361)	-
Dividendos mínimo obrigatório	14.c	-	-	-	(1.713)	(1.713)
Reserva de lucros	14.d	-	-	5.140	(5.140)	
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**52.153**	**2.311**	**32.945**	**-**	**87.409**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	5.883	5.883
Constituição da reserva legal	14.b	-	294	-	(294)	-
Dividendos mínimo obrigatório	14.c	-	-	-	(1.397)	(1.397)
Reserva de lucros	14.d	-	-	4.192	(4.192)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**52.153**	**2.605**	**37.137**	**(0)**	**91.895**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Receita líquida de venda de energia	15	20.897	20.869
Custo da geração de energia	16	(10.577)	(9.254)
Lucro bruto		**10.320**	**11.615**
Despesas gerais e administrativas	16	(611)	(658)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	(202)	(101)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**9.507**	**10.856**
Despesas financeiras	17	(5.499)	(5.297)
Receitas financeiras	17	4.052	3.672
Despesas financeiras líquidas		**(1.447)**	**(1.624)**
Resultado antes dos impostos		**8.061**	**9.232**
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(2.174)	(1.995)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(4)	(24)
Lucro líquido do exercício		**5.883**	**7.214**
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,1128	0,1383

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	5.883	7.214
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	5.883	7.214

Diretoria

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha - Diretora

Zhigang Yao - Diretor

Pedro Paganni Lopes - Contador - CRC PR - 077115/O-1

As demonstrações financeiras completas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço www.jornalodiasp.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 16 de abril de 2024, sem modificações.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		**5.883**	**7.214**
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	11	4.781	4.437
Provisão ressarcimento de energia	15	4.891	2.689
Juros e variações monetárias	13	4.799	4.948
Amortização de custos de transação	13	86	92
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	2.174	1.995
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	4	24
		22.618	**21.399**
Variações em:			
Contas a receber de clientes		(655)	(143)
Despesas antecipadas		3	(83)
Adiantamentos a fornecedores		(225)	(982)
Tributos e contribuições a compensar		(3)	-
Outros ativos		(1.187)	(651)
Partes relacionadas	9	(2.503)	(3.005)
Fornecedores		330	(114)
Provisões	12	(1.455)	-
Obrigações fiscais		(704)	(542)
Obrigações sociais e trabalhistas		37	37
Tributos diferidos		4	52
Caixa proveniente das atividades operacionais		**16.260**	**15.966**
Impostos pagos sobre o lucro		(1.506)	(1.501)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**14.755**	**14.465**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de imobilizado	11	(2.858)	(2.025)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(2.858)**	**(2.025)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Aplicações financeiras vinculadas	10	497	(1.068)
Dividendos pagos	14	(1.713)	(1.145)
Pagamento de principal de financiamentos	13	(3.776)	(3.429)
Pagamento de juros sobre financiamentos	13	(4.311)	(4.557)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**(9.302)**	**(10.200)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**2.594**	**2.240**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**26.311**	**24.072**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**28.906**	**26.311**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos dos Guarás I Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 13.344.343/0001-15

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	8.230	8.480
Contas a receber de clientes	8	4.124	7.740
Despesas antecipadas		85	83
Adiantamentos a fornecedores		708	438
Tributos e contribuições a compensar		502	503
Outros ativos		1.746	2.225
Total do ativo circulante		**15.395**	**19.470**
Contas a receber de partes relacionadas	9	10.777	8.273
Aplicações financeiras vinculadas	10	6.887	6.851
Imobilizado	11	134.940	133.838
Total do ativo não circulante		**152.604**	**148.963**
Total do ativo		**167.999**	**168.433**

	Nota	2023	2022
Passivo			
Fornecedores		286	94
Provisões	12	382	382
Financiamentos	13	65.318	4.915
Obrigações sociais e trabalhistas		111	74
Adiantamento de clientes		54	54
Dividendos a pagar	9	236	1.436
Obrigações fiscais		108	101
Imposto de renda e contribuição social a pagar		252	254
Total do passivo circulante		**66.746**	**7.311**
Provisões	12	8.453	4.396
Financiamentos	13	-	64.398
Tributos diferidos		222	509
Total do passivo não circulante		**8.675**	**69.303**
Capital social		66.212	66.212
Reserva legal		1.729	1.679
Reserva de lucros		24.637	23.928
Total do patrimônio líquido	14	**92.577**	**91.819**
Total do passivo e patrimônio líquido		**167.999**	**168.433**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**66.212**	**1.377**	**19.621**	**-**	**87.210**
Lucro líquido do exercício					6.045	6.045
Constituição de reserva	14.b	-	302	-	(302)	-
Dividendos mínimo obrigatório	14.c	-	-	-	(1.436)	(1.436)
Retenção de lucros	14.d	-	-	4.307	(4.307)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**66.212**	**1.679**	**23.928**	**-**	**91.819**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	995	995
Constituição de reserva	14.b	-	50	-	(50)	-
Dividendos mínimo obrigatório	14.c	-	-	-	(236)	(236)
Retenção de lucros	14.d	-	-	709	(709)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**66.212**	**1.729**	**24.637**	**-**	**92.577**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Receita líquida de venda de energia	15	20.997	24.826
Custo da geração de energia	16	(12.315)	(11.040)
Lucro bruto		**8.681**	**13.785**
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	16	(608)	(658)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	(151)	(85)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**7.922**	**13.043**
Despesas financeiras	17	(7.214)	(7.336)
Receitas financeiras	17	1.613	1.851
		(5.601)	(5.485)
Resultado antes dos impostos		**2.321**	**7.557**
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(1.457)	(1.484)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	131	(29)
Lucro líquido do exercício		**995**	**6.045**
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,0150	0,0913

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	995	6.045
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	**995**	**6.045**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Diretoria

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha - Diretora

Zhigang Yao - Diretor

Pedro Paganni Lopes - Contador - CRC PR - 077115/O-1

As demonstrações financeiras completas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço www.jornalodiasp.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 21 de março de 2024, sem modificações.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		**995**	**6.045**
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	11	6.247	5.619
Provisão ressarcimento de energia	15	4.057	2.394
Juros e variações monetárias	13	6.570	6.739
Amortização de custos de transação	13	104	116
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	1.457	1.484
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(131)	29
		19.298	**22.424**
Variações em:			
Contas a receber de clientes		3.617	(226)
Despesas antecipadas		(2)	(83)
Adiantamentos a fornecedores		(271)	(275)
Tributos e contribuições a compensar		0	(1)
Outros ativos		479	(1.959)
Partes relacionadas		(2.503)	(3.005)
Fornecedores		192	(452)
Provisões	12	(1)	-
Obrigações fiscais		(314)	(351)
Obrigações sociais e trabalhistas		37	37
Tributos diferidos		(156)	63
Caixa proveniente das atividades operacionais		**20.376**	**16.172**
Impostos pagos sobre o lucro		(1.139)	(1.203)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**19.237**	**14.969**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de imobilizado		(7.348)	(6.640)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(7.348)**	**(6.640)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Aplicações financeiras vinculadas		(36)	(1.395)
Dividendos pagos		(1.436)	(732)
Pagamento de principal de financiamentos	13	(4.773)	(4.336)
Pagamento de juros sobre financiamentos	13	(5.895)	(6.200)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**(12.139)**	**(12.663)**
Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(250)**	**(4.334)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**8.480**	**12.815**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**8.230**	**8.480**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Indígenas prometem seguir lutando por demarcação de terras

A recente homologação de duas áreas da União para usufruto exclusivo de comunidades indígenas não apaziguou as queixas pela demora do Estado em reconhecer e delimitar os territórios tradicionais.

"Vamos continuar lutando. Vamos continuar brigando pela demarcação das terras", declarou um dos coordenadores-executivos da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), Kleber Karipuna.

A declaração foi durante coletiva de imprensa realizada na segunda-feira (22), dentro da programação do 20º Acampamento Terra Livre (ATL) – mobilização indígena que, anualmente, reúne milhares de participantes, de centenas de etnias, em Brasília.

Na última quinta-feira (18), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou os decretos de homologação de dois territórios: Aldeia Velha, na Bahia, e Cacique Fontoura, em Mato Grosso.

A iniciativa, às vésperas do Dia dos Povos Indígenas, frustrou a expectativa de parte do movimento indígena, que esperava o reconhecimento federal de outros quatro territórios.

Durante a cerimônia de assinatura dos decretos, o próprio presidente afirmou que a decisão de não homologar os seis territórios foi política.

"Sei que isso frustrou alguns companheiros e algumas companheiras, mas fiz isso para não mentir para vocês, porque temos um problema, e é melhor a gente tentar resolver o problema antes de assinar", disse Lula, diante de dezenas de indígenas.

Segundo o presidente, entre os problemas identificados nas quatro áreas não homologadas está a ocupação por não indígenas. Lula admitiu ter atendido a um pedido de governadores.

"Temos algumas terras ocupadas por fazendeiros, outras por gente comum, possivelmente tão pobres quanto nós. Tem umas que têm 800 pessoas que não são indígenas ocupando. Tem outras com mais gente. E tem alguns governadores que pediram mais tempo para saber como vamos tirar essas pessoas, porque não posso chegar com a polícia e ser violento com as pessoas que estão lá", acrescentou o presidente, na ocasião.

Duas das quatro áreas que o governo federal optou por não homologar, apesar do Ministério da Justiça e Segurança Pública já ter emitido as devidas portarias declaratórias, ficam em Santa Catarina.

Segundo Kretã Kaingang, também coordenador-executivo da Apib, o reconhecimento do direito indígena às duas áreas é uma "questão de honra" para o movimento.

"A morosidade por parte do governo nos deixa nesta situação. Como organização indígena nacional e representativa da região, não podemos ver nossos parentes ser mortos e não darmos uma resposta a nossas bases. Enquanto não conseguirmos arrancar estas duas homologações, não vamos sossegar. Não vamos deixar este governo dormir. E seria bom sairmos deste acampamento ao menos com estas duas homologações que, para nós, são estratégicas", afirmou Kretã.

As críticas do movimento indígena à atual gestão federal ganharam peso já em novembro de 2023. Na época, a Apib criticou o governo por ter aceitado, sem resistência, que o Congresso Nacional derrubasse os vetos presidenciais ao Projeto de Lei nº 2.903, que estabeleceu o chamado Marco Temporal - tese jurídica segundo a qual os indígenas só tem direito aos territórios que ocupavam em outubro de 1988, quando a Constituição Federal foi promulgada.

No último dia 15, a organização desaprovou a sugestão do presidente Lula para que o governador do Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel, encontrasse interessados em vender suas terras para acomodar parte dos indígenas que permanecesse acampado à margem das rodovias que cortam o estado ou em áreas em disputa. A proposta é que os governos federal e estadual sejam "parceiros" na eventual aquisição de áreas a fim de "recuperar a dignidade desse povo".

Consultado sobre as críticas, o Ministério dos Povos Indígenas respondeu que, desde o início de 2023, o governo federal já homologou dez terras indígenas – quase o mesmo número (11) que nos dez anos anteriores. Segundo a pasta, o resultado é fruto da "forte retomada de homologações" implementada pela atual gestão.

"É importante ressaltar que esse é um trabalho complexo e que demanda estrutura e articulação para que as ações de demarcação e homologação ocorram de maneira célere, com segurança para todos", acrescentou o ministério ao garantir que vem atuando junto a outras instâncias para resolver "questões pontuais e problemáticas dos territórios" reivindicados.

"O MPI está implementando novos planos de gestão para ampliar as respostas às demandas dos povos indígenas. Um passo importante foi dado na semana passada com a retomada do Conselho Nacional de Política Indigenista, instalado pelo governo federal, e que facilitará ainda mais o diálogo permanente e o acompanhamento cada vez mais próximo das questões dos povos indígenas", acrescentou o ministério.

Para Dinamam Tuxá, também coordenador da Apib, os esforços elencados pela pasta ainda não são suficientes. (Agência Brasil)

Max Verstappen conquista vitória inédita na China

Por Tiago Mendonça

O retorno da Fórmula 1 à China após cinco anos não poderia ter sido melhor para Max Verstappen. Depois do triunfo na sprint race, a corrida curta de sábado, o piloto da Red Bull não teve dificuldade alguma para vencer o GP de ponta a ponta na madrugada de domingo. Seu companheiro de equipe, Sergio Pérez, foi ao pódio em terceiro lugar.

Foi a primeira vitória de Verstappen na China. Agora, do atual calendário ele só não ganhou ainda em Singapura. "Acho que sobrevivemos muito bem às relargadas. O carro estava basicamente 'sobre trilhos', eu podia fazer o que quisesse com ele, e esse tipo de fim de semana é incrível de se sentir".

Entre o duo da RBR ficou Lando Norris, que levou sua McLaren ao segundo lugar em um bom fim de semana para o britânico, que conseguiu seu melhor resultado desde o GP de São Paulo do ano passado, quando também chegou na segunda colocação, e foi eleito o piloto do dia por votação via internet.

Foto: Red Bull Content Pool

Sergio *Pérez e Max Verstappen*

A dupla da Ferrari apareceu logo em seguida, com Charles Leclerc terminando a prova em quarto, seguido pelo parceiro Carlos Sainz Jr., em quinto. George Russell, da Mercedes, terminou em sexto, à frente de Fernando Alonso, da Aston Martin, em sétimo, e Oscar Piastri, da McLaren, em oitavo.

Após largar na 18ª posição, o heptacampeão Lewis Hamilton fez uma corrida de recuperação e escalou o pelotão para cruzar a linha de chegada com a sua Mercedes em nono. O alemão Nico Hulkenberg, da Haas, fechou o top 10 no circuito de Xangai. Correndo pela primeira vez em casa, o chinês Guanyu Zhou não pontuou.

Com os resultados na China, Verstappen chegou a 110 pontos na liderança do Mundial de Pilotos, 25 a mais que o vice-líder Sergio Pérez. De olho já nas atividades da próxima prova, que acontece em Miami dia 5 de maio, o holandês disse que espera por dias movimentados na primeira das três etapas que serão realizadas nos Estados Unidos nesta temporada.

"Normalmente é uma boa corrida para nós", comentou ele. "Um pouco mais objetiva em relação à estratégia, mas é sempre uma pista bastante difícil. Estou animado, é sempre um fim de semana muito louco lá, então será bastante movimentado", finalizou o tricampeão, que completou 100 semanas consecutivas na liderança do campeonato.

O lance polêmico do fim de semana foi o acidente entre Lance Stroll e Daniel Ricciardo. Stroll simplesmente encheu a traseira do carro do piloto australiano mesmo em bandeira amarela. Os comissários optaram por punir Stroll, mas ele não concordou com a decisão e argumentou que a frenagem à frente dele havia sido muito severa.

Brasileiro Augusto Farfus vence no Campeonato Mundial de Endurance

Foto: Julien Delfosse

BMW *M4 LMGT3 #31 do brasileiro Augusto Farfus, vencedor das 6 Horas de Imola*

Teve vitória brasileira nas 6 Horas de Ímola, segunda etapa do Campeonato Mundial de Endurance (WEC), realizada no domingo (21) no Autódromo Enzo e Dino Ferrari. O brasileiro Augusto Farfus, pilotando um dos BMW M4 da Team WRT, foi o vencedor na categoria GT3 em parceria com o britânico Darren Leung e o indonésio Sean Gelael. O McLaren 750S GT3 número 59, que tem o brasileiro Nicolas Costa, ficou na 11ª posição na LMGT3. A vitória na classificação geral e na classe Hypercar ficou com o trio Mike Conway, Kamui Kobayashi e Nyck de Vries, que largou na sexta posição com o Toyota GR010 Hybrid.

O tom de imprevisibilidade da prova surgiria logo na primeira volta, na entrada da curva Tamburello, com um acidente envolvendo vários carros, entre eles os Alpine de Charles Milesi e Matthieu Vaxiviere, o BMW de Marco Witmann e o Peugeot de Paul Di Resta.

Na saída do safety car, o trio Nicklas Nielsen, Antonio Giovinazzi e Robert Kubica se consolidou na ponta, confirmando o domínio apresentado pela Ferrari nos treinos e na classificação – assim como o predomínio de Aliaksandr Malykhin e seu Porsche 911 na GT3.

Mas a corrida para a marca italiana começou a desandar faltando 4 horas e 34 minutos, quando o carro 83 então guiado por Kubica, que de acordo com a direção de prova não teria respeitado os procedimentos de bandeira amarela na pista. A prova passou a ser liderada por Antonio Giovinazzi (51), Laurens Vanthoor (6) e Mike Conway (7).

Enquanto isso, o Lamborghini Huracan Evo2 da Iron Dames, guiado por Sarah Bovy, Doriane Pin e Michelle Gatting, desistiu por problemas eletrônicos. Faltando 4 horas de prova, Valentino Rossi assumiu o posto do BMW M4 para manter a segunda posição na GT3.

Na Hypercar, Laurens Vanthoor (6) e Mike Conway (7) travavam uma bela disputa enquanto Giovinazzi abria quase 15 segundos de diferença. E por mais da metade da prova a marca italiana demonstrava controle da corrida. Até que a chuva se aproximou do circuito.

Apostando que seria uma garoa passageira, a Ferrari AF Corse decidiu manter os pneus para pista seca para o espanhol Miguel Molina (50) e o britânico James Calado (51), então os ponteiros das 6 Horas de Ímola. Foi o erro fatal da equipe, que poucos minutos depois se desesperou com a chegada da chuva mais forte e viu seus pilotos escorregarem na pista.

Logo depois ambos pararam para a troca de pneus de chuva, mas era tarde: o Toyota número 7 assumiria para não perder mais. O francês Kévin Estre e seu Porsche 963 até chegou a ameaçar a liderança da Toyota Gazoo Racing, mas o japonês Kamui Kobayashi mostrou experiência na defesa da posição e cruzou a linha de chegada em primeiro.

Na GT3, Farfus e Maxime Martin protagonizaram uma acirrada disputa, até que o belga cometeu um erro e facilitou a ultrapassagem do brasileiro, que assumiu a ponta para emplacar a primeira vitória da temporada.

"Foi uma corrida sensacional, uma execução sensacional da equipe. Não tínhamos o carro mais rápido no seco, mas vimos que tínhamos chances de chegar entre os três primeiros. Foi extremamente difícil em função da indefinição da chuva nas últimas duas horas de corrida. Nossos dois carros foram os únicos que ficaram na pista com pneus slick. Isso acabou dando uma vantagem, mas também nos colocou em uma posição mais arriscada, porque a chuva poderia aumentar a qualquer momento e aí a gente ia se complicar. A chuva veio e soubemos usá-la de forma inteligente. Uma vitória realmente importante para o campeonato", declarou o piloto do carro 31 da Team WRT.

Nicolas Costa e seus companheiros da United Autosports terminaram na 11ª colocação, mas o brasileiro viu melhoras em sua McLaren 720S LMGT3 Evo. "Foi uma corrida de altos e baixos. Estávamos com um ritmo ótimo, mas um pneu furado nos fez cair de posições. Recuperamos, mas depois de um safety car caímos de novo. Teríamos chegado em quinto, não fosse isso. Faltou sorte, mas o potencial está aí, estamos felizes com o desempenho do carro e levamos coisas positivas para a próxima etapa", avalia o brasileiro.

A terceira etapa do FIA WEC será a 6 Horas de Spa-Francorchamps, na Bélgica, no dia 11 de maio.

Liga Esportiva NESCAU® chega à região sul e estreia em Curitiba com 11 modalidades

A Liga Esportiva NESCAU®, maior campeonato poliesportivo estudantil do Brasil e pioneiro em unir modalidades adaptadas e não adaptadas em um só lugar, desembarcará em Curitiba, no próximo dia 27 (sábado), no Clube Social Paraná. Esta é a primeira vez que o evento é realizado no Paraná desde sua estreia, em 2015. Com a presença dos embaixadores Gean Sampaio – influencer e educador físico – e Bboy Luan San – atleta da modalidade Breaking, estilo de dança urbana –, o evento contará com 11 práticas esportivas, entre modalidades, desafios e oficinas.

Dentre as modalidades, crianças e adolescentes entre 7 e 17 anos poderão participar no Basquete, Futebol Society, Tênis de Mesa e Beach Tênis. Na modalidade adaptada, o esporte é o Tênis de Mesa. Já para os desafios, as opções serão Chute ao Gol, Arremesso 3 Pontos e uma versão gigante do clássico Twister. Nas oficinas, os jovens aprenderão jogos de tabuleiro, Slackline e Cornhole, jogo em que é necessário acertar sacos com milho dentro em uma placa de madeira com buracos ("holes", em inglês) inclinada.

"Queremos que, cada vez mais, crianças e adolescentes de diferentes idades e lugares estejam em contato com o esporte, se conheçam, se respeitem e se divirtam juntos por meio da convivência em um ambiente como a Liga Esportiva NESCAU®, que tem como pilar a prática esportiva como canal de incentivo e inclusão", afirma Luana Carvalho, gerente de marketing da marca. "Nessa terceira etapa da Liga em 2024, esperamos mais de 1 mil participantes e mais de 2 mil inscrições em nossa estreia em Curitiba", ressalta Luana.

As inscrições para a Liga Esportiva NESCAU® são feitas por meio do site de NESCAU® (https://www.nescau.com.br/liganescau). A competição conta com as seguintes categorias: Kids – 7 a 9 anos (nascidos em 2015 a 2017); Pré-mirim – 10 e 11 anos (nascidos em 2013 e 2014); Mirim – 14 e 15 anos (nascidos em 2011 e 2012); Infantil – 14 e 15 anos (nascidos em 2009 e 2010); Juvenil – 16 e 17 anos (nascidos em 2007 e 2008). Para as Oficinas e Desafios, estão aptos meninos e meninas nascidos a partir de 2017.

Foto: LIGA Esportiva NESCAU®

Slackline

Investindo no futuro - Em nove edições, a Liga Esportiva NESCAU® já impactou a vida de mais de 55 mil crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, além de 7 mil professores, com a participação de cerca de 2 mil instituições de todos os cantos do país. Só em 2023, a iniciativa proporcionou mais de 600 horas de prática esportiva, contando com mais de 45 modalidades entre convencionais e adaptadas, oficinas e desafios.

Desde 2015, a Liga Esportiva NESCAU® tem como objetivo incentivar a atividade física e promover os valores do esporte. Em 2024, na 10ª edição, segue a vocação que a transformou no maior e mais inclusivo campeonato poliesportivo estudantil do Brasil, sendo pioneiro ao unir modalidades convencionais e adaptadas nos mesmos dias e locais.

Serviço – Liga Esportiva NESCAU® Curitiba

Local: Clube Social Paraná

Data: 27 de abril (sábado)

Horário: 9h às 17h

Endereço: Avenida Presidente Kennedy, nº 2377

Inscrições: por meio do site https://www.nescau.com.br/liganescau

Entrada gratuita.

Kartismo: AKSP Master Challenge teve outra etapa disputadíssima

GP Rolley Beach valeu pela quarta etapa da temporada e terceira do Interlagos Trophy

Foto: Emerson Santos

O *alegre pódio do Mulheres em Ação*

Com novos vencedores e boas resenhas nos bastidores, o GP Rolley Beach, quarta etapa da temporada do AKSP Master Challenge e terceira do Interlagos Trophy, disputado no Kartódromo de Interlagos, foi um show de disputas.

Após as quatro etapas os líderes do AKSP Master Challenge são Gabriel Vitorino (Light), Allan Félix Espadrezani (Graduados), André dos Reis (Elite), Marco Verga (Sênior) e Janaina Zoumbounelos (Mulheres em Ação). Estes mesmos pilotos são os ponteiros no torneio de Interlagos.

Na prova da Light, disputada sob garoa, Kauê Gomes conquistou a pole position, mas Gabriel Vitorino assumiu a ponta ainda na primeira volta, pra vencer pela terceira vez na temporada e ampliar a liderança no campeonato. Em segundo terminou Kauê Gomes e Ricardo Ticher. A volta mais rápida (1min00s014) foi de Rodrigo Garcia, quinto colocado.

Na categoria feminina Mulheres em Ação, realizada sob chuva fina, a pole coube a Grazi Gonçalves, que liderou inicialmente, até ser alcançada por Janaina Zoumbounelos, que assumiu a ponta para conquistar sua terceira vitória. Grazi estabeleceu o giro mais rápido (58s975) e recebeu a bandeirada em segundo, deixando Lucimara Ido em segundo. Entre as Novatas, a vencedora foi Aurélia Freitas.

Com chuva um pouco mais forte, Tiago Rocha estreou na Sênior sendo o mais rápido na tomada de tempos, mas logo na largada já foi superado. Com várias disputas pela liderança, e com a pista melhorando, Valdo Gregório marcou a passagem mais rápida (57s373) e venceu pela primeira vez com a vantagem de apenas 0s209 sobre Marco Verga. Em terceiro ficou Jorge Roque – primeiro na classe Cadete. O vitorioso na classe Master foi Gerson Roschel.

A Graduados entrou com a pista ainda escorregadia e Arthur Filipe garantiu a posição de honra. Com intensas disputas, o convidado Henrique Morbi garantiu a volta mais rápida (57s313) e venceu com a diferença de apenas 0s204 sobre Sérgio Pereira Inácio, declarado o vencedor para a pontuação da categoria. Aliás, o quarto vitorioso diferente da Graduados. O terceiro foi Allan Félix Espadrezani, que reassumiu a liderança do campeonato.

Já com o asfalto seco, José de Jesus fez a pole position mais rápida da etapa na Elite, e na corrida viria a estabelecer o recorde do evento com uma volta em 56s760. Foi a prova mais disputada do GP Rolley Beach, com vários líderes, e resultado definido apenas no meio da última volta. André Reis largou da última fila ao lado de Alberto Otazú, que chegou à liderança e segurou o grid todo por muitas voltas, deu o bote na última passagem para vencer pela segunda vez na temporada. Paulo Policeno ainda ultrapassou Otazú na linha de chegada para garantir o terceiro posto por meros 41 centésimos de segundo.

Ações sociais e muitos prêmios, brindes e diversão

A cada etapa o AKSP promove uma ação social. Desta vez foi em prol do Lar Sírio Pró-Infância, que atende mais de mil crianças em situação de vulnerabilidade. Foram arrecadados vários quilos de leite em pó.

Antes da etapa foram realizados sorteios entre todos os pilotos que pagaram antecipadamente as suas inscrições. Jorge Filipe (Sênior) ganhou um par de Luvas DKR com personalização. Rafael Vilela (Light), Vitor Filipe (Graduados), Matheus Nozaki (Elite), Roberto Guimarães (Sênior) e Claudia Leite (Mulheres em Ação) ganharam cesta de frutas e verduras oferecidas pelo Empório Santa Nina.

No sorteio de uma lavagem técnica no valor de R$ 200, oferecida por Panda Garage Car Detail, os felizardos foram Ronaldo Christófano (Light), Rodrigo Parmezzani (Graduados), Lucas Freitas (Elite), Marcelo Carvalhaes (Sênior), Lucimara Ido (Mulheres em Ação). Os outros sortudos ganharam voucher para pizzas cones da Pizza Crek. Foram Dennis Christo (Light), Júlio Luis (Graduados), André Sgarbi Lolo (Elite), Miguel Sacramento (Sênior), e Juliana Diniz (Mulheres em Ação).

Outros sorteios entre todos os participantes foram jantar para casal no Restaurante Low BBQ, e vouchers da Box 4 Car, Carlos Massoterapia, Frangaria JK, Mary Estética, Rolley Beach, Studio Divando e Studio 16 Hair e Beauty Moema.

Os seis primeiros colocados de cada categoria foram premiados com kits Giovanna Baby, e o vencedor e sétimo colocado de cada modalidade levou para casa um kit da Cervejaria Paulistânia. Todas as mulheres participantes levaram vasos de flores da Floricultura Jardim dos Amores.

Em momento de descontração, o último colocado de cada prova recebeu o 'Troféu Mão de Pau', acompanhado de voucher para aulas de violão on-line da MRC Produções. O Auto Posto Colônia ofereceu um galão de combustível para o Casal Gasolina. Fechando a programação, foi dividido o tradicional bolo para os aniversariantes do mês.

A 5ª etapa do AKSP Master Challenge acontecerá dia 26 de maio, no Kartódromo Granja Viana.

Arcos Dourados Comércio de Alimentos S.A.

CNPJ nº 42.591.651/0001-43

Relatório da Administração 2023

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2023 foi marcado pela consolidação do sucesso de nossa operação, que atingiu resultados recordes em um ambiente altamente competitivo e bastante dinâmico.

Registramos 9,9% de crescimento das vendas comparáveis em relação a 2022, resultado impulsionado pela consistente execução da "estratégia 3Ds" (pautada no fortalecimento das vendas pelos canais: *Digital*, *Delivery* e *Drive-Thru*) e por um plano assertivo de marketing. Por mais um ano, nos destacamos como líderes do setor no Segmento de Alimentação Rápida no país, o que demonstra a forte preferência dos clientes pela marca McDonald's.

As Vendas Digitais atingiram recorde histórico e representaram 61% do total de vendas da marca no país em 2023. Intensificamos essa modalidade de venda por meio dos totens de autoatendimento, da funcionalidade "Peça e Retire" no *mobile app*, além do lançamento do programa de fidelidade "Meu Méqui", no final de outubro de 2023. Os resultados alcançados demonstram a assertividade da estratégia da Companhia em continuar investindo na ampliação da plataforma digital, que, além de proporcionar maior agilidade e conveniência aos nossos clientes, nos permite identificá-los e conhecer seus padrões de consumo, possibilitando uma maior customização da experiência do cliente, alavancando o engajamento com a marca e suas ofertas.

Encerramos o ano de 2023 com novos recordes de vendas via *Delivery*, tanto no *Delivery* próprio quanto nas plataformas de nossos parceiros, demonstrando o grande sucesso deste canal entre o nosso público. Em relação ao *Drive-Thru*, investimos na contínua melhoria operacional para redução do tempo de atendimento e no aumento da satisfação de nossos clientes.

Em 2023, realizamos grandes ações e campanhas de marketing que contribuíram para o excelente resultado alcançado, com destaque para as participações no *reality show* Big Brother Brasil® e em grandes eventos musicais, como o Lollapalooza® e o The Town®, reforçando nossa estratégia de conquistar ainda mais a preferência da marca entre o público jovem. Mantendo nossa tradição, ao longo do ano realizamos campanhas com produtos especiais introduzindo a hashtag "FomedeMéqui", como o lançamento do McCrispy Chicken Legend, do Brabo Empanado de Queijo Minas e do McFlurry Ovomaltine Rocks Mesclado, além de oferta de produtos em comemoração aos 40 anos dos Chicken McNuggets.

Outro grande destaque foi a campanha da "Méqui Friday", que resultou em novo recorde histórico de vendas em um único dia. No último trimestre de 2023, tivemos também o lançamento da campanha "Méqui na Madruga", reforçando ao público que há sempre um Méqui aberto por perto, seja aberto 24 horas ou com horário estendido com objetivo de tornar nossos restaurantes *Free-Standing* no destino oficial para matar a fome durante a madrugada, aumentando a conveniência para o nosso público.

Para finalizar com chave de ouro, lançamos oficialmente nosso programa de fidelidade "Meu Méqui" no final de outubro e, desde o lançamento do programa observamos um incremento importante no número de *downloads* de nosso aplicativo e aumento da frequência dos usuários, que ao final de fevereiro de 2024 já somavam mais de 5 milhões de membros cadastrados, demonstrando o grande sucesso do programa.

A plataforma "Receita do Futuro" consolida nossa estratégia socioambiental e, em complemento às práticas já implementadas pela Companhia, lançamos no final de agosto em São Paulo o restaurante mais sustentável do Brasil, reunindo todas as iniciativas sustentáveis que já são mandatárias em nossos restaurantes, além de inovações que passam a ser referência para nós e para todo o setor.

Outro destaque durante o ano foi a campanha do McDia Feliz, que atingiu recorde histórico de arrecadação no ano de 2023, atingindo R$ 26,6 milhões, que serão destinados para as causas da saúde e educação. A arrecadação dessa edição beneficiará 72 projetos de 51 instituições que atuam com oncologia pediátrica lideradas pelo Instituto Ronald McDonald, em 42 cidades de 18 estados brasileiros e no Distrito Federal. Estima-se, ainda, que a campanha irá proporcionar atendimento para quase 500 mil estudantes da rede pública e até 8 mil educadores em projetos educacionais desenvolvidos pelo Instituto Ayrton Senna em todo o Brasil. Desde a primeira edição em 1988, foram arrecadados mais de R$ 400 milhões.

Aceleramos nosso crescimento em 2023, com a abertura de 50 restaurantes novos, sendo 44 no formato *Free-Standing* que oferece a mais completa experiência McDonald's para nossos clientes. Dessa maneira, aumentamos nossa presença no país e fortalecemos uma importante vantagem competitiva estrutural. Contamos com um "pipeline" robusto de futuros restaurantes para continuar levando a marca McDonald's para mais cidades do Brasil, investindo nessas comunidades e gerando milhares de novas oportunidades de primeiro emprego para os jovens.

Encerramos o ano de 2023 com os melhores resultados de nossa história, operando de uma maneira responsável e contribuindo para as comunidades que servimos. Temos a certeza de que estamos preparados para enfrentar novos desafios, com grandes oportunidades de crescimento sustentável para os próximos anos.

DESTAQUES

- **Receita Líquida de Vendas** atingiu o recorde anual de **R$ 7,8 bilhões** em 2023, com **crescimento de 15,3%** frente à receita de **R$ 6,8 bilhões** em 2022;
- **Vendas Comparáveis** apresentaram crescimento de **9,9%** impulsionadas pelo aumento no tráfego de clientes, com incremento de *market share*;
- **Vendas Digitais** (que contemplam as vendas via *Delivery*, totens de autoatendimento e *mobile app*) atingiram patamar recorde, representando **61,1% das vendas totais** do sistema McDonald's Brasil em 2023;
- **Lucro Líquido** de **R$ 573,7 milhões** em 2023, com crescimento de **30,0%** frente ao Lucro Líquido de **R$ 441,2 milhões** em 2022;
- Abertura de **50 novos restaurantes**, sendo 44 aberturas no formato *Free-Standing*, totalizando **1.130** restaurantes ao final de 2023.

	2023	2022	Variação
Destaques Financeiros (em R$ mil)			
Receita Líquida de Vendas	7.848.494	6.809.016	15,3%
Resultado Operacional	1.324.216	1.119.074	18,3%
Lucro Líquido	573.674	441.164	30,0%
Vendas Comparáveis	9,9%	29,0%	-19,1p.p.
Endividamento	1.176.543	1.283.945	(8,4%)
Destaques Operacionais			
Total de Lojas Próprias	**689**	**656**	**33**
Free-Standing	355	325	30
Food Court + Mall Store	269	265	4
In-Store	65	66	(1)
Total de Lojas de Franqueados	**441**	**428**	**13**
Free-Standing	224	210	14
Food Court + Mall Store	191	192	(1)
In-Store	26	26	0

VENDAS

No ano de 2023 a receita líquida de vendas apresentou crescimento de **15,3%** em relação ao ano de 2022. As vendas comparáveis cresceram **9,9%** frente ao forte resultado apresentado no ano de 2022, marcado pela retomada da mobilidade e recuperação do consumo frente ao período da pandemia e pelo significativo aumento da participação dos canais digitais, que se mostraram resilientes e promissores.

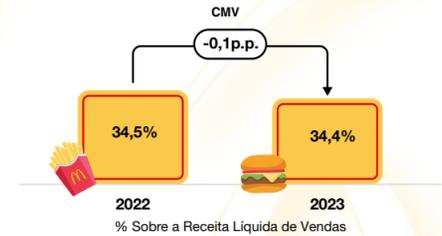
Ao longo do ano a Companhia ampliou seus investimentos em melhorias operacionais e tecnológicas que contribuíram para o forte incremento de vendas digitais em todos os segmentos, como o aumento da utilização da funcionalidade "Peça e Retire" do *mobile app* e dos totens de autoatendimento nos restaurantes, o *Delivery* próprio também registrou importante crescimento de vendas, com aumento de **554,0%** frente ao ano de 2022, impulsionadas pela implementação de novas ofertas e funcionalidades no *mobile app*, que utiliza inteligência para mapeamento de padrões de consumo.

As campanhas do *mobile app* e a divulgação massiva do "Meu Méqui" no último trimestre, contribuíram de forma significativa para o crescimento das vendas digitais, que atingiram **70,0%** das vendas totais da Companhia ao longo do ano de 2023.

CUSTO DA MERCADORIA VENDIDA ("CMV"), CUSTOS COM VENDAS, DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

No ano de 2023, o CMV atingiu o patamar de **34,4%** das vendas, apresentando melhora de **0,1p.p.** quando comparado ao ano de 2022. Durante o exercício de 2023 o CMV foi impactado por incrementos de impostos sobre alguns insumos. Entretanto, a política de preços e as adequações nas plataformas de *affordability* e cupons, aliadas ao forte crescimento das vendas digitais, ajudaram a impulsionar o volume de vendas, contribuindo para a melhora do indicador.

CMV

% Sobre a Receita Líquida de Vendas

Em 2023, as despesas com vendas apresentaram crescimento nominal de aproximadamente 14,5% em relação ao ano anterior. Apesar do crescimento em valores absolutos, as despesas com vendas atingiram o percentual de **43,7%** sobre a receita líquida de vendas em 2023, registrando queda de **0,2p.p.** frente ao ano anterior, refletindo a maior eficiência operacional da Companhia.

Despesas com Vendas

% Sobre a Receita Líquida de Vendas

Assim como as despesas com vendas, apesar do aumento de 6,7% no valor absoluto, as despesas gerais e administrativas caíram **0,5p.p.** em relação ao ano de 2022, atingindo um percentual de **5,5%** da receita líquida de vendas da Companhia.

Despesas Gerais e Administrativas

% Sobre a Receita Líquida de Vendas

INVESTIMENTOS

Os investimentos da Companhia atingiram o total de **R$ 617,2 milhões** no ano de 2023, frente aos **R$ 367,4 milhões** do ano de 2022. O incremento na comparação anual reflete a continuidade do Plano de Investimento em expansão e modernização dos restaurantes, além do investimento em novas tecnologias de forma a oferecer maior conveniência aos clientes, consolidando a liderança da Companhia no mercado local.

Durante o ano de 2023 a Companhia manteve seu plano de expansão, realizando a abertura de **50 restaurantes**, sendo **35** restaurantes próprios e **15** franqueados, dentre eles 44 no formato *Free-Standing*, reforçando o potencial de crescimento da operação no país e finalizando o ano com 1.130 restaurantes, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

O plano de expansão da Companhia segue focado na abertura de restaurantes *Free-Standing*, cujo retorno em vendas é superior aos demais formatos por contar com o forte nível de vendas dos segmentos de *Drive-Thru* e *Delivery*. Durante o ano de 2023, os restaurantes nos formatos *In-Store* e os localizados em *shoppings* (denominados *Food Court* e *Mall Store*), apresentaram performance de vendas **11,4%** superior em relação ao ano de 2022.

Total de Lojas por Formato

ENDIVIDAMENTO

Os fortes resultados operacionais contribuíram para a manutenção da estratégia da Companhia de redução de seu endividamento. Desta forma, considerando empréstimos com partes relacionadas, a Companhia encerrou o ano de 2023 com redução de R$ 107 milhões, equivalente a **8,4%** de seu endividamento total, atingindo um saldo final de R$ 1.176 milhões, frente aos R$ 1.284 milhões ao final de 2022.

FLUXO DE CAIXA

No ano de 2023, a Companhia teve um consumo líquido de caixa de R$ 196,8 milhões comparado ao consumo do caixa de R$ 111,2 milhões no ano de 2022. Apesar do aumento dos resultados operacionais que contribuíram para a geração de caixa da Companhia, ao longo de 2023 houve um consumo maior de caixa relacionado às atividades de investimento, no valor de R$ 249,9 milhões, e às atividades de financiamento, de R$ 150,9 milhões, que resultaram no incremento de consumo de caixa de R$ 85,6 milhões em relação ao exercício anterior.

O gráfico abaixo demonstra as variações ocorridas no fluxo de caixa durante o ano de 2023:

Variação da Geração de Caixa entre 2022 e 2023 (R$ milhões)

GLOSSÁRIO

CMV: Custo da Mercadoria Vendida.

Affordability: Categoria de produtos com preços mais acessíveis.

Delivery: Segmento de vendas que possibilita ao cliente fazer o pedido através do aplicativo próprio ("*mobile App*") ou do aplicativo de parceiros e escolher o local de recebimento do pedido.

Drive-Thru: Segmento de vendas que permite ao cliente fazer e receber o pedido diretamente do veículo.

ESG: Sigla em inglês para *Environmental*, *Social and Governance* (Ambiental, Social e Governança).

IFB: Sigla para Instituto *Foodservice* Brasil, entidade que representa empresas do mercado de alimentação fora do lar.

Meu Méqui: Programa de fidelidade por pontos.

Tipos de Restaurantes: Caracterização dos restaurantes, baseada em seus aspectos físicos, conforme descrito abaixo:

Food Court: Restaurante localizado em *shoppings*, supermercados, aeroportos, entre outros, sem área própria para refeições.

Mall Store: Restaurante localizado em *shoppings*, supermercados, aeroportos, entre outros, caracterizado principalmente pela presença de área própria para refeições.

Free-Standing: Restaurante que conta com espaço interno para realização de refeições e com estrutura física externa, com a presença de *Drive-Thru*, estacionamento próprio, entre outras comodidades.

In-Store: Restaurante com acesso direto à via pública, que conta com espaço interno para realização de refeições, sem a presença de *Drive-Thru* ou de estacionamento próprio.

Plataforma Digital: Plataforma que inclui as vendas efetuadas via *Delivery*, através do App (aplicativo próprio) e de parceiros, além das vendas efetuadas via totens de autoatendimento.

Vendas Comparáveis: Refere-se à mudança percentual, medida em moeda constante, em relação ao ano anterior, das vendas realizadas pelos restaurantes operados pela Companhia e restaurantes operados pelos subfranqueados em operação por no mínimo 13 meses, incluindo aqueles que ficaram fechados de maneira temporária por período inferior a um ano. As razões pelas quais um restaurante pode ficar fechado incluem: reformas, reconstruções, obras na via de acesso e desastres naturais, dentre outras.

As vendas de determinado período podem ser afetadas pelo número de dias úteis, finais de semana e feriados, que podem, por sua vez, impactar as vendas comparáveis de maneira positiva ou negativa.

Tal métrica é considerada importante para a compreensão do desempenho financeiro da Companhia uma vez que as vendas dos subfranqueados não são registradas como receitas com vendas, ao mesmo tempo que são um bom indicador da saúde financeira da base de subfranqueados e contribuem para os resultados, juntamente às vendas dos restaurantes operados pela Companhia.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	**51.734**	248.551
Contas a receber	4	**467.353**	441.685
Estoques	5	**57.383**	52.298
Tributos a recuperar	6	**55.716**	137.216
Instrumentos financeiros derivativos	21	**–**	109.780
Despesas antecipadas e outros		**23.647**	20.212
		655.833	1.009.742
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Partes relacionadas	12	**2.750**	2.710
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	**380.074**	390.830
Tributos a recuperar	6	**122.300**	65.800
Instrumentos financeiros derivativos	21.d	**225.793**	180.001
Contas a receber	4	**–**	339
Adiantamento à fornecedores	5	**35.341**	35.341
Depósitos judiciais	15	**351.159**	291.462
		1.117.417	966.483
Investimentos		**586**	650
Ativo fixo			
Imobilizado	7	**2.231.387**	1.940.836
Intangível	8	**164.554**	153.853
Ativo de direito de uso	9	**3.015.496**	2.955.746
		5.411.437	5.050.435
		6.529.440	6.017.568
Total do ativo		**7.185.273**	7.027.310

	Nota	2023	2022
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	10	**480.145**	463.794
Salários e encargos sociais	11	**304.360**	290.910
Partes relacionadas	12	**21.595**	528.040
Impostos e contribuições sociais a recolher	13	**311.831**	240.656
Instrumentos financeiros derivativos	21.d	**29.264**	47.477
Passivo de arrendamento mercantil	9	**154.475**	147.669
Outros passivos		**59.557**	66.114
Total do passivo circulante		**1.361.227**	1.784.660
Não circulante			
Partes relacionadas	12	**1.154.948**	755.905
Provisão para demandas judiciais	15	**270.939**	246.815
Instrumentos financeiros derivativos	21.d	**81.275**	95.927
Passivo de arrendamento mercantil	9	**3.278.405**	3.128.676
Outros passivos		**53.532**	50.108
Total do passivo não circulante		**4.839.099**	4.277.431
Patrimônio líquido			
Capital social	17	**442.789**	442.789
Reserva de lucro	17	**522.394**	494.341
Outros resultados abrangentes	17	**19.764**	28.089
Total do patrimônio líquido		**984.947**	965.219
Total do passivo e patrimônio líquido		**7.185.273**	7.027.310

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Reserva de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	358.789	272.858	58.187	–	689.834
Lucro líquido do exercício	–	–	–	441.164	441.164
Integralização de capital	84.000	–	–	–	84.000
Dividendos distribuídos	–	–	–	(181.979)	(181.979)
Reserva legal	–	22.060	–	(22.060)	–
Juros sobre capital próprio	–	–	–	(37.656)	(37.656)
Valor justo de *hedge* de fluxo de caixa	–	–	(30.098)	–	(30.098)
Ajustes acumulados de conversão	–	(46)	–	–	(46)
Transferência para reserva de lucros	–	199.469	–	(199.469)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	442.789	494.341	28.089	–	965.219
Lucro líquido do exercício	–	–	–	573.674	573.674
Dividendos distribuídos	–	(458.750)	–	–	(458.750)
Reserva legal	–	28.685	–	(28.685)	–
Juros sobre capital próprio	–	(32.100)	–	(54.724)	(86.824)
Valor justo de *hedge* de fluxo de caixa	–	–	(8.325)	–	(8.325)
Ajustes acumulados de conversão	–	(47)	–	–	(47)
Transferência para reserva de lucros	–	490.265	–	(490.265)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**442.789**	**522.394**	**19.764**	**–**	**984.947**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	18	**8.480.478**	7.373.038
Custo dos produtos vendidos	19	**(2.701.420)**	(2.351.169)
Lucro bruto		**5.779.058**	5.021.869
(Despesas) receitas operacionais:			
Despesas com vendas	19	**(3.426.638)**	(2.991.505)
Gerais e administrativas	19	**(435.141)**	(407.735)
Depreciação e amortização		**(558.768)**	(475.992)
Outros resultados operacionais		**(34.277)**	(27.544)
Resultado de equivalência patrimonial		**(18)**	(19)
		(4.454.842)	(3.902.795)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**1.324.216**	1.119.074
Resultado financeiro líquido	20	**(463.766)**	(443.495)
Despesa financeira		**(716.100)**	(610.049)
Receita financeira		**252.334**	166.554
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos		**860.450**	675.579
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	14	**(286.776)**	(234.415)
Lucro líquido do exercício		**573.674**	441.164

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**573.674**	441.164
Outros resultados abrangentes:		
Valor justo de *hedge* de fluxo de caixa	**12.590**	45.579
Efeito de imposto de renda e contribuição social diferidos	**(4.265)**	(15.481)
Resultado abrangente do exercício	**581.999**	471.262

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Lucro líquido do exercício		**573.674**	441.164
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	7 e 8	**300.110**	231.857
Amortização direito de uso (arrendamento)	9	**258.658**	244.135
Resultado na baixa de imobilizado e intangível	7 e 8	**18.793**	17.851
Registro de imposto de renda diferido	14.1	**10.756**	(117.072)
Provisão para demandas judiciais	15	**140.117**	135.788
Reversão de provisão para demandas judiciais	15	**(29.530)**	(8.282)
Juros, encargos, variações monetárias e AVP		**308.637**	382.928
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4	**4.621**	122
Provisão para obsolescência de brinquedos	5	**(160)**	(470)
Resultado de equivalência patrimonial		**18**	19
		1.585.694	1.328.040
(Aumento) redução dos ativos:			
Contas a receber		**(29.950)**	(155.076)
Estoques		**(4.925)**	(5.087)
Tributos a recuperar		**16.237**	140.337
Despesas antecipadas e outros		**(3.435)**	2.088
Partes relacionadas		**(40)**	3.625
Depósitos judiciais		**(35.624)**	(27.443)
Aumento (redução) dos passivos:			
Fornecedores		**13.397**	29.419
Salários e encargos sociais		**13.450**	103.959
Obrigações tributárias		**274.358**	218.740
Imposto de renda e contribuição social pagos		**(211.171)**	(320.986)
Pagamentos de demandas judiciais	15	**(86.463)**	(66.874)
Partes relacionadas		**4.128**	(21.515)
Instrumentos financeiros derivativos	21.d	**25.027**	3.828
Outros passivos		**(3.134)**	9.286
Caixa líquido gerado das atividades operacionais		**1.557.549**	1.242.341
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:			
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	7 e 8	**(617.201)**	(367.359)
Caixa líquido aplicado em atividades de investimento		**(617.201)**	(367.359)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos:			
Capital integralizado no exercício		**–**	84.000
Captação de empréstimos junto a partes relacionadas		**635.924**	–
Pagamento de empréstimos junto a partes relacionadas		**(676.850)**	(309.150)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio bruto		**(545.574)**	(219.635)
Pagamento de empréstimos e financiamentos		**–**	(39.611)
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos		**–**	(2.132)
Pagamentos de juros e principal de arrendamentos	9	**(550.665)**	(499.656)
Diminuição do caixa líquido gerado das atividades de financiamento		**(1.137.165)**	(986.184)
Diminuição do caixa e equivalentes de caixa		**(196.817)**	(111.202)
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa:			
No início do exercício		**248.551**	359.753
No final do exercício		**51.734**	248.551
Redução do caixa e equivalentes de caixa		**(196.817)**	(111.202)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Arcos Dourados Comércio de Alimentos S.A. ("Arcos" ou "Companhia"), localizada na Alameda Amazonas, 253, Barueri, SP, tem como atividade preponderante a comercialização, no varejo, de produtos alimentícios nos restaurantes McDonald's. A Companhia é uma subsidiária da Arcos Dorados Holding Inc., listada na *New York Stock Exchange ("NYSE")* e em 31 de dezembro de 2023 dispunha de 1.130 restaurantes no Brasil (1.084 em 2022).

Aquisição das operações do McDonald's na América Latina: A Arcos Dourados Restaurantes Ltda. e Arcos Dourados Comércio de Alimentos S.A. eram subsidiárias integrais da McDonald's Corporation. Em 3 de agosto de 2007, Arcos Dorados B.V. ("ADBV") assinou um Contrato de Compra de Ações com a McDonald's Corporation para aquisição das operações do McDonald's na América Latina, incluindo as entidades acima descritas. No mesmo momento da transação, foi assinado um Contrato de Franquias Master (*Master à Franchise Agreement* - MFA) com a McDonald's Corporation que garante à ADBV o seguinte: • O direito de ter posse e operar, direta ou indiretamente, restaurantes franqueados no território sob contrato; • O direito de outorgar e licenciar franquias no território sob contrato; • O direito de adotar e usar, e licenciar o uso a subfranqueados, do sistema no território sob contrato; • O direito de anunciar ao público que é um franqueado do McDonald's; • O direito e licença para outorgar para subfranqueados os direitos constantes no Contrato de Franquia Master ou MFA. McDonald's Corporation tem o direito de (a) terminar o MFA, ou (b) exercer uma opção de compra sobre as ações da ADBV, se a ADBV (i) falhar na operação do sistema McDonald's, (ii) ter decretada falência, (iii) falhar com o pagamento de suas dívidas financeiras, (iv) falhar relevantemente no atingimento dos requerimentos de abertura e reinvestimento ou (v) incorrer em outro evento de falta conforme definido no MFA.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS

2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e são aplicáveis às informações comparativas de 31 de dezembro de 2022. Em conformidade com a OCPC 07/CTG 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil Financeiros de Propósito Geral, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos e estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e moeda de apresentação da Companhia. Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como número de restaurantes, não foram objeto de auditoria, ou revisão por parte de nossos auditores independentes. As demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pela Administração em 19 de abril de 2024. **2.2. Conversão de moedas estrangeiras:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado. **2.3. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste. **2.4. Classificação dos ativos e passivos como circulantes e não circulantes:** Os ativos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com previsão de realização ou que se pretenda vender ou consumir no prazo de doze meses a partir das datas dos balanços, são classificados como ativos circulantes. Os passivos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com previsão de liquidação no prazo de doze meses a partir das datas dos balanços são classificados como circulantes. Todos os demais ativos e passivos (inclusive impostos diferidos) são classificados como "não circulantes". Todos os impostos diferidos ativos e passivos são classificados como ativos ou passivos não circulantes. Outros ativos e créditos são demonstrados pelo custo, incluindo, quando aplicável, atualizações contratuais, líquidas de provisões para refletir os valores de realização, quando necessário. **2.5. Benefícios à empregados:** As participações dos empregados são calculadas com base no acordo do Programa de Participação nos Resultados firmado com o Sindicato dos trabalhadores das empresas de refeições coletivas, refeições rápidas (*fast food*) e afins e é calculado com base em metas de resultado estipuladas em referido acordo. As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas na demonstração do resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. **2.6. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em virtude de um evento passado, é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. Nas hipóteses em que a Companhia tem a expectativa de reembolso da totalidade ou de parte da provisão como, por exemplo, em virtude de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo à parte, mas somente quando é praticamente certo. A despesa relacionada à eventual provisão é apresentada no resultado líquido do eventual reembolso. **2.7. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas:** A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício. Porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais do valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou os seguintes julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: a) Perda do valor recuperável do ágio: A Companhia testa anualmente se os ágios sofreram alguma perda de acordo com a política contábil descrita na Nota 8 e o CPC 01 (R1)/NBC TG 01 (R4)/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Os valores de recuperação das unidades geradoras de caixa foram apurados com base em projeções e cálculos do valor recuperável e indicadores de mercado. b) Impostos sobre a renda: Existem incertezas quanto à interpretação da complexa regulamentação fiscal e quanto ao valor e momento do lucro real futuro. Em virtude da natureza e complexidade dos negócios da Companhia, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas ou as futuras alterações dessas premissas podem acarretar ajustes futuros nas receitas e despesas de imposto de renda já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas razoáveis, para as eventuais consequências de fiscalizações das autoridades tributárias. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela Companhia contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem referir-se a uma grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da Companhia. A Interpretação ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda, trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação do CPC 32/NBC TG 32 (R4) - Tributos sobre Lucro. A Companhia avaliou cada tratamento tributário incerto separadamente, em conjunto com mais tratamentos tributários e não identificou impactos significativos em decorrência da interpretação uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais. c) Provisão para demandas judiciais: A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos (Nota 15). As provisões são constituídas para todos os processos os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.8. Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R3)/NBC TG 03 (R3) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa. Durante o exercício de 2023, a Companhia teve transações com fornecedores de Ativo Fixo que não apresentaram desembolso de caixa no montante de R$ 2.954 (R$ 11.435 em 31 de dezembro de 2022), portanto, não foram considerados para fins das referidas demonstrações. **2.9. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados que entraram em vigor em 2023:** Das novas normas que entraram em vigor em 1° de janeiro de 2023, a Companhia declara que as mesmas, não tiveram impacto na elaboração das demonstrações financeiras aqui apresentadas: • Alterações ao CPC 26/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras; • Alterações ao CPC 23/IAS 8 - Distinguir as diferenças entre as mudanças das políticas contábeis e as mudanças das estimativas contábeis; • Alterações ao CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o lucro; • Alterações ao CPC 50/IFRS 17 - Contratos de seguro; • Alterações CPC 32/IAS 12 - Alterações ao IAS 12 quanto ao Pilar 2. **2.10. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não vigentes:** Das normas e interpretações revisadas já emitidas e ainda não vigentes, a Companhia declara que não adotou antecipadamente as novas normas do CPC e IFRS. A seguir as principais revisões já emitidas e ainda não vigentes: • Alterações ao CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Tratamento do passivo de arrendamento nas transações de *Sale and Leaseback*; • Alterações no CPC 26/IAS 1 - Definição da mudança na divulgação de PASSIVOS de longo prazo com *Covenants* e classificação do passivo como circulante ou não circulante; • Alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7 - Definição e divulgação de informações adicionais para financiamento de fornecedores.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política contábil: De acordo com o CPC 03 (R2)/NBC TG 03 (R3) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, o caixa e equivalentes de caixa compreendem ao caixa e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em dinheiro e sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

continua →★

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Arcos Dourados Comércio de Alimentos S.A.

CNPJ nº 42.591.651/0001-43

→★ continuação

Notas Explicativas

Composição:

	2023	2022
Bancos	**1.026**	23.018
Caixa em poder de transportadoras de valores (i)	**18.349**	23.300
Aplicações financeiras (ii)	**32.359**	202.233
	51.734	248.551

(i) Caixa em poder das transportadoras referentes a recursos em trânsito. (ii) As aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez diária, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, sendo resgatáveis com o próprio emissor. As operações realizadas no Brasil são referentes a aplicações em CDB's (Certificado de depósitos bancários) e operações compromissadas com média de remuneração de 93,1% do CDI (86% em 2022).

4. CONTAS A RECEBER

Política contábil: As contas a receber correspondem aos recebíveis das vendas através das administradoras de cartões, convênios refeição, meios digitais e operadoras de *Delivery*, bem como provenientes de franquias.

Composição:

	2023	2022
Proveniente de vendas com:		
Administradora com cartões de débito e crédito (i)	**162.472**	187.222
Administradora com convênios refeição (ii)	**38.123**	37.585
Meios digitais (iii)	**23.146**	8.774
Operadoras de *Delivery* (iv)	**104.176**	87.347
	327.917	320.928
Proveniente de franquias (v):		
Royalties	**33.062**	28.453
Propaganda	**21.298**	19.245
Aluguéis	**82.640**	68.604
	137.000	116.302
Outras contas a receber (vi)	**10.511**	8.249
	10.511	8.249
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	**(8.075)**	(3.454)
	467.353	442.024
Ativo circulante	**467.353**	441.685
Ativo não circulante	**–**	339

(i) Administradora de cartões de débito e crédito: o recurso proveniente das vendas realizadas com cartões de débito é depositado em contas bancárias no dia útil seguinte à realização da venda para vendas realizadas no balcão do restaurante e dois dias úteis (D+2) no caso das vendas a débito efetuadas através do *mobile app,* que incluem as vendas via *Delivery* próprio e da funcionalidade "Peça e retire". As vendas realizadas com cartões de crédito são recebidas pela Companhia no prazo médio de 30 dias. (ii) Administradora de convênios de refeição: as vendas por voucher de refeição são recebíveis das empresas administradora de convênios. O prazo médio de recebimento pela Companhia é de 20 dias. (iii) Meios digitais: no caso das vendas realizadas através do Mercado Pago, os recursos provenientes da carteira digital (on-line) ficam disponíveis no app, cuja transferência é realizada no próximo dia útil e vendas a crédito são recebidos pela Companhia em 30 dias; *Gift Card*, o recebimento ocorre no dia útil posterior à compra; Sem Parar, o recebimento ocorre em 30 dias; recursos provenientes das vendas realizadas no balcão do restaurante com pagamento efetuado através de PIX são recebidos no mesmo dia, exceto finais de semana e feriados, cujo recebimento ocorre no próximo dia útil; e para vendas pagas via PIX no segmento *Delivery*, o recebimento ocorre em dois dias úteis (D+2) após a venda. (iv) Operadores de *Delivery:* as vendas realizadas pelos aplicativos dos nossos operadores de *Delivery* são recebidas conforme regras estipuladas nos contratos assinados com Ifood e Rappi, exceto vouchers de refeição, cujo valor é repassado por cada bandeira, respeitando o prazo de repasse. *Mobile app* obedece a escolha do cliente (débito/crédito/refeição ou PIX). (v) Franqueados: as receitas de *royalties* e aluguel são recebíveis dos franqueados. O prazo médio de recebimento é de 16 dias no Brasil. (vi) Outras contas a receber: as outras contas a receber referem-se à sublocação de parte de terreno não utilizado pela Companhia, com prazo médio de recebimento de 10 dias e à devolução líquida de mercadorias. *Provisão para créditos de liquidação duvidosa:* A provisão para créditos de liquidação duvidosa é mensurada pelas estimativas das perdas futuras prováveis da Companhia:

	2023	2022
No início do exercício	(3.454)	(3.070)
Constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa	(8.859)	(9.049)
Reversão por recebimento	4.238	8.664
No final do exercício	(8.075)	(3.454)

A composição das contas a receber por idade de vencimento é descrita como segue:

			Vencidos			
	Total	A vencer	<30 dias	31-60 dias	61-90 dias	>90 dias
2023	**475.428**	**462.542**	**4.872**	**1.001**	**623**	**6.390**
2022	445.478	439.787	2.709	844	579	1.559

Demonstramos abaixo a composição por franqueado dos títulos que não compõe a provisão para crédito de liquidação duvidosa:

Franqueados com dívida negociada	2023	2022
Gran Rio Comércio de Alimentos Ltda.	**10**	250
America MMD Comércio de Alimentos Ltda.	**29**	276
Mantiqueira SJB Comércio de Alimentos Ltda.	**29**	271
Allianca Comércio de Alimentos Ltda.	**29**	247
Mckin Food's Ltda.	**339**	904
Total dívida negociada	**436**	1.948
Circulante	**436**	1.609
Não circulante	**–**	339

5. ESTOQUES

Política contábil: Os estoques estão demonstrados ao custo ajustado do valor realizável líquido, quando este for menor que o custo. O custo dos estoques adquiridos diretamente pelos restaurantes é demonstrado ao preço da última aquisição, que se aproxima do critério Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair (PEPS). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda. Quando necessário, os estoques também são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação.

Composição:

	2023	2022
Alimentos	**44.584**	38.805
Embalagens	**10.869**	9.854
Brinquedos	**2.341**	4.210
Provisão para obsolescência de brinquedos	**(411)**	(571)
Adiantamento a fornecedores	**35.341**	35.341
	92.724	87.639
Ativo circulante	**57.383**	52.298
Ativo não circulante	**35.341**	35.341

A movimentação da provisão para obsolescência de brinquedos está demonstrada a seguir:

	2023	2022
No início do exercício	**(571)**	(1.041)
Constituição da provisão para obsolescência	**(1.911)**	(1.628)
Reversão	**2.071**	2.098
No final do exercício	**(411)**	(571)

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

Composição:

	2023	2022
Imposto de renda retido na fonte	**2.868**	8.354
PIS e COFINS (i)	**46.769**	99.991
INSS a recuperar (ii) e (vii)	**45.046**	27.419
Anistia a recuperar (iii)	**10.277**	9.601
Imposto de renda (iv) e (v)	**42.723**	46.239
Contribuição social (iv) e (v)	**10.689**	3.824
ICMS a recuperar (vi)	**14.856**	3.082
Outros impostos a recuperar	**4.788**	4.506
	178.016	203.016
Ativo circulante	**55.716**	137.216
Ativo não circulante (ii), (iv) e (v)	**122.300**	65.800

(i) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS). A Companhia reconhece créditos por essencialidade decorrentes de sua operação. (ii) Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - A Companhia ajuizou processo em 2009 no qual se questiona a incidência da contribuição patronal e de terceiros sobre as verbas 1/3 constitucional de férias, 15 dias que antecedem o auxílio doença e o aviso prévio indenizado. Em 2014, considerando a decisão favorável obtida e as decisões no mesmo sentido proferidas pelos tribunais superiores, a Companhia reconheceu crédito dos valores pagos indevidamente entre o período de outubro de 2004 a setembro de 2009 (período de 5 anos anteriores a entrada da ação). Em 2020, o STF entendeu que o terço constitucional de férias deve ser tributado. Tal decisão ainda pende de análise quanto a modulação de efeitos, enquanto não ocorre, o Tribunal decidiu pela suspensão de todos os processos sobre o tema (incidência da contribuição previdenciária sobre o terço de férias). O valor atualizado do crédito é de R$ 28.918 em dezembro de 2023. (iii) Anistia a recuperar - Em 2009, a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento REFIS estabelecido pela Lei 11.941/2009. No entanto, nesta inclusão não foi considerado os valores dos débitos depositados judicialmente e/ou reduzidos em virtude de decisões. A Administração está tomando providências para que esses créditos registrados como Anistia sejam recuperados até o fim do exercício social de 2026. (iv) IRPJ/CSLL sobre Selic - Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu crédito tributário a recuperar no valor de R$ 30.926, em virtude da não incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores relativos à Taxa de Selic decorrentes de recuperação de impostos recolhidos indevidamente nos últimos 5 anos, nos termos da decisão do STF e de decisão proferida em processo próprio. Em dezembro de 2023, o valor atualizado do crédito é de R$ 37.891 (R$ 34.435 em 2022). (v) Saldo negativo - a Companhia tem registrado saldo negativo de IRPJ no valor de R$ 14.862 e saldo negativo de CSLL no valor de R$ 659. Em 2023, devido a mudanças de estimativas na utilização dos créditos registrados referentes ao IRPJ/CSLL sobre Selic e saldo negativo do IRPJ, o montante foi reclassificado para o longo prazo. (vi) ICMS incidente sobre Energia Elétrica - No primeiro trimestre de 2021, a Companhia ajuizou mandados de segurança questionando a constitucionalidade das alíquotas aplicadas pelos Estados de Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Com o julgamento do STF as ações ajuizadas pela Companhia contra os Estados supramencionados tiveram o trânsito em julgado. A Companhia reconheceu o montante de R$ 9.721 em dezembro de 2023. (vii) Contribuição Previdenciária - Salário Maternidade - A Companhia reconheceu o montante de R$ 15.930 decorrente de decisão proferida no Mandado de Segurança no qual se questionou a constitucionalidade da incidência da contribuição previdenciária patronal, das contribuições destinadas a terceiras entidades e ao SAT/RAT sobre os valores pagos a título salário maternidade. O valor atualizado do crédito em dezembro de 2023 é de R$ 16.128.

7. IMOBILIZADO

Política contábil: O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, líquido da depreciação acumulada e das perdas por não recuperação acumuladas, se houver. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou família de ativos, pelo método linear e pelas taxas apresentadas a seguir:

Categoria do ativo	% de depreciação anual
Edifícios	4%
Benfeitorias e melhorias	5%
Equipamentos de processamento de dados	20%
Instalações	10%
Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Composição:

Custo	Terrenos	Edifícios, benfeitorias e melhoramentos	Equipamentos	Imobilizado em andamento e adiantamentos (i)	Total do imobilizado
Saldos em 31 de dezembro de 2021	161.430	1.885.268	1.645.149	50.940	3.742.787
Adições	–	93.322	140.825	90.229	324.376
Baixas	–	(8.765)	(42.253)	(1.532)	(52.550)
Transferências	–	73.228	12.605	(86.315)	(482)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	161.430	2.043.053	1.756.326	53.322	4.014.131
Adições	**10.197**	**257.378**	**269.902**	**36.085**	**573.562**
Baixas	**–**	**(3.989)**	**(14.340)**	**(2.714)**	**(21.042)**
Transferências	**–**	**26.027**	**245**	**(26.253)**	**19**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**171.627**	**2.322.469**	**2.012.133**	**60.440**	**4.566.669**
Depreciação					
Saldos em 31 de dezembro de 2021	–	(913.982)	(984.481)	–	(1.898.463)
Depreciação no exercício	–	(86.333)	(127.164)	–	(213.497)
Baixas	–	7.225	31.192	–	38.417
Transferências	–	39	209	–	248
Saldos em 31 de dezembro de 2022	–	(993.051)	(1.080.244)	–	(2.073.295)
Depreciação no exercício	**–**	**(116.859)**	**(158.006)**	**–**	**(274.865)**
Baixas	**–**	**889**	**12.008**	**–**	**12.897**
Transferências	**–**	**(437)**	**418**	**–**	**(19)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**–**	**(1.109.458)**	**(1.225.824)**	**–**	**(2.335.282)**
Valor líquido					
Saldos em 31 de dezembro de 2022	161.430	1.050.003	676.082	53.322	1.940.836
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**171.627**	**1.213.011**	**786.309**	**60.440**	**2.231.387**

(i) Refere-se a projetos de aberturas de novos restaurantes. A Administração possui a expectativa de ativação dos itens de acordo com cronograma de abertura de restaurantes.

8. INTANGÍVEL

Política contábil: Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados pelo custo quando de seu reconhecimento inicial. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são contabilizados pelo custo, deduzidas a amortização acumulada e as eventuais perdas acumuladas de valor recuperável. Os ativos intangíveis gerados internamente, excluindo-se os custos capitalizados de desenvolvimento de *software*, não são capitalizados e os gastos são refletidos no resultado quando incorridos. A amortização é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou família de ativos, pelo método linear e pelas taxas apresentadas a seguir:

Categoria do ativo	% de amortização média anual
Licença de uso	4%
Direitos readquiridos de franquias	35,3%
Software	20%

O período e o método de amortização são revistos, no mínimo, no encerramento de cada exercício. Anualmente, a Companhia avalia, nas datas dos balanços, se há indícios de que um ativo possa não ser recuperável. A Companhia considera cada restaurante como sua menor unidade geradora de caixa ("UGC"), e submete-as ao teste de valor recuperável (*impairment*). As perdas por não recuperação são reconhecidas no resultado em linha de despesas consistentes com a função do ativo não recuperável.

Composição:

Custo	Licença de uso (i)	Direitos readquiridos de franquias	Ágio	*Softwares*	Total do ativo intangível
Saldos em 31 de dezembro de 2021	22.550	22.210	45.275	195.366	285.401
Adições	1.776	2.042	4.537	46.063	54.418
Baixas	(152)	–	–	(4.991)	(5.143)
Transferências	–	–	–	482	482
Saldos em 31 de dezembro de 2022	24.174	24.252	49.812	236.920	335.158
Adições	**1.749**	**518**	**2.475**	**41.852**	**46.594**
Baixas	**(86)**	**–**	**–**	**(32.950)**	**(33.036)**
Transferências	**–**	**–**	**–**	**(19)**	**(19)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**25.837**	**24.770**	**52.287**	**245.803**	**348.697**
Amortização					
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(10.596)	(22.210)	–	(131.316)	(164.122)
Amortização do exercício	(1.793)	(58)	–	(16.509)	(18.360)
Baixas	83	–	–	1.342	1.425
Transferências	–	–	–	(248)	(248)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(12.306)	(22.268)	–	(146.731)	(181.305)
Amortização do exercício	**(2.139)**	**(771)**	**–**	**(22.335)**	**(25.245)**
Baixas	**37**	**–**	**–**	**22.351**	**22.388**
Transferências	**–**	**–**	**–**	**19**	**19**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**(14.408)**	**(23.039)**	**–**	**(146.696)**	**(184.143)**
Valor líquido					
Saldos em 31 de dezembro de 2022	11.868	1.984	49.812	90.189	153.853
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**11.429**	**1.731**	**52.287**	**99.107**	**164.554**

(i) A marca compreende os direitos de uso de marca pagos à McDonald's Corporation pela abertura de cada restaurante próprio e sublicenciado. O prazo de amortização destes ativos é o período remanescente entre a data de inauguração do restaurante e o vencimento do MFA (a expirar em 2027). *Ágio:* O saldo do ágio no montante de R$ 52.287 (R$ 49.812 em 2022) refere-se aos ágios formados pelas incorporações de restaurantes, com base nas projeções de rentabilidade que os determinaram. Desde 2009 a Companhia não realiza amortizações. A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios com base no seu valor de uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa. As premissas chave foram estimadas considerando o desempenho histórico da Companhia e com base em premissas macroeconômicas razoáveis e consistentes com fontes externas de informações fundamentadas em projeções de mercado financeiro, documentadas e aprovadas pelos órgãos da Administração da Companhia. De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos. Os fluxos de caixas futuros estimados foram descontados à taxa de desconto de 8,4% em 31 de dezembro de 2023 (8,2% em 31 de dezembro de 2022). O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas visto que o valor estimado de uso excede o seu valor líquido contábil na data da avaliação.

9. ATIVOS E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS - EFEITOS DO CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3)

Política contábil: O CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3) - Arrendamentos, estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial. O arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). E devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A Companhia possui e reconhece como "ativo de direito de uso", os seus contratos referentes a locação de imóveis operacionais (restaurantes), escritórios e frota de veículos. E os contratos de arrendamento possuem prazo médio de 10 anos. A taxa de empréstimo incremental (desconto) foi calculada utilizando-se das seguintes premissas: (i) endividamento do grupo Arcos Dorados; (ii) prazo do contrato; (iii) moeda do país; (iv) curva de juros; e (v) pagamentos mínimos. Essas premissas são calculadas mensalmente e a taxa média aplicada foi de 10,82% a 15,72% (11,79% a 16,53% em 2022) considerando os prazos dos contratos. A Companhia reconheceu os ativos e passivos para os seus contratos de arrendamento referentes a locação de imóveis operacionais (restaurantes), escritórios e frota de veículos considerando o valor bruto de Impostos. Com base nas premissas e informações comentadas, apresentamos abaixo a movimentação do direito de uso, obrigações e resultado de arrendamento da Companhia:

Direito de uso	2023 Valor	2022 Valor
Saldo inicial (i)	**2.955.746**	2.819.356
Adições de novos contratos e atualizações contratuais (ii) e (iii)	**318.408**	380.525
Amortização do direito de uso	**(258.658)**	(244.135)
Saldo final	**3.015.496**	2.955.746

Passivo de arrendamento	2023 Valor	2022 Valor
Saldo inicial (i)	**3.276.345**	3.047.133
Adições de novos contratos e atualizações contratuais (iii)	**318.408**	380.525
Pagamento de principal e juros	**(550.665)**	(499.656)
Juros reconhecidos no exercício	**388.792**	348.343
Saldo final	**3.432.880**	3.276.345
Circulante	**(154.475)**	(147.669)
Não circulante	**(3.278.405)**	(3.128.676)

(i) Saldos apresentados líquidos de AVP. (ii) As atualizações dos índices financeiros das obrigações de arrendamento são registradas de acordo com cada contrato ocasionando impactos nas rubricas de AVP de Passivos de Arrendamento (passivo) e Ativo de Direito de Uso (ativo). (iii) Os saldos apresentados em contas patrimoniais são brutos de impostos (Pis e Cofins) enquanto os saldos apresentados em contas de resultado são líquidos de impostos (Pis e Cofins).

10. FORNECEDORES

Composição:

	2023	2022
Fornecedores exclusivos (i)	**124.230**	97.047
Fornecedores conveniados (ii)	**41.246**	60.427
Fornecedores diversos (iii)	**314.669**	306.320
	480.145	463.794

(i) Fornecedores exclusivos: como fornecedores exclusivos entendem-se os fornecedores parceiros e responsáveis pelo abastecimento de carnes, pães, entre outros. (ii) A Companhia possui convênios firmados junto aos fornecedores, que receberam antecipadamente por intermédio de instituições financeiras. É registrado uma obrigação com as instituições financeiras e a Companhia efetuará o pagamento conforme prazo previsto e valor contratado com o fornecedor. (iii) Fornecedores diversos: como fornecedores diversos são classificados os demais fornecedores que não são exclusivos para a atividade da Companhia.

11. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

Composição:

	2023	2022
Salários a pagar	**49.269**	41.508
Provisão para participação nos lucros	**92.036**	111.050
Provisão para férias	**93.079**	78.318
Provisão de encargos sociais sobre férias	**34.095**	29.086
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a recolher	**26.649**	22.888
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a recolher	**9.232**	8.060
	304.360	290.910

12. PARTES RELACIONADAS

Composição:

	2023	2022
Ativo não circulante		
Arcos Dorados Restaurantes de Chile Ltda. (i)	**121**	58
Arcos SerCal Inmobiliaria (i)	**2.069**	2.252
Arcos Dorados Colômbia Ltda. (i)	**–**	23
Arcos Dourados Holding (i)	**197**	–
Outros (i)	**363**	377
	2.750	2.710
Passivo circulante		
Arcos Dorados B.V. (iii)	**14.355**	528.040
Juros sobre capital próprio	**7.240**	–
	21.595	528.040
Passivo não circulante		
LatAm, LLC (ii)	**13.864**	8.992
Arcos Dorados B.V. (iii)	**1.136.589**	741.199
Arcos Dorados B.V. (iv)	**3.757**	4.390
Arcos Dorados Argentina (v)	**738**	1.324
	1.154.948	755.905
Total passivo	**1.176.543**	1.283.945
Resultado		
Variação cambial	**4.836**	10.978
Custos corporativos (vi)	**(103.789)**	(93.422)

(i) Contas a receber proveniente a reembolsos de despesas relacionadas à operação; (ii) Refere-se às despesas de custos corporativos sendo valores cobrados pela matriz em funções administrativas sem incidência de juros e não há vencimento; (iii) Em 2017 foram captados dois empréstimos em moeda estrangeira (Dólar) no montante de R$ 311.550 (USD 100.000) cada, com taxa de juros de 5,87% + IR, e pagamentos de juros semestrais em junho e dezembro para o contrato com vencimento em setembro de 2023; e março e setembro para o contrato com vencimento em abril de 2027. Em julho de 2023, o referido contrato com a ADBV com vencimento em setembro de 2023, juntamente com outro empréstimo denominado em moeda corrente cujo saldo na data da novação era de R$ 199.446, foram substituídos por um novo empréstimo em moeda estrangeira (Dólar) no montante de R$ 635.924 (USD 134.000), com taxa de juros de 8% e pagamentos de juros semestrais em maio e novembro, com vencimento em maio de 2029. Para essa transação, a Companhia efetuou um pagamento de R$ 38.093 (USD 8.027). Esses empréstimos possuem instrumentos financeiros derivativos com os bancos: Bank of América, JP Morgan, Deutche Bank e Citi Bank, atrelados a uma taxa média de 7,74%. O valor justo está demonstrado na Nota 21.d; (iv) Refere-se às despesas com projetos no Brasil, não há incidência de juros e não há vencimento definido; (v) Valores referem-se às despesas ocorridas na Argentina que são de responsabilidade do Brasil. Não há incidência de juros e não há data de vencimento; (vi) Custos corporativos são valores cobrados pela matriz por conta de funções administrativas. Remuneração da Administração: Além dos benefícios usuais previstos pela legislação brasileira, a Companhia tem como prática a adoção de assistência médica, seguro de vida e participação nos lucros, como benefícios adicionais. Os benefícios concedidos ao "pessoal estratégico da administração" compreendem nos benefícios usuais e adicionais concedidos pela Companhia. O valor da remuneração e benefícios ao pessoal estratégico da administração na respectiva área de competência no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 47.720 (R$ 34.448 em 2022). A Companhia considerou como "pessoal estratégico da administração", conforme Resolução do CFC n° 1.193/2009, os integrantes da sua diretoria executiva.

13. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

Política contábil: As receitas de vendas e serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS às alíquotas vigentes em cada região e são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização (Nota 6).

Composição:

	2023	2022
Impostos sobre vendas	**44.180**	33.497
Imposto de renda sobre *royalties* e distribuição de lucros	**2.799**	3.519
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	**237.057**	188.394
Outros impostos e contribuições	**27.795**	15.246
	311.831	240.656

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

Política contábil: *Imposto de renda e contribuição social correntes:* O imposto de renda e contribuição social correntes ativos e passivos, referentes ao período atual e a períodos anteriores, são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor, nas datas dos balanços. A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15%, sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R$ 240 milhões em lucro real por ano, no caso do IRPJ, e 9%, no caso da CSLL. *Imposto de renda e contribuição social diferidos:* O imposto de renda e contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias, nas datas dos balanços, entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos referentes a todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto quando o passivo fiscal diferido resultar do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. Com relação às diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em subsidiárias, são reconhecidos o imposto de renda e contribuição social diferidos somente na medida em que seja provável que as diferenças temporárias serão revertidas em um futuro previsível e que haverá um lucro tributável contra o qual se possa utilizar as diferenças temporárias. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são mensurados segundo as alíquotas previstas para ser aplicadas no exercício em que o ativo é realizado ou o passivo é liquidado, com base nas alíquotas (e leis tributárias) em vigor ou substancialmente em vigor nas datas dos balanços. Impostos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legal ou contratual para compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais de imposto de renda, e os impostos diferidos que se referirem à mesma empresa contribuinte e à mesma autoridade tributária. **14.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos: *Composição:*** Os créditos tributários diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 32/NBC TG 32 (R4) - Tributos sobre o lucro, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de diferenças temporárias. Com base em estudos de cenários e projeções de geração de resultados tributáveis futuros, preparados anualmente pela Companhia, foram registrados diferidos ativos tributários relativos às diferenças temporárias, conforme abaixo:

	2023	2022
Ativo não circulante		
Diferenças temporárias	**380.074**	390.830
Imposto de renda diferido e contribuição social diferido ativo	**380.074**	390.830

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos está demonstrada abaixo:

	2023	2022
No início do exercício	**390.830**	273.758
Realização (constituição) do imposto diferido	**(11.811)**	116.512
Despesa de imposto reconhecida no patrimônio líquido (*hedge* de fluxo de caixa)	**1.055**	560
	380.074	390.830

14.2. Imposto de renda e contribuição social correntes: O valor contábil e a realização do crédito tributário são revisados anualmente pela Companhia. Com base nesse estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros, a Companhia estima recuperar esses créditos tributários nos seguintes exercícios:

	Valor
2024	**27.735**
2025	**(824)**
2026	**(29.383)**
2027	**(57.941)**
2028 - 2029	**(319.661)**
	(380.074)

A movimentação do imposto de renda e contribuição social serão utilizados para compensação de outros tributos federais, sendo o valor de 2023 R$ 380.074 (em 2022 R$ 390.830). No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as provisões para imposto de renda e contribuição social foram calculadas como segue:

	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**860.450**	675.598
Alíquota nominal	**34%**	34%
Imposto de renda e contribuição pela taxa nominal	**(292.553)**	(229.703)
Diferenças permanentes:		
- Pagamentos de *royalties*	**(20.833)**	(22.178)
- Despesas com veículos de dirigentes	**(261)**	(100)
- Doações e gratificações	**(121)**	–
- Multas	**–**	(1.248)
- Outras	**(11.767)**	(5.267)
- Selic indébito	**2.932**	2.831
Baixa de ativo imobilizado	**(3.941)**	(3.322)
Ajuste de juros sobre capital próprio	**29.520**	12.803
Imposto de renda e contribuição social diferido de períodos anteriores	**10.248**	11.769
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(286.776)**	(234.415)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**(271.756)**	(336.005)
Imposto de renda e contribuição social correntes	**(15.020)**	101.590
Alíquota efetiva	**33%**	35%

15. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

Política contábil: A Companhia adota os conceitos estabelecidos conforme o CPC 25/NBC TG 25 (R2) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo litígios e contingências. A provisão para demandas judiciais é constituída com amparo em pareceres de assessores jurídicos em montantes suficientes para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. ***Composição:*** *Movimentação da provisão para demandas judiciais:*

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	19.403	73.990	92.790	186.183
Constituída durante o exercício	4.519	71.600	59.669	135.788
Pagamentos	(872)	(65.938)	(64)	(66.874)
Reversão durante o exercício	(1.182)	(5.224)	(1.876)	(8.282)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	21.868	74.428	150.519	246.815
Constituída durante o exercício	3.323	73.620	63.174	140.117
Pagamentos	(668)	(85.090)	(705)	(86.463)
Reversão durante o exercício	(12.257)	(1.400)	(15.873)	(29.530)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**12.266**	**61.558**	**197.115**	**270.939**

a) *Tributárias:* As demandas tributárias federais são indexadas pela Selic (Sistema Especial de Liquidação de Custódia) 11,75% em 2023 e 13,75% em 2022 e estão sujeitas, quando aplicável, a multas. Os referidos juros e multas, quando aplicáveis, foram computados sobre valores não pagos e integralmente provisionados. As causas tributárias estimadas pelos nossos assessores externos como risco possível de perda somam o montante de R$ 3.086.955 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 2.844.322 em 31 de dezembro de 2022), tendo alguns temas envolvidos em discussão administrativa e judicial principais no montante de R$ 873.568: (i) Multas aduaneiras, em que a Companhia contesta a aplicação de penalidades aduaneiras sobre operações de importação de mercadorias, realizadas no período de junho de 2017 a dezembro de 2018; (ii) PIS e COFINS, a Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração relativo a PIS e COFINS incidentes sobre determinadas receitas da Companhia. O auto de infração foi julgado procedente e atualmente aguarda decisão do recurso voluntário. b) *Trabalhistas:* As causas trabalhistas com possível risco de perda somam o montante de R$ 14.432 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 18.395 em 31 de dezembro de 2022). c) *Cíveis:* As demandas com risco de perda possível montam em R$ 59.329 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 28.484 em 31 de dezembro de 2022). d) *Depósitos recursais e judiciais:* A Companhia está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuou depósitos para recursos (vinculados) de montantes equivalentes pendentes das decisões legais finais, bem como depósitos em caução relacionados com as provisões para processos judiciais. Os depósitos judiciais são os seguintes:

		Fiscais				
	Trabalhistas	ICMS	IRPJ e CSLL prejuízo	IRPJ sobre *royalties*	Outras	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	34.818	57.800	20.475	117.956	14.109	245.158
Constituída durante o exercício	70.031	–	–	23.440	9	93.480
Atualização	–	4.562	1.245	12.168	886	18.861
Baixas no exercício por encerramento	(64.491)	–	–	–	(1.546)	(66.037)
Reclassificação	(1.830)	–	–	–	1.830	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	38.528	62.362	21.720	153.564	15.288	291.462
Constituída durante o exercício	**84.496**	**–**	**–**	**21.978**	**14.356**	**120.830**
Atualização	**–**	**5.015**	**1.307**	**15.662**	**2.089**	**24.073**
Baixas no exercício por encerramento de processos	**(84.634)**	**–**	**–**	**–**	**(572)**	**(85.206)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**38.390**	**67.377**	**23.027**	**191.204**	**31.161**	**351.159**

16. PLANO DE APOSENTADORIA - MCPREV

A Companhia possui um plano de aposentadoria de contribuição definida, denominado McPrev, como benefício a seus empregados. A Companhia faz contribuições mensais ao plano em nome dos beneficiários de acordo com o serviço prestado e não tem obrigações adicionais a reconhecer como resultado do plano. As contribuições feitas em 2023 totalizaram R$ 3.459 (R$ 3.311 em 2022) e contribuições feitas pelos participantes totalizaram R$ 4.139 (R$ 4.080 em 2022). O Plano tinha 362 participantes em 2023 (332 participantes em 2022).

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 442.789 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2023 e 2022, todas nominativas e sem valor nominal. b) Distribuição de lucros: A distribuição de lucros é reconhecida, com base nas distribuições de lucros requeridas e aprovadas em ata de reunião dos representantes da Administração e quotistas da Companhia. A Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária a distribuição de dividendos, conforme a seguir: • 26 de abril de 2023 valor de R$ 122.554, pagos durante o exercício; • 08 de maio de 2023 valor de R$ 77.446, pagos durante o exercício; • 06 de julho de 2023 valor de R$ 50.000, pagos durante o exercício; • 30 de novembro de 2023 valor de R$ 208.750, a serem pagos no exercício de 2024. Em 24 de novembro de 2023, a Companhia aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de juros sobre capital próprio no valor de R$ 32.100 referente a períodos anteriores de 2018 a 2022. Na mesma data foi aprovado também o valor de R$ 47.485 calculados com base no período de janeiro a outubro de 2023. Em 29 de dezembro de 2023 foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de juros sobre capital próprio no valor de R$ 7.240, calculados com base no período de novembro e dezembro de 2023, pagos em janeiro de 2024. c) Outros resultados abrangentes: Referem-se aos efeitos decorrentes da conversão das demonstrações financeiras para a moeda funcional da Companhia, líquido do efeito do imposto de renda e contribuição social diferidos, bem como valores referentes a *hedge* de fluxo de caixa.

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Política contábil: As receitas são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de mercadorias e serviços. As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia deixa de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia são prováveis. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta. As receitas com franqueados envolvem valores de aluguel e *royalties* com base em um percentual das receitas.

Composição:

	2023	2022
Receitas com vendas	**8.554.449**	7.433.007
Impostos sobre vendas	**(705.955)**	(623.991)
Receita líquida de vendas	**7.848.494**	6.809.016
Receita de aluguel	**630.837**	562.599
Receita de *royalties*	**1.147**	1.423
Receita total franqueados	**631.984**	564.022
Receita operacional líquida	**8.480.478**	7.373.038

19. DESPESAS POR NATUREZA

Política contábil: O custo das vendas inclui o custo das operações de logística administradas ou terceirizadas pela Companhia, compreendendo todos os custos de armazenamento, manuseio e frete incorridos depois do recebimento inicial das mercadorias em um dos restaurantes ou depósitos da Companhia. Os custos de transporte estão incluídos nos custos de aquisição. As despesas com venda compreendem todas as despesas dos restaurantes, tais como salários, marketing, ocupação, manutenção e outras. As despesas gerais e administrativas correspondem às despesas indiretas e ao custo das unidades corporativas, incluindo compras, suprimentos e tecnologia da informação. As outras despesas operacionais correspondem aos efeitos de eventos significativos ocorridos durante o período que não se enquadrem na definição das demais rubricas da demonstração do resultado adotada pela Companhia. Em atendimento ao CPC 26 (R1) - NBC TG 26 (R5) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre as despesas operacionais por natureza para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Composição:

	2023	2022
Custos de alimentos	**(2.312.732)**	(1.986.626)
Custos de embalagem	**(245.364)**	(214.735)
Custos de brinquedos	**(84.848)**	(93.469)
Despesas com fretes	**(58.476)**	(56.339)
Despesas com pessoal	**(1.765.483)**	(1.606.363)
Despesas com serviços de terceiros	**(560.621)**	(501.175)
Despesas com *royalties*	**(371.809)**	(311.872)
Despesas com aluguel (i)	**(52.405)**	(46.037)
Despesas com publicidade	**(346.953)**	(311.505)
Despesas gerais (água, telefonia, etc.)	**(287.483)**	(256.751)
Despesas com manutenção e reparos	**(82.376)**	(59.457)
Despesas com materiais diversos/suprimentos	**(63.378)**	(53.446)
Despesas com taxas e licenças	**(37.773)**	(34.677)
Despesas com promoções	**(25.570)**	(16.643)

continua→★

Arcos Dourados Comércio de Alimentos S.A.

CNPJ nº 42.591.651/0001-43

→★ continuação

Notas Explicativas

	2023	2022
Despesas diversas com marketing	**(8.273)**	(6.311)
Despesas com agências de publicidade	**(3.708)**	(3.366)
Outros	**(255.947)**	(191.637)
	(6.563.199)	(5.750.409)
Custo dos produtos vendidos	**(2.701.420)**	(2.351.169)
Despesas com vendas	**(3.426.638)**	(2.991.505)
Despesas gerais e administrativas	**(435.141)**	(407.735)
	(6.563.199)	(5.750.409)

(i) Saldo de despesas com arrendamentos variáveis conforme CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3) - Operações de Arrendamento Mercantil.

20. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Política contábil: As receitas financeiras incluem os rendimentos gerados pelo caixa e equivalentes de caixa e por depósitos judiciais, os descontos em compras obtidos de fornecedores e receitas referentes a descontos. As despesas financeiras incluem todas as despesas geradas pela dívida líquida e por antecipação de recebíveis, compensadas com os juros capitalizados, as perdas com alienações de ativos financeiros, os encargos financeiros sobre demandas judiciais e impostos, bem como ajustes referentes a descontos. Registra-se uma receita ou despesa de juros referente a todos os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro - ou período menor, conforme o caso - ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro.
Composição:

	2023	2022
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	**23.580**	36.658
Receita de juros	**15.310**	27.438
Outros	**(299)**	(1.178)
	38.591	62.918
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos (i)	**(26.582)**	(36.238)
Juros sobre arrendamento	**(388.792)**	(348.343)
Despesas com instrumentos financeiros derivativos - realizado	**(84.904)**	(122.212)
Outros	**(558)**	(19)
	(500.836)	(506.812)
Variação monetária e cambial líquida	**(1.521)**	399
	(463.766)	(443.495)

(i) Parte substancial do montante apresentado é advindo de juros com partes relacionadas.

21. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Política contábil: As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado, que inclui o risco cambial e de taxa de juros. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando, quando necessário, instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. Os instrumentos financeiros derivativos e equivalentes de caixa são mensurados a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial. a) *Risco de crédito:* O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e financeiras principalmente representados nas rubricas de contas a receber, caixa e equivalentes de caixa e derivativos. *Contas a receber:* As contas a receber da Companhia são substancialmente formadas por recebíveis de cartões, canais digitais e operadora de *Delivery*. Os valores são transacionados com as principais bandeiras e prestadoras de serviço de meio eletrônico de pagamentos, sendo assim entendemos que o risco de crédito é baixo nessa operação. *Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro:* O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é o valor registrado, como demonstrado nas Notas 3 e 4. b) *Risco de liquidez:* A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas e aos montantes disponíveis em caixa e equivalentes de caixa. c) *Risco de mercado: Risco cambial:* O risco de câmbio é risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição aos riscos de variações nas taxas de câmbio refere-se basicamente por empréstimos e outros passivos. O risco cambial dos empréstimos é administrado por meio de instrumentos financeiros derivativos, no qual a Companhia realiza operações de *hedge*, para minimizar sua exposição. A seguir, apresentamos o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros considerando oscilações de 25% e 50% na variável de risco (taxa do dólar americano):

Contrapartes	Dívida em dólares americanos	Dívida em reais em 31 de dezembro de 2023	Dólar expectativa administração	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
Cost sharing - ADBV/LatAm/Arcos Dorados Argentina/ Arcos Dorados B.V./Arcos Dorados Holding	**3.792**	**18.358**	**19.597**	**24.496**	**29.396**
Royalties - McDonald's	**3.553**	**17.201**	**18.362**	**22.952**	**27.543**
Location fee - McDonald's	**42**	**203**	**217**	**271**	**326**
Empréstimos e financiamentos - Bancos	**237.734**	**1.150.942**	**1.228.609**	**1.535.762**	**1.842.914**
Derivativos - ponta ativa (diversas instituições)	**(39.062)**	**(189.111)**	**(201.872)**	**(252.341)**	**(302.809)**
Taxas utilizadas		**4,8413***	**5,1680****	**6,4600**	**7,7520**

Contrapartes	Dívida em dólares americanos	Dívida em reais em 31 de dezembro de 2022	Dólar expectativa administração	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
Cost sharing - ADBV/LatAm/Arcos Dorados Argentina/ Arcos Dorados B.V./Arcos Dorados Holding	2.818	14.706	14.938	18.687	22.407
Royalties - McDonald's	4.647	24.248	24.630	30.811	36.946
Location fee - McDonald's	18	94	95	119	143
Empréstimos e financiamentos - Bancos	205.031	1.069.789	1.086.663	1.359.354	1.629.995
Derivativos - ponta ativa (diversas instituições)	(82.849)	(432.282)	(439.100)	(549.290)	(658.651)
Taxas utilizadas		5,2177*	5,3000**	6,6300	7,9500

* Taxa de câmbio efetiva em 31 de dezembro de 2023 e 2022, obtida do Banco Central do Brasil. ** Taxa de câmbio projetada pela Administração. *Risco de taxa de juros:* A Companhia também está exposta à variação na taxa de juros, risco que impacta suas aplicações financeiras, seus empréstimos e financiamentos. Com finalidade de verificar a sensibilidade à variação das taxas de juros foram definidos três cenários diferentes. Assim, com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 13,04% para o ano de 2023 e este definido como cenário provável, a partir deste, foram calculadas variações negativas e positivas de 25% e 50%. Análise de sensibilidade dos ativos financeiros: Para cada cenário foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi de 31 de dezembro de 2023, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Operação	2023	2022	Risco	CDI expectativa administração	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
Aplicações financeiras	**32.359***	202.233	Queda do CDI	12,14**	9,10%	6,07%
				3.928	2.946	1.964

* Saldos em 31 de dezembro de 2023 aplicados em CDB. ** A Companhia utilizou como expectativa 93,10% do CDI.

d) *Instrumentos financeiros derivativos:* A carteira de instrumentos financeiros derivativos é composta por contratos de troca de indexadores (*SWAP*). A utilização desses instrumentos visa diminuir os riscos de variação cambial nos contratos de empréstimos com partes relacionadas em moeda estrangeira e financiamentos, respectivamente. Tais derivativos são designados em estruturas de *hedge accounting* com o efeito da sua realização no resultado. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possuía estruturas de *hedge* sendo *hedges* de fluxo de caixa. Em um *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parcela inefetiva do *hedge* é reconhecida imediatamente no resultado financeiro. Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de *hedge* afeta o resultado. Em um derivativo não designado de *hedge* como instrumento de *hedge*, são contratos de moeda a termo onde não possuem *hedge* de fluxo de caixa, *hedge* a valor justo ou *hedge* de investimentos líquido, sendo celebrados por períodos consistentes com as exposições da transação da moeda contratada. De acordo com as políticas de tesouraria, a Companhia não possui ou emite instrumentos financeiros derivativos para fins de especulação. *Hedge de fluxo de caixa:* Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía contratos de *swap* designados como *hedge* de fluxo de caixa para se proteger do efeito das flutuações das taxas cambiais dos empréstimos com partes relacionadas em moeda estrangeira, os quais possuem vencimentos em abril de 2027 e maio de 2029. Os valores das operações de *swap* utilizados para proteção de empréstimos são resumidos a seguir:

2023

Ativo/Passivo	Valor nominal (USD)	Diferencial a receber/pagar: Custo atualizado	Diferencial a receber/pagar: Valor de mercado	Ajuste a mercado
USD x PRE - Bank of America	**50.000**	**65.160**	**80.946**	**15.786**
USD x PRE - JP Morgan	**12.000**	**5.391**	**6.464**	**1.073**
USD x PRE - JP Morgan - 20	**30.000**	**(5.664)**	**(25.436)**	**(19.772)**
USD x PRE - JP Morgan - 23	**15.000**	**(192)**	**618**	**810**
USD x PRE - Citibank	**50.000**	**92.333**	**88.421**	**(3.912)**
USD x PRE - Citibank - 23	**12.000**	**4.665**	**6.354**	**1.689**
USD x PRE - Itaú	**50.000**	**(11.111)**	**(42.823)**	**(31.712)**
USD x PRE - Deutche	**15.000**	**(163)**	**710**	**873**
Totais	**234.000**	**150.419**	**115.254**	**(35.165)**
Total ativo não circulante				**225.793**
Total passivo circulante				**(29.264)**
Total passivo não circulante				**(81.275)**

2022

Ativo/Passivo	Valor nominal (USD)	Diferencial a receber/pagar: Custo atualizado	Diferencial a receber/pagar: Valor de mercado	Ajuste a mercado
USD x PRE - Bank of America	50.000	155.752	118.202	(37.550)
USD x PRE - Santander	50.000	129.674	109.780	(19.894)
USD x PRE - JP Morgan	50.000	6.076	–	(6.076)
USD x PRE - Citibank	50.000	5.837	–	(5.837)
USD x PRE - Citibank - Blend & Extend	50.000	5.547	5.547	–
USD x PRE - JP Morgan - 20	30.000	(40.301)	(32.987)	7.314
USD x PRE - Itaú	50.000	(67.369)	(54.165)	13.204
Totais	330.000	195.216	146.377	(48.839)
Total ativo circulante				109.780
Total ativo não circulante				180.001
Total passivo circulante				(47.477)
Total passivo não circulante				(95.927)

Os termos essenciais dos contratos de *swap* foram negociados para estarem alinhados aos termos dos empréstimos, objetos dos *hedges*. As transações que foram consideradas efetivas, as variações do ajuste a valor justo sobre *hedge* de fluxo de caixa foram registradas na rubrica "Outros resultados abrangentes" em contrapartida da rubrica "Instrumentos financeiros derivativos" passivos ou ativos. *Valor justo dos instrumentos financeiros:* A seguinte hierarquia é usada para determinar o valor justo de instrumentos financeiros: Nível 1: preços cotados, sem ajustes, nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Ativos mensurados a valor justo	31 de dezembro de 2023	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações financeiras	**32.359**	**–**	**32.359**	**–**
Swap de taxa de juros - *hedge* de fluxo de caixa	**225.793**	**–**	**225.793**	**–**

Passivos mensurados a valor justo	31 de dezembro de 2023	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Swap de taxa de juros - *hedge* de fluxo de caixa - passivo circulante	**(29.264)**	**–**	**(29.264)**	–
Swap de taxa de juros - *hedge* de fluxo de caixa - passivo não circulante	**(81.275)**	**–**	**(81.275)**	–

Ativos mensurados a valor justo	31 de dezembro de 2022	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações financeiras	202.233	–	202.233	–
Swap de taxa de juros - *hedge* de fluxo de caixa	180.001	–	180.001	–

Passivos mensurados a valor justo	31 de dezembro de 2022	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Swap de taxa de juros - *hedge* de fluxo de caixa - passivo circulante	(47.477)	–	(47.477)	–
Swap de taxa de juros - *hedge* de fluxo de caixa - passivo não circulante	(95.927)	–	(95.927)	–

22. COBERTURA DE SEGUROS

A política da Companhia é a de manter cobertura de seguros para todos os bens do imobilizado e estoques sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para cobrir sinistros, considerando a natureza da sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros.

23. COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tinha compromissos no montante total de R$ 845.528 (R$ 821.028 em 2022) incluindo os contratos serviços de TI, marketing, auditoria, TAX, jurídico, tesouraria entre outros. Os compromissos futuros relacionados aos referidos contratos são:

	Valor (i)
2024	461.976
2025	103.439
2026	63.897
2027	32.882
2028	32.882
Acima de 5 anos	150.452
	845.528

(i) Contratos não aplicáveis ao CPC 06 (R2)/NBC TG (R3) - Operações de Arrendamento Mercantil, ou seja, contratos de serviços de TI, marketing, auditoria, TAX, jurídico, tesouraria entre outros.

24. PLANO DE REMUNERAÇÃO POR AÇÕES

A Arcos Dorados Holding Inc., controladora indireta da Companhia, implementou um plano de incentivo de longo prazo, em 2011(o "Plano de 2011"), com objetivo premiar e reter profissionais elegíveis. De acordo com este plano, a Arcos Dorados Holding Inc. recompensa esses funcionários por meio de um programa de premiação anual. O Plano de 2011 permite concessões de prêmios relacionados às ações da classe "A", incluindo prêmios na forma de opções de ações, ações restritas, unidades de ações restritas, direitos de apreciação de ações, prêmios por desempenho e outros prêmios baseados em ações, conforme determinado pelo Conselho de Administração da controladora. Foi realizado uma concessão especial de opções de ações e unidades de ações restritas em 2011, em conexão com a oferta pública inicial da controladora indireta, que estão totalmente adquiridas. Também foram feitas concessões recorrentes de opções de ações e unidades de ações restritas em cada um dos exercícios fiscais de 2011 a 2019. Ambos os tipos desses prêmios anuais recorrentes são adquiridos da seguinte forma: 40% no segundo aniversário da data da concessão e 20% em cada um dos três aniversários seguintes, exceto pelo prêmio de 2019, que foi adquirido em 10 de maio de 2020. Para todas as concessões, cada opção de ação concedida representa o direito de adquirir uma ação da classe "A" a um preço de exercício igual ao valor de mercado justo, enquanto cada unidade de ação restrita representa o direito de receber uma ação da classe "A" quando adquirida. Em maio de 2019, a controladora implementou um novo plano de incentivo de longo prazo (o "Plano Phantom RSU"). Quando investidas, as Phantom RSUs dão ao funcionário o direito a um pagamento em dinheiro igual ao preço de fechamento de uma ação da classe "A" na data de investimento, incluindo quaisquer dividendos declarados e pagos sobre as ações da classe "A", se houver, desde a data da concessão. As Phantom RSUs investem 100% no terceiro aniversário da data da concessão. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui registrado no resultado do exercício o valor de R$ 956 (R$ 1.259 em 31 de dezembro de 2022).

A DIRETORIA

CONTADOR: José Luiz Santo Prete - CRC 1SP284868/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **Arcos Dourados Comércio de Alimentos S.A. -** Barueri - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Arcos Dourados Comércio de Alimentos S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de abril de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - SP034519/O
Pedro Martins Barbosa
Contador CRC - BA036442/O-9

RCCM Participações S.A.

CNPJ nº 08.644.794/0001-38

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à V.Sas. o balanço encerrado em 31 de dezembro de 2023 com todos os demonstrativos contábeis e financeiros correspondentes e permanecemos ao seu dispor para os esclarecimentos que julguem necessários. São Paulo, 15 de abril de 2024. **A Diretoria**

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	**152**	148	**65.705**	75.633
Contas a receber de clientes	**–**	–	**139.035**	112.639
Estoques	**–**	–	**130.418**	164.740
Impostos a recuperar	**28**	27	**1.381**	3.608
Outros créditos	**–**	–	**3.815**	1.968
Despesas antecipadas	**–**	–	**351**	369
Total do ativo circulante	**180**	175	**340.705**	358.957
Ativo não circulante				
Impostos a recuperar	**–**	–	**441**	840
Tributos diferidos	**–**	–	**–**	4.914
Depósitos judiciais	**–**	–	**292**	300
Outros créditos	**–**	–	**475**	–
Investimentos em controladas	**289.125**	267.104	**–**	–
Outros investimentos	**–**	–	**214**	151
Imobilizado	**–**	–	**104.638**	106.806
Direito de uso	**–**	–	**5.622**	–
Intangível	**–**	–	**863**	1.355
Total ativo não circulante	**289.125**	267.104	**112.545**	114.366
Total do ativo	**289.305**	267.279	**453.250**	473.323

Passivo circulante	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Fornecedores	**–**	–	**18.693**	8.724
Empréstimos e financiamentos	**–**	–	**43.991**	98.733
Obrigações sociais	**–**	–	**9.628**	7.456
Obrigações tributárias	**–**	3	**4.395**	3.909
Comissões a pagar	**–**	–	**4.598**	4.118
Dividendos	**–**	–	**31.424**	25.828
Arrendamentos a pagar	**–**	–	**1.259**	–
Outras obrigações	**–**	–	**4.060**	4.905
Total passivo circulante	**–**	3	**118.048**	153.673
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	**–**	–	**23.299**	28.825
Tributos diferidos	**–**	–	**6.448**	11.833
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	**–**	–	**277**	226
Débitos com partes relacionadas	**–**	–	**7.916**	8.746
Indenização para representantes	**–**	–	**3.012**	2.280
Arrendamentos a pagar	**–**	–	**4.512**	–
Total passivo não circulante	**–**	–	**45.464**	51.910
Patrimônio líquido				
Dos acionistas controladores				
Capital social	**166.879**	79.127	**166.879**	79.127
Outros resultados abrangentes	**5.174**	5.943	**5.174**	5.943
Reservas de lucros	**117.252**	182.206	**117.252**	182.206
	289.305	267.276	**289.305**	267.276
Dos acionistas não controladores	**–**	–	**433**	464
	289.305	267.276	**289.738**	267.740
Total do passivo e patrimônio líquido	**289.305**	267.279	**453.250**	473.323

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022 (reclassificado)	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022 (reclassificado)
Receita operacional líquida	**8**	103	**413.636**	407.220
Custos dos produtos vendidos	**–**	–	**(292.278)**	(294.799)
Lucro bruto	**8**	103	**121.358**	112.421
Despesas comerciais	**–**	–	**(54.293)**	(52.514)
Despesas gerais e administrativas	**(10)**	(12)	**(26.578)**	(26.544)
Outras receitas e despesas	**–**	–	**5.956**	3.989
Equivalência patrimonial	**9.440**	4.560	**–**	–
Lucro antes do resultado financeiro	**9.438**	4.651	**46.443**	37.352
Receitas financeiras	**15**	5	**13.260**	10.634
Despesas financeiras	**(3)**	(2)	**(12.479)**	(9.350)
Lucro antes dos impostos	**9.450**	4.654	**47.224**	38.636
Impostos correntes	**(2)**	(23)	**(3.638)**	(3.551)
Impostos diferidos	**–**	–	**543**	675
Lucro líquido do exercício	**9.448**	4.631	**44.129**	35.760
Atribuível aos acionistas não controladores	**–**	–	**(3)**	(98)
Atribuível aos acionistas controladores	**9.448**	4.631	**44.126**	35.662
Lucro líquido por mil ações, básico e diluído (R$)			**0,57**	0,46

São Paulo, 31 de dezembro de 2023.

Diretoria

Rolf Buddemeyer - Diretor | **Claus Buddemeyer -** Diretor | **Orly Fendrich -** Contador 1SC011403

O balanço patrimonial e as demonstrações financeiras foram auditados pela Ernst & Young em 15 de abril de 2024, com parecer sem ressalvas e, estão à disposição dos senhores acionistas na sede da Companhia

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1042329-38.2022.8.26.0002**. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Serviços Hospitalares. Requerente: Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein. Requerido: Ana Paula Rios Pinto. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1042329-38.2022.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 14ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Fábio Henrique Prado de Toledo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ANA PAULA RIOS PINTO, Brasileira, CPF 20535463871, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein, postulando em síntese: o pagamento de quantia decorrente de tratamento nas dependências hospitalares do Requerente. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 04 de abril de 2024. 20 e 23 / 04 / 2024

CASA DE REPOUSO PRÓ-VITA S.A.

CNPJ n. 03.999.246/0001-07 | Rua Iubatinga, 258 – Vila Andrade – SP

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Por solicitação da Sra. Presidente e de acordo com o estatuto social da CASA DE REPOUSO PRÓ-VITA S.A., ficam convocados os Srs. Diretores, a comparecerem em reunião que se realizará no dia 02 de maio de 2024, às 9h30 min em primeira convocação, nas dependências da CASA DE REPOUSO PRÓ-VITA S.A. a fim de discutirem e deliberarem sobre o seguinte: **ORDEM DO DIA** 1. Eleição da Diretoria. 2. Fixar a remuneração global anual da administração da Companhia. A reunião instalar-se-á em primeira chamada, às 9h30 min com o quórum previsto no estatuto social, ou em segunda chamada às 10h00, com qualquer número de diretores presentes. São Paulo, 19 de abril de 2024. Ana Paula Chagas Arruda - Diretora Presidente. CASA DE REPOUSO PRÓ-VITA S.A

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0039903-33.2023.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). RENATA BARROS SOUTO MAIOR BAIAO, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a MARIA AMÉLIA BATISTA ALMEIDA, CPF 331.526.405-87, que Antonio Abi Jaudi ajuizou Ação de Procedimento Comum para Cobrança de Encargos Locatícios, sendo julgada procedente e condenando-a ao pagamento da quantia de R$ 12.082,41 (Agosto/2023), ora em fase de Cumprimento de Sentença. Encontrando-se a executada em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague o débito atualizado ou apresente bens à penhora, sob pena de ser acrescido de multa de 10% e honorários sucumbenciais de 10% (Art. 523 § 1º e 3º do NCPC), quando serão penhorados bens para garantia da execução, podendo no prazo de 15 dias, oferecer impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 19 de janeiro de 2024.

FIVE TRILHOS - ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº. 31.536.951/0001-03 - NIRE Nº. 35300521382 - COMPANHIA FECHADA

RENÚNCIA

São Paulo/SP, 27 de março de 2024. À **FIVE TRILHOS - ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.** ("Companhia"). Aos cuidados do Conselho de Administração. Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B, 4º Andar, Sala 5, bairro Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04.551-065. **Ref.:** Renúncia ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia. Prezados Senhores: Pela presente e para todos os fins e efeitos do artigo 151 da Lei 6.404/76, eu, **PEDRO PAULO ARCHER SUTTER**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 53.278.761-4/SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº. 013.879.347-67, com endereço profissional na Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B, 4º Andar, bairro Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04.551-065, apresento minha **RENÚNCIA**, em caráter irrevogável e irretratável, ao cargo de **membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia**, para o qual fui eleito na Assembleia Geral Ordinária realizada em 17/04/2023 às 09h00, comprometendo-me a manter em sigilo todas as informações que me tenham sido adquiridas no respectivo período. Atenciosamente, **PEDRO PAULO ARCHER SUTTER**. Ciente em: 27/03/2024. **FIVE TRILHOS - ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.** Marcio Magalhães Hannas - Presidente do Conselho de Administração. JUCESP nº 152.317/24-7 em 15.04.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

RICARDO NAHAT, Oficial do 14° Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento da **VENEZIA INCORPORADORA LTDA**, a todos que o presente edital virem ou interessar possa que, **HALLICE MOREIRA TEIXEIRA,** brasileira, solteira, maior, advogada, RG nº 1.942.635-6-SSP/AM, CPF nº 884.049.272-00, domiciliada na cidade de Manaus/AM, residente na Avenida Joaquim Nabuco nº 1147, Centro, **fica intimada a purgar a mora referente a 10 (dez) prestações em atraso, vencidas de 20/06/2023 a 20/03/2024, no valor de R$61.344,13 (sessenta e um mil, trezentos e quarenta e quatro reais e treze centavos), e respectivos encargos atualizado na data de hoje no valor de R$61.466,33 (sessenta e um mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e trinta e três centavos), que atualizado até 23/06/2024, perfaz o valor de R$80.715,63 (oitenta mil, setecentos e quinze reais e sessenta e três centavos)**, cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo financiamento foi concedido pela VENEZIA INCORPORADORA LTDA, para aquisição do imóvel localizado na Alameda Jauaperi nº 299, Residência nº 1304, localizada no 13º pavimento do Condomínio Id Home & Lifestyle Jauaperi, Torre 02, em Indianópolis – 24º Subdistrito, objeto de "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública" devidamente registrado sob nº 2 na matrícula nº 240.161. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiaí nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 16hs, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Fica a fiduciante desde já advertida de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pela fiduciária, do imposto de transmissão "inter vivos", a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome da fiduciária, VENEZIA INCORPORADORA LTDA, nos termos do art. 26, § 7º, da Lei nº 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 20 de abril de 2024. O Oficial.

Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio S.A.

CNPJ nº 58.229.246/0001-10 – NIRE 35.300.138.767

Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária
Edital de Convocação

Convidamos os senhores acionistas desta Sociedade a reunirem-se em Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária a serem realizadas cumulativamente no dia 30 de abril de 2024, às 9h30, na sede social, Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.309, 6º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, CEP 04543-011, para: **Assembleia Geral Extraordinária:** ✓ Examinar propostas da Diretoria para: I) aumentar o capital social em R$36.000.000,00 (trinta e seis milhões de reais), elevando-o de R$240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais) para R$276.000.000,00 (duzentos e setenta e seis milhões de reais), sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal", de acordo com o disposto no parágrafo primeiro do artigo 169 da Lei nº 6.404/76, com a consequente alteração do "caput" do artigo 6º do estatuto social; II) alterar parcialmente o estatuto social, no "caput" do artigo 7º, reduzindo de 3 (três) para 2 (dois) o número mínimo e de 12 (doze) para 11 (onze) o número máximo de membros da Diretoria, eliminando o cargo de Diretor Gerente, e por consequência aprimorando as redações do parágrafo segundo do artigo 8º e do artigo 10, e excluindo o parágrafo único do artigo 7º que trata do limite de idade para os administradores da sociedade. **Assembleia Geral Ordinária:** I) tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31.12.2023; II) deliberar sobre proposta da Diretoria para destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e distribuição de dividendos; III) registrar alterações administrativas na sociedade; IV) fixar a remuneração dos Administradores. **Documentos à Disposição dos Acionistas:** Este Edital de Convocação e as Propostas da Diretoria encontram-se à disposição dos acionistas na Sede da Sociedade e no Banco Bradesco S.A., Instituição Financeira Depositária das Ações da Sociedade, no Núcleo Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, Osasco, SP. São Paulo, SP, 18 de abril de 2024. Bruno D'Avila Melo Boetger - Diretor Gerente.

RICARDO NAHAT, Oficial do 14° Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento da **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, a todos que o presente edital virem ou interessar possa que, **SUELI RODRIGUES GIACOMUCCI,** consultora, RG nº 8657111-SSP/SP, CPF nº 034.204.398-65, e seu marido **JOSÉ GIACOMUCCI NETTO,** administrador, RG nº 76754534-SSP/SP, CPF nº 873.911.398-15, brasileiros, casados no regime da comunhão parcial de bens na vigência da Lei nº 6.515/77, domiciliados em São Bernardo do Campo/SP, residentes na Rua Omar Daibert I nº casa 700M, Parque Terra Nova II, **ficam intimados a purgarem a mora referente a 71 (setenta e uma) prestações em atraso, vencidas de 24/04/2018 a 24/02/2024, no valor de R$332.396,04 (trezentos e trinta e dois mil, trezentos e noventa e seis reais e quatro centavos), e respectivos encargos atualizado na data de hoje no valor de R$423.584,90 (quatrocentos e vinte três mil quinhentos e oitenta e quatro reais e noventa centavos), que atualizado até 29/04/2024, perfaz o valor de R$506.402,09 (quinhentos e seis mil quatrocentos e dois reais e nove centavos)**, cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo financiamento foi concedido pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para aquisição do imóvel localizado na Rua José Fernandes Caldas, nº 20, apartamento nº 82, localizado no 8º andar do Bloco 03, integrante do Residencial São Guilherme, na Saúde – 21º Subdistrito, objeto de "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública" devidamente registrado sob nº 11 na matrícula nº 141.926. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiaí nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 16hs, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Ficam os fiduciantes desde já advertidos de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pela fiduciária, do imposto de transmissão "inter vivos", a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome da fiduciária, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nos termos do art. 26, § 7º, da Lei nº 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 01 de abril de 2024. O Oficial.

RICARDO NAHAT, Oficial do 14° Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, a todos que o presente edital virem ou interessar possa que, **DANILO SILVA VIEIRA DOS SANTOS,** conferente, RG nº 494365778-SSP/SP, CPF nº 423.661.248-80, e **FLÁVIA CARREIRO DA SILVA,** caixa, RG nº 568792968-SSP/SP, CPF nº 486.453.688-03, brasileiros, solteiros, maiores, domiciliados nesta Capital, residentes na Rua Jean Degreef nº 98, casa 01, ficam intimados a purgarem a mora referente a 37 (trinta e sete) prestações em atraso, vencidas de 20/03/2021 a 20/03/2024, no valor de R$41.982,53 (quarenta e um mil, novecentos e oitenta e dois reais, e cinquenta e três centavos), e respectivos encargos atualizado na data de hoje no valor de R$42.386,02 (quarenta e dois mil, trezentos e oitenta e seis reais, e dois centavos), que atualizado até 06/06/2024, perfaz o valor de R$56.154,86 (cinquenta e seis mil, cento e cinquenta e quatro reais, e oitenta e seis centavos), cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo financiamento foi concedido pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para aquisição do imóvel localizado na Avenida dos Ourives nº 780, apartamento nº 32, localizado no 3º pavimento da Torre 02 do Condomínio Residencial Dez Jardim Botânico, na Saúde – 21º Subdistrito, objeto de "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública" devidamente registrado sob nº 420 na matrícula nº 218.851, transportada pela Av.1 na matrícula nº 233.496. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiaí nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 16hs, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Ficam os fiduciantes desde já advertidos de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pela fiduciária, do imposto de transmissão "inter vivos", a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome da fiduciária, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nos termos do art. 26, § 7º, da Lei nº 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 20 de abril de 2024. O Oficial.

EDITAL DE CITAÇÃO-PRAZO DE 30 DIAS.PROCESSO Nº **0004828-29.2020.8.26.0005** O(A) MM.Juiz(a) de Direito da 3ªVara Cível, do Foro Regional V - São Miguel Paulista, Estado de São Paulo, Dr(a). Fábio Henrique Falcone Garcia, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ALEXSANDRO FERREIRA LIMA, Brasileiro, CPF 148.202.048-31, com endereço à Rua Doutor Nelson Madureira, 708, Vila Nhocune, CEP 03560-000, São Paulo - SP, que lhe foi proposta uma ação de Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica por parte de Mensan Metalúrgica Ltda. e outro, em conformidade com os artigos 133 e seguintes do Código de Processo Civil, em desfavor da empresa executada. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 (quinze) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta, quanto ao requerimento de inclusão no polo passivo do feito, nos termos do artigo 135 do Código de Processo Civil. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 29 de fevereiro de 2024. |23,24|

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1049302-43.2021.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional II – Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). LEONARDO FERNANDO DE SOUZA ALMEIDA, na forma da Lei, etc. *FAZ SABER* a(o) **RAFAEL BAERE DA CUNHA**, Brasileiro, Solteiro, RG 30.827.487-8, CPF 054.915.747-67, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de **CONDOMÍNIO EDIFÍCIO VISCONDE DE MACAÉ**, encontrando-se o Executado em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 3 dias, que fluirá após o decurso do prazo supra, pague em penhora, pague o valor de R$ 30.148,30 (24/01/2023), referente a cotas condominiais não adimplidas. Poderá oferecer embargos à execução no prazo de 15 dias, contado após o prazo deste edital. No caso de embargos, a devedora se sujeita ao pagamento de multa de até 20% sobre o valor em execução. O reconhecimento do crédito exequente e o depósito de 30% do valor em execução, no prazo para oferta de embargos, permitirá a executada requerer que seja admitido o pagamento do saldo em até 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês. Em caso de revelia, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS.** Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 27/novembro/2023.

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

CNPJ/MF Nº. 07.682.638/0001-07 - NIRE Nº. 35.300.326.032 - COMPANHIA FECHADA

CARTA DE RENÚNCIA

São Paulo/SP, 08 de abril de 2024. À **CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.** ("Companhia"). Aos cuidados do Conselho de Administração. Rua Heitor dos Prazeres, 320, bairro Vila Sônia, São Paulo/SP, CEP 05.522-000. **Ref.:** Renúncia ao cargo de membro suplente do Conselho de Administração da Companhia. Prezados Senhores: Pela presente e para todos os fins e efeitos do artigo 151 da Lei 6.404/76, eu, **FÁBIO SILVEIRA RIBEIRO**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 26.433.070-5/SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº. 321.822.338-57, com endereço profissional na Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B, 4º andar, bairro Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04.551-065, apresento minha **RENÚNCIA**, em caráter irrevogável e irretratável, ao cargo de **membro suplente do Conselho de Administração da Companhia**, para o qual fui eleito na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04/08/2023 às 09h00, comprometendo-me a manter em sigilo todas as informações que me tenham sido adquiridas no respectivo período. Atenciosamente, **FÁBIO SILVEIRA RIBEIRO**. Ciente em: 08/04/2024. **CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.** Marcio Magalhães Hannas - Presidente do Conselho de Administração. JUCESP nº 152.877/24-1 em 16.04.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

CNPJ/MF Nº. 07.682.638/0001-07 - NIRE Nº. 35.300.326.032 - COMPANHIA FECHADA

CARTA DE RENÚNCIA

São Paulo/SP, 08 de abril de 2024. À **CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.** ("Companhia"). Aos cuidados do Conselho de Administração Rua Heitor dos Prazeres, 320, bairro Vila Sônia, São Paulo/SP, CEP 05.522-000. **Ref.:** Renúncia ao cargo de membro suplente do Conselho de Administração da Companhia. Prezados Senhores: Pela presente e para todos os fins e efeitos do artigo 151 da Lei 6.404/76, eu, **WALDO EDWIN PÉREZ LESKOVAR**, norte-americano, casado, engenheiro elétrico, portador da Cédula de Identidade RG nº. W616562-V/CGPI/DIREX/DPF e inscrito no CPF/MF sob o nº. 170.070.048-06, com endereço profissional na Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B, 4º Andar, bairro Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04.551-065, apresento minha **RENÚNCIA**, em caráter irrevogável e irretratável, ao cargo de **membro suplente do Conselho de Administração da Companhia**, para o qual fui eleito na Assembleia Geral Ordinária realizada em 18/04/2023 às 09h00, comprometendo-me a manter em sigilo todas as informações que me tenham sido adquiridas no respectivo período. Atenciosamente, **WALDO EDWIN PÉREZ LESKOVAR** - Ciente em: 08/04/2024. **CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.** Marcio Magalhães Hannas - Presidente do Conselho de Administração. JUCESP nº 152.748/24-6 em 15.04.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

CNPJ/MF Nº. 07.682.638/0001-07 - NIRE Nº. 35300326032 - COMPANHIA FECHADA

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 08 de abril de 2024, às 09h00, na sede social da Companhia, localizada na Rua Heitor dos Prazeres, 320, bairro Vila Sônia, São Paulo/SP. **2. PRESENÇA:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei n.º 6.404, de 15/12/1976 ("LSA"). **3. CONVOCAÇÃO:** Dispensados os avisos em face da presença da totalidade dos acionistas, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124 da LSA. **4. PUBLICAÇÕES PRÉVIAS:** O Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, foram publicados no jornal O Dia (digital e impresso) nas páginas 3 a 4 e 5 a 6, no dia 08/03/2024. **5. MESA:** Presidente: Marcio Magalhães Hannas. Secretária: Fernanda Fonseca Reginato Borges. **6. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: **1) Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** as contas dos administradores, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2023; **(ii)** o orçamento de capital da Companhia referente ao exercício de 2024; **(iii)** a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31/12/2023; **(iv)** tomar conhecimento da renúncia de membros do Conselho de Administração; **(v)** a eleição/reeleição de membros do Conselho de Administração; **(vi)** a instalação do Conselho Fiscal; **(vii)** a fixação da remuneração de Administradores; e **2) Em Assembleia Geral Extraordinária: (viii)** a rerratificação do artigo 6º, alínea (xiv), do Estatuto Social da Companhia; e **(ix)** a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **7. DELIBERAÇÕES:** As acionistas da Companhia, por unanimidade de votos, após debates e discussões, deliberaram aprovar: **(i)** A lavratura da presente ata sob a forma de sumário conforme faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da LSA e a dispensada a leitura dos documentos referidos no artigo 133 da LSA; **1) Em matéria Ordinária: (i)** O Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, publicados conforme o item "Publicações Prévias" acima, já devidamente auditados pela **KPMG AUDITORES INDEPENDENTES**, conforme Relatório datado de 07/03/2024; **(ii)** O orçamento de capital para o exercício de 2024, no valor de R$ 122.167.725,15 (cento e vinte e dois milhões, cento e sessenta e sete mil setecentos e vinte e cinco reais e quinze centavos); **(iii)** A proposta da administração para a destinação do lucro líquido da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31/12/2023, no valor de R$ 765.426.015,61 (setecentos e sessenta e cinco milhões, quatrocentos e vinte e seis mil e quinze reais e sessenta e um centavos), que terá a seguinte destinação: **(a)** o montante de R$ 25.591.671,15 (vinte e cinco milhões, quinhentos e noventa e um mil, seiscentos e setenta e um reais e quinze centavos), foi destacado a título de juros sobre o capital próprio *ad referendum* desta Assembleia, sendo: **(a.i)** R$ 5.006.237,13 (cinco milhões, seis mil, duzentos e trinta e sete reais e treze centavos), correspondentes a R$ 0,03346255441 por ação, conforme aprovado em Reunião de Conselho de Administração ("RCA") realizada em 22/03/2023; **(a.ii)** R$ 6.220.730,04 (seis milhões, duzentos e vinte mil, setecentos e trinta reais e quatro centavos), correspondentes a R$ 0,041580434980 por ação, conforme aprovado na RCA realizada em 21/06/2023; **(a.iii)** R$ 6.794.693,65 (seis milhões, setecentos e noventa e quatro mil, seiscentos e noventa e três reais e sessenta e cinco centavos), correspondentes a R$ 0,045416906970 por ação, conforme aprovado na RCA realizada em 21/09/2023; e **(a.iv)** R$ 7.570.010,33 (sete milhões, quinhentos e setenta mil, dez reais e trinta e três centavos), correspondentes a R$ 0,05059925769 por ação, conforme aprovado na RCA realizada em 21/12/2023. Os destaques de juros sobre capital próprio serão pagos conforme vier a ser oportunamente deliberado, conforme base acionária dos respectivos destaques e foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios de 2023; **(b)** o montante de R$ 169.539.604,23 (cento e sessenta e nove milhões, quinhentos e trinta e nove mil seiscentos e quatro reais e vinte e três centavos), a título de dividendo mínimo obrigatório, nos termos da LSA e do art. 19 do Estatuto Social da Companhia, a serem pagos conforme oportunamente deliberado; e **(c)** o montante de R$ 570.294.740,23 (quinhentos e setenta milhões, duzentos e noventa e quatro mil setecentos e quarenta reais e vinte e três centavos), a título de dividendos adicionais, a serem pagos conforme oportunamente for deliberado. **(iv)** A dispensa de instalação do Conselho Fiscal da Companhia, conforme facultado pelo artigo 161 da LSA e pelo artigo 18 do Estatuto Social; **(v)** Tomar conhecimento dos pedidos de renúncia formulados pelos Srs. **(i) PEDRO PAULO ARCHER SUTTER**, ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia; **(ii) FÁBIO SILVEIRA RIBEIRO**, ao cargo de membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; e **(iii) WALDO EDWIN PÉREZ LESKOVAR**, ao cargo de membro suplente do Conselho de Administração da Companhia, conforme cartas de renúncia apresentadas à Companhia nesta data, agradecendo pelos relevantes serviços prestados à Companhia enquanto exerceram referidas funções; **(vi)** A eleição dos seguintes membros do Conselho de Administração: **(i) FRANCISCO PIERRINI**, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, portador da Cédula de Identidade RG nº. 15.398.467/SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº. 079.221.388-22, para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia e seu respectivo suplente, **RICARDO ALEXANDRE PEREIRA BENÍCIO**, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº. 26.094.599-2/SSP/CE e inscrito no CPF/MF sob o nº. 567.654.523-20, ambos com endereço profissional na sede da Companhia; **(ii) JOÃO DANIEL MARQUES DA SILVA**, brasileiro, convivente em união estável, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº. 09.222.067-2/IFP/RJ, para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia e seu respectivo suplente, **IGOR DE CASTRO CAMILLO**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº. 11.625.227-1/IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº. 090.464.367-05; e **(iii) ROBERTO VOLLMER LABARTHE**, brasileiro, casado, matemático, portador da Cédula de Identidade RG n.º 53.527.699-0 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o n.º 468.919.357-68, para o cargo de membro suplente do Sr. **MARCIO MAGALHÃES HANNAS**, todos com endereço profissional na Avenida Chedid Jafet, nº. 222, Bloco B, 4º Andar, bairro Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP: 04.551-065 e com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2025, devendo permanecerem em seus cargos até a eleição e posse de seus substitutos; Os membros do Conselho de Administração ora eleitos declaram ter conhecimento do artigo 147 da LSA, e alterações posteriores, e consequentemente, não estarem incursos em quaisquer dos crimes previstos em Lei que os impeçam de exercer atividades mercantis, conforme Termos de Posse, Declaração de Desimpedimento e de Renúncia à Remuneração arquivados na sede da Companhia; Com as deliberações acima, o Conselho de Administração, a partir da presente data, passa a ser composto pelos seguintes membros: **(i) MARCIO MAGALHÃES HANNAS**, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 06.470.370-5/IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº. 081.286.358-59, eleito na Assembleia Geral Ordinária em 18/04/2023 ("AGO 18/04/2023") para o cargo de membro efetivo e Presidente do Conselho de Administração da Companhia e seu respectivo suplente eleito nesta data, **ROBERTO VOLLMER LABARTHE**, brasileiro, casado, matemático, portador da Cédula de Identidade RG nº. 53.527.699-0 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº. 468.919.357-68; **(ii) FRANCISCO PIERRINI,** brasileiro, casado, engenheiro eletricista, portador da Cédula de Identidade RG n.º 15.398.467 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o n.º 079.221.388-22, eleito nesta data para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia e seu respectivo suplente eleito nesta data, **RICARDO ALEXANDRE PEREIRA BENÍCIO**, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº. 26.094.599-2/SSP/CE e inscrito no CPF/MF sob o nº. 567.654.523-20; **(iii) ROBERTO PENNA CHAVES NETO,** brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG n.º 59.478.664-2 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o n.º 070.803.997-93, eleito na Assembleia Geral Extraordinária 04/08/2023 ("AGE 04/08/2023") para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, e sua respectiva suplente, **JULIANA CRISTINA RODRIGUES CRISCUOLO REBEHY**, brasileira, casada, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 29.815.097-9/SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº. 219.833.318-05; **(iv) JOÃO DANIEL MARQUES DA SILVA,** brasileiro, convivente em união estável, economista, portador da Cédula de Identidade RG n.º 09.222.067-2 IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o n.º 035.387.987-88, eleito nesta data, para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, e seu respectivo suplente eleito nesta data, **IGOR DE CASTRO CAMILLO,** brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG n.º 11.625.227-1 IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o n.º 090.464.367-05; **(v) SÉRGIO LUIZ PEREIRA DE MACEDO**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº. 8.374.421-6 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº. 873.683.078-04, eleito na AGO 18/04/2023, para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia e seu respectivo suplente, **PAULO JOSÉ DINIS RUAS**, português, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº. W501775-F/RNE e inscrito no CPF/MF sob o nº. 128.477.058-30, ambos com endereço profissional na Avenida Queiroz Filho, nº. 1.700, Escritório 86, bairro Vila Hamburguesa, São Paulo/SP, CEP: 05.319-000, para o cargo de membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; e **(vi) STEPHAN JOINOVICI CADIER**, brasileiro, casado, administrador de empresa, portador da Cédula de Identidade RG nº. 36.683.936 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº. 229.914.608-30, com endereço profissional na Avenida Paulista, nº. 1842, Torre Norte, 23º andar, bairro Bela Vista, São Paulo/SP, CEP: 01.311-200, eleito na AGO 18/04/2023, para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, ficando vago o cargo de suplente, todos com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2025, devendo permanecerem em seus cargos até a eleição e posse de seus substitutos. **(vii)** A verba global e anual para a remuneração dos membros da Administração da Companhia no valor de até R$ 2.006.546,32 (dois milhões, seis mil quinhentos e quarenta e seis reais e trinta e dois centavos), incluindo honorários, eventuais gratificações, seguridade social e benefícios que sejam atribuídos aos administradores em razão da cessação do exercício do cargo de administrador, sendo certo que o montante aqui proposto inclui os valores referentes aos encargos sociais de FGTS que forem devidos, ficando a cargo do Conselho de Administração da Companhia a fixação do montante individual e, se for o caso, a concessão de verbas de representação e/ou benefícios de qualquer natureza, conforme artigo 152 da LSA. Para o exercício social de 2024, a verba global e anual ora aprovada será destinada exclusivamente à Diretoria da Companhia, vez que os membros do Conselho de Administração renunciam à remuneração anual; **2) Em matéria extraordinária: (viii)** A rerratificação do Artigo 6º, alínea (xiv) do Estatuto Social da Companhia, onde constou: *"(xiv) contratação de qualquer empréstimo, financiamento, obrigação, garantia de qualquer natureza (incluindo, mas sem limitação, a emissão pela Companhia de instrumentos de dívida e/ou valores mobiliários, bônus de subscrição, opções de compra ou de partes beneficiárias, exceto debêntures), em valores acima de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), em uma única operação ou em um conjunto de operações relacionadas realizadas num mesmo exercício social, desde essas transações não estejam previstas no Plano de Negócios, assim como a aprovação dos custos relacionados;"* deverá constar: *"(xiv) contratação de qualquer empréstimo, financiamento, obrigação, garantia de qualquer natureza (incluindo, mas sem limitação, a emissão pela Companhia de instrumentos de dívida e/ou valores mobiliários, bônus de subscrição, opções de compra ou de partes beneficiárias), em valores acima de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), em uma única operação ou em um conjunto de operações relacionadas realizadas num mesmo exercício social, bem como a emissão de debêntures, independentemente do valor envolvido na operação, desde essas transações não estejam previstas no Plano de Negócios, assim como a aprovação dos custos relacionados;"*. **(ix)** A consolidação do Estatuto Social da Companhia, de acordo com a retificação aprovada acima, permanecendo inalteradas as demais disposições estatutárias não alteradas na presente Assembleia, conforme constante do **ANEXO I** a presente ata, tendo uma via levada a registro perante a Junta Comercial competente, será dispensada a sua publicação na íntegra. **8. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001 e na alínea "c", do §1º do artigo 5º, da Lei nº 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. São Paulo/SP, 08 de abril de 2024. **Assinaturas**: Marcio Magalhães Hannas, Presidente e Fernanda Fonseca Reginato Borges, Secretária. Acionistas: **(1) CCR S.A.**, por Marcio Magalhães Hannas; **(2) RUASINVEST S.A.**, por Paulo José Dinis Ruas e por Ana Lúcia Dinis Ruas Vaz ; e **(3) MITSUI & CO.,LTD.**, por Stephan Joinovici Cadier. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio. *Marcio Magalhães Hannas - Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil, Fernanda Fonseca Reginato Borges - Secretária - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil.* JUCESP nº 152.874/24-0 em 16.04.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

COMUNICADO

A **Aricanduva S/A,** inscrita no CNPJ **60.434.883/0001-70**, com sede na Avenida Morumbi, nº 2364, sala: 01, São Paulo/SP, CEP 05.606-200, com seus atos constitutivos registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo/SP sob o NIRE 35300101162, comunica à praça e ao mercado em geral para os diversos fins, o extravio do Livro Societário registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP, de Natureza de Registro de Ações Nominativas, de Número de Ordem 02, contendo 100 folhas, com Código de Autenticidade 66791, autenticado em 16/05/2001. São Paulo/SP, 08 de abril de 2024.

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS, EXPEDIDO NOS AUTOS DE INTERDIÇÃO DE Graciano Anãsco e Lelia Clara Anãsco, REQUERIDO POR Carlos Milciades Anasco - PROCESSO Nº **1006973-18.2023.8.26.0011**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES, do FORO REGIONAL XI - PINHEIROS, Estado de São Paulo, Dr(a). Fabio Eduardo Basso, na forma da Lei, etc. FAZ SABER. Vistos. Posto isto, JULGO PROCEDENTE o pedido para decretar as interdições de Graciano Anãsco, CPF: 09165460804, RG: 3.397.488-3, e de Lelia Clara Anãsco, CPF: 126.583.528-40, RG: 5.743.810-9, portadores de sequelas de sequelas de síndrome demencial (Cid-G30) a afetar todos os atos da vida civil relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, nomeando-lhes curador o filho Carlos Milciades Anasco, CPF: 03390298894, RG: 9.212.820. Em obediência ao disposto no §3º do artigo 755, do CPC, servirá o dispositivo da presente sentença como edital, a ser publicada por três vezes na imprensa oficial, com intervalo de dez dias, uma vez na imprensa local, na rede mundial de computadores (no sítio deste Tribunal de Justiça) e na plataforma do Conselho Nacional de Justiça. |23|

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1033430-51.2022.8.26.0002** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 12ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Théo Assuar Gragnano, na forma da Lei, etc. Faz saber a William Rosemblum CPF 039.826.178-47 e Adriana Abadi Rosemblum CPF 176.390.018-54, que o Condomínio Edifício Petit Royal ajuizou Ação de Execução de Título Extrajudicial, para receber a quantia de R$ 41.375,05 (maio/2022), referente às cotas condominiais do apto. 61, 6º andar, do condomínio exequente. Estando os executados em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 3 dias, a fluir do prazo supra, paguem o débito atualizado, com os honorários de 10% reduzidos pela metade ou apresentem embargos em 15 dias, podendo, nesses 15 dias depositar 30% do débito e solicitar o parcelamento do saldo em 6 vezes, com juros de 1% ao mês, sob pena de expedição de mandado de penhora e avaliação para praceamento de tantos bens quantos bastem para garantia da execução, nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o edital afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 06 de março de 2024. |23,24|

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS INTERESSADOS ?. DESAPROPRIAÇÃO ? LEVANTAMENTO DOS DEPÓSITOS EFETUADOS Processo Digital nº: 1069744-42.2019.8.26.0053. Classe: Assunto: Desapropriação - Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941. Requerente: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Requerido: Saleh Hussein Bdeir e outro. EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS INTERESSADOS, COM PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, expedido nos autos do PROC. Nº 1069744-42.2019.8.26.0053. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 8ª Vara de Fazenda Pública, do Foro Central - Fazenda Pública/Acidentes, Estado de São Paulo, Dr(a). Luis Eduardo Medeiros Grisolia, na forma da Lei, etc. FAZ SABER A TERCEIROS INTERESSADOS NA LIDE que o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO move uma Desapropriação - Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941 de Desapropriação contra Saleh Hussein Bdeir, CPF 064.350.768-04, objetivando a desapropriação da área de 120,40 m², concernente à totalidade do imóvel situado na Rua Barros Ávila, nº 25 - Vila Constância - São Paulo/SP, contribuinte nº 067.421.0070-29, o qual está em posse de Miguel Alonso Gonçalves, CPF 007.580.918-42. Contestada a ação, foi recusada a oferta. Para o levantamento dos depósitos efetuados, foi determinada a expedição de edital com o prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação no Órgão Oficial, nos termos e para os fins do Dec. Lei nº 3.365/41, o qual, por extrato, será afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08 de abril de 2024. N - 23 e 24

1ª Vara da Família e Sucessões - Foro Central Cível
Processo Digital nº: **1063784-22.2023.8.26.0100**
Classe - Assunto Interdição/Curatela - Tutela de Urgência
Requerente: Marcello Gunther / Requerido: Newton Gunther
Desse modo, à vista da prova dos autos, DECRETO A INTERDIÇÃO de Newton Gunther, CPF: 02958155820, RG: 2174826, declarando-o incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, e, consequentemente, sujeito à curatela, nos termos do artigo 1.767, do Código Civil, com alteração dada pela Lei nº 13.146/2016. Com fundamento no artigo 1.775,§*º do Código Civil, nomeio como Curador(definitivo ao curatelando o requerente Marcello Gunther, CPF: 21498922864, RG: 231080001 |23|

EDITAL DE CITAÇAO. PRAZO DE 20 DIAS. **PROCESSO Nº 1006243-07.2022.8.26.0281**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro de Itatiba, Estado de São Paulo, Dr(a). RENATA HELOISA DA SILVA SALLES, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) **MEDCOMEX COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA EPP**, CNPJ 13.XXX.XXX/0001-XX que lhe foi proposta uma ação de Monitória por parte de **Banco Santander Brasil S/A**, alegando em síntese: que a requerida, em razão de "PROPOSTADE ABERTURA DE CONTA, CONTRATAÇÃO DE CRÉDITO E ADESÃO A PRODUTOS ESERVIÇOS BANCÁRIOS-PESSOA JURIDICA- BUSINESS", é devodora na data de25/12/2022, de R$ 136.251,41, devendo ser corrigido monetariamente e com juros de mora de 1%até a data do efetivo pagamento. DOS PEDIDOS: DIANTE DO EXPOSTO requer a expedição demandado monitório em relação aos requeridos, para pagamento da quantia de R$ 136.251,41, corrigido e com juros legais (1% a.m.) a partir de 25/12/2022 e até a efetiva liquidação, acrescidas de honorários advocatícios a arbitrar (art.84, §2° CPC) reembolso de custas e despesas processuais, no prazo de quinze dias, constando a advertência de que, não sendo embargada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados na inicial (art. 334 do CPC)com a consequente constituição do título executivo (art. 701, §2° do CPC). Requer, igualmente, sejam os requeridos, na mesma oportunidade, cientificados de que, se pagarem o débito no prazo legal, ficam isentos das custas processuais (art. 701, §1° do CPC). Dá se à causa o valor de R$136.251,41. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, efetue o pagamento da quantia reclamada, sendo que neste caso os honorários advocatícios serão de 5% do valor atribuído à causa, bem como ficará isenta do pagamento de custas processuais, sob pena de constituir-se de pleno direito o título executivo judicial, nos termo do artigo 701 do CPC. Prazo para embargos: 15 dias. Não sendo embargada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS.** Dado e passado nesta cidade de **Itatiba, aos 30 de agosto de 2023.**

USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL (Art. 216-A da Lei Federal nº 6.015/73) JERSÉ RODRIGUES DA SILVA, 2º Oficial de Registro de Imóveis da Capital. FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, perante esta Serventia, localizada na rua Vitorino Carmilo, 576, térreo, no Bairro da Barra Funda, CEP 01153-000, foi prenotado sob o nº 524.883, em 27 de outubro de 2023, o Requerimento feito por espólio de KYOSHI MIZUKOSHI, representando por sua inventariante DÉBORA PALMEIRA MIZUKOSHI, brasileira, solteira, maior, advogada, RG nº 11.121.068-SSP/SP, CPF/MF nº 259.496.158-24, residente e domiciliada na Cidade de Jundiaí, neste Estado, na Rua José Bonifácio de Andrade e Silva, nº 320, Anhangabaú, objetivando a USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL do PRÉDIO residencial, assobradado, sob nº 62 da Rua Embaixador Léo Veloso, no 19º Subdistrito, Perdizes, objeto da matrícula 34.792, neste Serviço Registral. Em observância à previsão legal contida no § 4º do artigo 216-A, da Lei Federal nº 6.015/73, alterada pela Lei Federal 13.465, de 11/07/2017, e nos itens 416 a 425.1 do Capítulo XX das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, deste Estado, e, ainda, Nos termos do Provimento nº 65 do CNJ, artigos 15 e 16, § 1º, "V", que diz:- "a advertência de que a não apresentação de impugnação no prazo previsto neste artigo implicará anuência ao pedido de reconhecimento extrajudicial da usucapião"; e, § 2º, do mesmo artigo 16, que diz:- "os terceiros eventualmente interessados poderão manifestar-se no prazo de 15 dias úteis após o decurso do prazo do edital publicado", fica ele por este Edital INTIMADO da existência do referido processo, franqueando-lhes a possibilidade de comparecer a este Serviço Registral , de segunda a sexta feira, no horário das 9:00 às 16:00 horas, a fim de obter mais amplos esclarecimentos acerca da presente USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL, processada nos termos da legislação vigente, acima mencionada, os quais poderão se manifestar em 15 (quinze) dias ÚTEIS contados da data da publicação deste Edital. E para que chegue ao conhecimento de terceiros eventualmente interessados e não venham de futuro alegar ignorância, expede-se o presente edital que será publicado em um dos jornais de maior circulação da Comarca de São Paulo. São Paulo, 23 de abril de 2024. O Oficial (Jersé Rodrigues da Silva).

TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº: 26.609.050/0001-64 - NIRE: 35.300.498.119

Retificação do Edital de Convocação para Assembleia Especial de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª Séries da 14ª Emissão da Travessia Securitizadora S.A.

No Edital de Convocação publicado no jornal "O Dia SP" na edição de 09, 10 e 11/04/2024 e "Diário Oficial do Estado" na edição de 10, 11 e 12/04/2024 houve um erro na grafia de webmail do Agente Fiduciário. Onde se lê: para ri@grupotravessia.com, agentefiduciario@vortx.com.br, fsp@vortx.com.br e nxa@vortx.com.br. Leia-se **ri@grupotravessia.com, af.controles@oliveiratrust.com.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br.** São Paulo, 18 de abril de 2024. **Travessia Securitizadora S.A -** Nome: Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa - Cargo: Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores - Nome: Thais de Castro Monteiro - Cargo: Diretora de Compliance

QUBIT DISTRIBUIDORA DE COSMÉTICOS LTDA.

CNPJ n° 26.370.779.0001-20 - NIRE 35.230.184.72-2

5ª Alteração do Contrato Social e Transformação de Sociedade Limitada para Sociedade Anônima

Carlos Extrakt Brauner, neste ato representado por seu bastante procurador, Sr. **Mario Slamovitz Weigensberg,** ("Carlos"); e **Mario Slamovitz Weigensberg,** ("Mario"); Únicos sócios representando a totalidade do capital social da **Qubit Distribuidora de Cosméticos Ltda.,** ("Sociedade"); e ainda, como sócio ingressante: **Fernando Extrakt Brauner,** ("Fernando"), neste ato representado por seu bastante procurador, Sr. **Mario Slamovitz Weigensberg,** acima qualificado; resolvem alterar o contrato social da Sociedade de acordo com as seguintes deiiberações: **1. Transferência de Quotas: 1.1.** Em razão do Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças celebrado nesta data entre Mario e Carlos, Mario, neste ato, retirando-se da Sociedade, cede e transfere, como de fato cedido e transferido tem, todas as 2.800 quotas da Sociedade de sua titularidade, no valor nominal de R$ 1,00 cada uma, para Carlos. **1.2.** Em decorrência da cessão e transferência da totalidade das quotas da Sociedade, acima deliberada, Carlos tornou-se único sócio, assumindo todos os direitos e obrigações constantes do contrato social da Sociedade, cujo teor é de seu conhecimento. **2. Aumento de Capital: 2.1.** O único sócio resolve aumentar o capital social da Sociedade, de R$ 280.000,00 para R$ 280.161,00, com um aumento efetivo, portanto, de R$ 161,00, representado pela emissão de 161 novas quotas, no valor nominal de R$ 1,00 cada uma, em tudo idênticas às anteriores. As novas quotas emitidas em função do aumento de capital ora aprovado são totalmente subscritas e integralizadas, neste ato, da maneira que segue: (i) 160 quotas do capital social da Sociedade, emitidas em função do aumento de capital, são subscritas e integralizadas pelo sócio Carlos, no valor de R$ 160,00, em moeda corrente nacional; e (ii) 1 quota do capital social da Sociedade, emitida em função do aumento de capital, é subscrita e integralizada pelo sócio Fernando, no valor de R$ 1,00, em moeda corrente nacional. **2.2.** Devido à subscrição e integralização mencionada acima, Fernando é, neste ato, admitido como novo sócio da Sociedade, reconhecendo e aceitando todos os direitos e obrigações previstos no Contrato Social da Sociedade. **2.3.** Dessa forma, considerando o deliberado acima, a Cláusula 4ª do Contrato Social da Sociedade passa a vigorar com a seguinte nova redação: "***Cláusula Quarta.*** *O Capital Social é de R$ 280.161,00 (duzentos e oitenta mil cento e sessenta e um reais), dividido em 280.161 (duzentas e oitenta mil cento e sessenta e uma) quotas de R$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, está assim distribuído entre os atuais sócios:* ***Sócio - Nº de Quotas - Valor (R$) - Carlos Extrakt Brauner*** *- 280.160 - R$ 280.160,00;* ***Fernando Extrakt Brauner*** *- 1 - R$ 1,00;* ***Total - 280.161 - R$ 280.161,00. § Único****. De conformidade* com *o artigo 1.052 da Lei 10.406/02, a responsabilidade de cada sócio, é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social."* **3. Transformação: 3.1.** Os sócios aprovaram, em seguida, a transformação da Sociedade de sociedade empresária limitada para sociedade anônima fechada, nos termos do art. 1.113 do Código Civil, do art. 220 da Lei das Sociedades por Ações, e da Instrução Normativa nº 81, de 10/06/2020, do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI), de acordo com as condições abaixo. **3.2.** Em virtude de referida transformação, o capital social, até então dividido em 280.161 quotas, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma, totalmente subscrito e integralizado, passará a ser representado por 280.161 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, permanecendo inalterada a atual participação dos sócios Carlos e Fernando no capital da Sociedade, os quais passarão à condição de acionistas, recebendo ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, observada a razão de 1 ação ordinária, nominativa e sem valor nominal, para cada 1 quota, conforme boletins de subscrição que integram esta ata como Anexo I. **3.3.** A Sociedade continuará a operar com o mesmo ativo e passivo, mantendo a mesma escrituração, atendidas as exigências legais de natureza fiscal e contábil, não sofrendo qualquer solução de continuidade em seus negócios, bens, direitos, obrigações e atividades sociais, sendo garantidos os direitos dos credores, situação essa que os acionistas, em sua totalidade, reconhecem e aprovam, sem quaisquer restrições. **3.4.** A sede social permanece inalterada, localizada na cidade de Itapevi, SP, na Av. Portugal, 400, Itaqui, CEP 06696-060. **3.5.** O objeto social da Sociedade permanece inalterado. **3.6.** Em decorrência da transformação, as acionistas aprovam a alteração da razão social da Sociedade, que passa de **"Qubit Distribuidora de Cosméticos Ltda."** para **"Qubit Distribuidora de Cosméticos S.A."** (a "Companhia"). **3.7.** A administração da Companhia será exercida por uma Diretoria, nos termos do capítulo IV do Estatuto Social da Companhia. Nesse sentido, foi eleito como Diretor da Companhia, o Sr. **Mario Slamovitz Weigensberg. 3.8.** O Diretor ora empossado permanecerá em seu cargo por mandato de 3 anos. O Diretor ora nomeado foi investido em seu cargo na data de assinatura deste instrumento, mediante assinatura do competente Termo de Posse e Declaração de Desimpedimento, que integra esta ata como Anexo II. **3.9.** Adicionalmente, decidiu-se pela não instalação do Conselho Fiscal. **3.10.** Foi aprovado o Estatuto Social, que integra este instrumento na forma do Anexo III, o qual, juntamente com a Lei das Sociedades por Ações e demais disposições legais aplicáveis, passa a reger a Companhia a partir desta data, sendo certo que o Estatuto Social ora aprovado já reflete todas as deliberações constantes deste instrumento. **3.11.** Por fim, os acionistas autorizaram o diretor da Companhia a realizar todos os atos necessários à efetiva formalização da transformação aqui prevista, incluindo tomar todas as providências necessárias ao bom e fiel cumprimento das deliberações ora tomadas. E, por estarem assim justos e contratados, os sócios assinam este instrumento em 3 vias de igual forma e teor. Itapevi, 01/03/2024. Sócio: **Carlos Extrakt Brauner,** p.p. Mario Slamovitz Weigensberg; Sócio Retirante: **Mario Slamovitz Weigensberg;** Sócio Ingressante: **Fernando Extrakt Brauner,** p.p. Maria Slamovitz Weigensberg. **JUCESP -** 124.928/24-9 e **NIRE** 3530063457-8 em 21/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

EDITAL DE PROCLAMAS

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
DISTRITO DE JD. SÃO LUÍS
OFICIAL - DRª EVANICE CALLADO RODRIGUES DOS SANTOS

Faz saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos por lei.

Vinicius Anderson da Silva Santos Gomes , brasileiro, solteiro, nascido aos 31/03/1995, auxiliar geral, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Anderson da Silva Gomes e de Andreia Silva dos Santos; e **Giovana Correia Soares,** brasileira, solteira, nascida aos 03/07/1993, dentista, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Altair Soares e de Juliana Maria de Freitas Correia Soares.

2- André Aparecido Sena, brasileiro, divorciado, nascido aos 28/05/1986, operador de máquina multifuncional, natural de Santo André - SP, residente e domiciliado em Santo André - SP, filho de Dourivaldo José de Sena e de Roseli Aparecida de Toledo Sena; e **Priscila Acioli Marcelino,** brasileira, solteira, nascida aos 12/01/1986, do lar, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Valdemiro Rabello Marcelino e de Maria Lucineide da Silva Acioli Marcelino.

Gabriel Ferreira da Silva, brasileiro, solteiro, nascido aos 13/12/1995, técnico de rastreador, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Eugenio Pereira da Silva e de Giselle Ferreira da Silva; e **Gabrieli Vieira Mol,** brasileira, solteira, nascida aos 27/05/1996, assistente comercial, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Paulo Afonso Marçal Mol e de Olga Vieira da Silva.

Luana Souza Rodrigues, brasileira, divorciada, nascido aos 01/02/1992, auxiliar de logistica, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Paulo Renato Rodrigues e de Vera Lucia Souza Rodrigues; e **Renata Aparecida Vieira Laurindo,** brasileira, solteira, nascida aos 04/07/1995, motogirl, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Sidney Laurindo e de Ana Rosa Vieira da Silva.

Antônio Alves da Silva, brasileiro, solteiro, nascido aos 13/03/1957, aposentado, natural de Pilões - PB, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Joana da Cruz Martins; e **Maria da Penha Pereira,** brasileira, solteira, nascida aos 29/06/1965, diarista, natural de Pilões - PB, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Manoel Francisco Pereira e de Terezinha Adão da Silva.

Rami Mohamad Ali, brasileiro, solteiro, nascido aos 25/11/1991, engenheiro civil, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Mohamad Abdul Latif Ali e de Lina Hussein Fares Ali; e **Maryam Hassan Hassan,** brasileira, solteira, nascida aos 05/12/2000, psicóloga, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Hassan Ahmad Hassan e de Fatima Hussein Fares Hassan.

Iago dos Santos Fercik, brasileiro, solteiro, nascido aos 26/10/1994, auxiliar de expedição, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Andre Fercik e de Maria do Carmo Rosa Santos Fercik; e **Paloma Gomes Alves,** brasileira, solteira, nascida aos 28/07/2002, auxiliar de escritório, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Fabio Alves Garcia e de Patricia Gomes Araujo.

Gideoni Teodoro da Rocha, brasileiro, divorciado, nascido aos 16/08/1995, motorista, natural de João Pessoa - PB, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de José Cícero da Rocha e de Vasthi da Silva Teodoro da Rocha; e **Edna Aparecida dos Santos,** brasileira, solteira, nascida aos 06/11/1986, do lar, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Edvaldo Silva dos Santos e de Maria Aparecida Pires da Silva.

Rafael Victor dos Santos Oliveira, brasileiro, solteiro, nascido aos 18/09/2001, auxiliar administrativo, natural de Itapecerica da Serra - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Vilmar Alves de Oliveira e de Ana Aparecida Gomes dos Santos Oliveira; e **Brenda Lavínia dos Santos Souza,** brasileira, solteira, nascida aos 25/01/2004, jovem aprendiz, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Fabio Ferreira de Souza e de Tatiane de Oliveira Santos.

Bruno Antonio da Silva Gonçalves, brasileira, solteiro, nascido aos 28/09/1996, instalador acessórios, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Jose Maria Gonçalves e de Solange Alves da Silva; e **Vanessa Romão da Silva,** brasileira, solteira, nascida aos 22/08/1997, analista comercial, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Helio Valdivino da Silva e de Maria Anunciada Romão da Silva.

Alexandre Pires dos Santos, brasileiro, solteiro, nascido aos 06/04/1982, porteiro, natural de Conde - BA, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Sirley Pires dos Santos; e **Anaires Silva Aragão,** brasileira, solteira, nascida aos 06/10/1977, manicure, natural de Aracaju - SE, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Jaime Aragão Filho e de Maria de Lourdes Silva Aragão.

Deivid Cardoso Leopendes, brasileiro, solteiro, nascido aos 27/07/2004, auxiliar de farmácia, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Ricardo Alves Leopendes e de Marlene Cardoso Pinto Leopendes; e **Daniele Queiroz Flôr,** brasileira, solteira, nascida aos 16/09/1999, enfermeira, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Givanildo José Flôr e de Maria Aparecida Queiroz.

Cláudio Rodrigues Pinto, brasileiro, solteiro, nascido aos 21/06/1988, porteiro, natural de Itamarandiba - MG, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Sebastião Rodrigues Pinto e de Ana Vieira Pinto; e **Ligia Aparecida Pereira dos Santos,** brasileira, solteira, nascida aos 22/10/1984, auxiliar de enfermagem, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Antonio Pereira dos Santos e de Carmelita Pires dos Santos.

Claudio Alberto da Rocha Silva Filho, brasileiro, solteiro, nascido aos 24/11/1998, estudante, natural de Taboão da Serra - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Claudio Alberto Rocha da Silva e de Patricia Rodrigues da Silva; e **Kayany Silva Santos,** brasileira, solteira, nascida aos 16/08/2005, operadora de negócios, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Renato Antonio da Silva e de Jacqueline Aparecida Santos.

Evandro Sousa da Fonseca, brasileira, solteiro, nascido aos 28/10/1976, auxiliar técnico de educação, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Eulino Gomes da Fonseca e de Helenita Sousa da Fonseca; e **Camila Silva Leite,** brasileira, solteira, nascida aos 26/11/1982, professora, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de José Aparecido Leite e de Veronica Galdino da Silva Leite.

Lucas Pereira da Silva, brasileiro, solteiro, nascido aos 07/09/1996, vendedor, natural de Franca - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Vasconcelos Soares Pereira e de Maria de Lourdes da Silva Pereira; e **Karoline Miranda Santos,** brasileira, solteira, nascida aos 05/08/1999, supervisora, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Valdecy Carolino dos Santos e de Andreia Barbosa Miranda.

Michel Lucas de Oliveira, brasileiro, solteiro, nascido aos 06/01/1999, auxiliar de técnico, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Francisco Jose de Oliveira e de Vaneci Nazareth Lucas; e **Gabrielle Silva Lima de Jesus,** brasileira, solteira, nascida aos 08/08/2000, escrevente de cartório, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Romero Pereira de Jesus e de Patricia Silva Lima.

Gustavo Campos de Jesus, brasileiro, solteiro, nascido aos 08/07/1999, auxiliar de logistica, natural de Santo André - SP, residente e domiciliado em Mauá - SP, filho de Emerson Pereira de Jesus e de Sonia Maria Campos de Jesus; e **Lizandra Daniele Santos de Souza,** brasileira, solteira, nascida aos 07/12/1997, monitora de qualidade, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Daniel Francisco de Souza e de Alessandra Soraia Santos.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei.
Lavro o presente para ser afixado nesta Serventia e publicado na imprensa local.
São Paulo, 22 de abril de 2024.
A Oficial: Evanice Callado Rodrigues dos Santos

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-se na forma da Lei. Editais afixados em cartório.

ORBE S/A Organização Brasileira de Engenharia

CNPJ 60.835.824/0001-03

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2023 E 31/12/2022

ATIVO	2023	2022
Circulante		
Caixa e Equivalente de Caixa	115.369,76	205.131,96
Clientes a receber societário	464.600,00	544.407,07
Imóveis em Estoque	18.358.072,77	14.523.535,24
Imoveis em Construção		3.431.567,17
Total do Circulante	**18.938.042,53**	**18.704.641,44**
Não Circulante		
Imobilizado Líquido	85.308,70	96.390,09
Intangível	1.309,70	1.708,17
Total do Não Circulante	**86.618,40**	**98.098,26**
TOTAL DO ATIVO	**19.024.660,93**	**18.802.739,70**

PASSIVO	2023	2022
Circulante		
Fornecedores	24.172,10	27.872,64
Obrigações Trabalhistas	64.750,21	62.946,08
Impostos e Contribuições	44.580,28	83.225,59
Provisão para férias	70.192,13	71.675,56
Dividendos a pagar	3.620.630,92	3.620.630,92
Outros	25.979,97	-
Total do Circulante	**3.850.305,61**	**3.866.350,79**
Não Circulante		
Adiant. para futuro Aum. de Capital	4.755.000,00	4.125.000,00
Impostos Diferidos	27.553,30	32.283,23
Total do Não Circulante	**4.782.553,30**	**4.157.283,23**
Patrimônio Líquido		
Capital Social Realizado	3.790.080,00	3.790.080,00
Reservas de Capital	646.164,49	646.164,49
Reserva Legal	1.105.734,31	1.105.734,31
Lucros Retidos p/Investimentos	4.764.943,01	5.037.488,89
Ajuste de Avaliação Patrimonial	84.880,21	199.637,99
Total do Patrimônio Líquido	**10.391.802,02**	**10.779.105,68**
TOTAL DO PASSIVO	**19.024.660,93**	**18.802.739,70**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31/12/2023 E 31/12/2022

RECEITAS BRUTA OPERACIONAIS	2023	2022
Vendas de Imóveis	1.786.950,00	5.628.853,19
Vendas de Imóveis Societário	627.477,73	544.407,07
Locação de Imóveis	381.864,56	250.899,90
(-) Deduções		
Deduções s/ Vendas	-	(2.000,00)
Deduções s/ Receitas	(102.064,67)	(234.408,85)
(=) Receita Operacional Líquida	**2.694.227,62**	**6.187.751,31**
Custo dos Imóveis Vendidos	(1.533.958,54)	(3.989.145,97)
(=) Lucro Bruto	**1.160.269,08**	**2.198.605,34**
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas c/Imóveis	(162.306,82)	(273.678,47)
Despesas c/Venda de Imóveis	(10.378,16)	(29.083,21)
Despesas Administrativas	(1.160.361,39)	(1.097.969,95)
Depreciação e Amortizações	(12.418,83)	(21.429,52)
Despesas Tributárias	(649,74)	(36.752,57)
Receitas Financeiras	15.168,21	31.644,57
Despesas Financeiras	(4.331,68)	(4.123,40)
Result.Liq.Operacional	**(175.009,33)**	**767.212,79**
Receitas e Despesas Não Operacionais	172,20	15.021,26
Resultado antes dos Impostos	**(174.837,13)**	**782.234,05**
IRPJ	(51.739,89)	(136.937,45)
IRPJ Diferido	(31.662,36)	(6.532,88)
Contribuição.Social	(7.529,74)	(77.019,15)
Contribuição.Social Diferido	(6.776,76)	(5.879,60)
Resultado Líq. do Exercicio	**(272.545,88)**	**555.864,97**
Lucro/Prejuizo p/ação	(17,26)	35,20

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31/12/2023 e 31/12/2022

DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2023	2022
Lucro Líquido do período	(272.545,88)	555.864,97
Ajustes p/ reconciliar o Lucro Líq. com o Caixa gerado pelas ativ. operacionais		
Depreciações	22.290,49	90.609,92
Amortizações	506,50	1.176,20
Aum. (red.) do ativo e passivo operacionais:	-	-
Clientes a Receber	79.807,07	(161.512,06)
Imóveis em Construção	3.431.567,17	(1.046.843,81)
Estoques	(3.834.537,53)	3.122.151,24
Outros créditos curto e longo prazo	-	-
Fornecedores	(3.700,54)	(5.303,36)
Impostos a recolher	(38.645,31)	31.557,04
Salários e encargos sociais	1.804,13	10.509,50
Retenções Contratuais	25.979,97	-
Provisões Férias	(1.483,43)	(4.888,35)
Impostos e Contribuições Diferidos	(4.729,93)	9.578,30
Investimentos a longo prazo	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(114.757,78)	(351.613,98)
Adiantam p/ futuro aumento de Capital	630.000,00	(2.145.000,00)
Caixa líquido aplic. nas ativ. operacionais	**-78.445,07**	**106.285,61**
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Software	(108,03)	-
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(11.209,10)	-
Caixa líq. aplic. nas ativ. de investimentos	**-11.317,13**	-
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
Pagamento de Dividendos	-	-
Caixa líq. obtido das ativ. de financiamentos	-	-
Aum./Red. no caixa e equiv. no período	**-89.762,20**	**106.285,61**
Caixa e Caixa equiv. no inicio do exercício	205.131,95	98.846,34
Caixa e Caixa equiv. no final do exercicio	115.369,76	205.131,95

Diretoria

Lilian Atui Sampaio Gouvêa
Diretora Presidente

Daniel Calderon
CT 1SP229104/O-2

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LIQUIDO

Histórico	Capital	Reservas de Capital	Reserva Legal	Lucros Retidos p/Investimentos	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Patrimonio Liquido
Saldo 31/12/2021	**3.790.080,00**	**646.164,49**	**1.077.941,06**	**4.509.417,17**	**551.251,97**	**10.574.854,69**
Resultado do Exercicio				555.864,97		555.864,97
Reserva Legal			27.793,25	(27.793,25)		
Lucros Retidos p/Investimentos						
Ajuste de Avaliação Patrimonial					(351.613,98)	(351.613,98)
Saldo 31/12/2022	**3.790.080,00**	**646.164,49**	**1.105.734,31**	**5.037.488,89**	**199.637,99**	**10.779.105,68**
Resultado do Exercicio				(272.545,88)		(272.545,88)
Reserva Legal						
Lucros Retidos p/Investimentos						
Ajuste de Avaliação Patrimonial					(114.757,78)	(114.757,78)
Saldo 31/12/2023	**3.790.080,00**	**646.164,49**	**1.105.734,31**	**4.764.943,01**	**84.880,21**	**10.391.802,02**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31/12/2023

1 - Contexto Operacional: Orbe SA Organização Brasileira de Engenharia, é uma entidade domiciliada no Brasil, situada na Avenida Santo Amaro, n° 1047 - Conj. 809 - Bairro Vila Nova Conceição. As atividades da Sociedade são: a incorporação de emrpreendimentos imobiliários; construção por empreitada; locação de imóveis , prestação de serviço de engenharia e etc. **2- Base de Preparação:** As Demonstrações Financeiras foram elaborados em de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as Orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **3 - Composição do Capital Social**: O capital social é de R$ 3.790.080,00 (três milhões, setecentos e noventa mil e oitenta reais), dividido em 15.792 (quinze mil, setecentas e noventa e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. 3- O prejuizo por ação no exercício de 2023 foi de R$ 17,26.4 - A Diretoria resolveu não apropriar os valores de Perdas ou Riscos de Créditos por considerá-los irrelevantes. 5 - Reconhecimento de Receitas e Custos: O reconhecimento das receitas e custos segue percentual de venda das unidades sobre o percentual dos custos incorridos de cada empreendimento, independente do efetivo recebimento das parcelas mensais.

São Paulo, 10 de abril de 2023

Cirúrgica Fernandes - Comércio de Materiais Cirúrgicos e Hospitalares Sociedade Limitada

CNPJ nº 61.418.042/0001-31

Demonstrações Financeiras Encerrado em 31 de dezembro de 2.022 e 2.023 (Em R$)

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras, referentes aos exercícios em 31 de dezembro de 2023 e 2022, permanecendo à disposição para quaisquer informações.

Balanço Patrimonial - Ativo	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	**301.679.077**	**296.462.208**
Caixa e equivalentes de caixa	45.980.743	34.247.039
Contas a receber	80.261.377	78.222.502
Estoques	157.223.202	170.918.732
Tributos a recuperar	17.038.494	11.657.375
Adiantamentos	677.367	797.776
Despesa antecipada	172.777	304.945
Outros ativos	325.117	313.840
Não Circulante	**41.116.983**	**41.806.357**
Depósito judicial - LP	22.535.202	21.810.774
Imobilizado	957.071	1.124.515
Direito de uso de arrendamento	17.502.665	18.724.649
Intangível	122.045	146.418
Total do Ativo	**342.796.059**	**338.268.565**

Balanço Patrimonial - Passivo	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	**56.191.073**	**63.063.387**
Contas a pagar	13.622.873	30.467.676
Tributos a recolher	12.084.273	7.788.803
Obrigações sociais e trabalhistas	2.224.639	2.190.389
Adiantamentos	1.449.828	6.188.201
Outras obrigações	2.106.480	458.158
Juros sobre capital próprio a pagar	13.255.002	14.534.189
Arrendamentos a pagar	1.665.655	1.435.971
Empréstimos - Carta de crédito Importações	9.782.323	-
Não Circulante	**42.160.076**	**42.872.581**
Arrendamento a pagar - LP	17.382.587	18.063.766
Provisões para demandas judiciais	24.757.601	24.775.668
Tributos a recolher LP	19.888	33.147
Patrimônio Líquido	**244.444.910**	**232.332.598**
Capital social	115.511.529	115.511.529
Lucros ou (Prejuízos) Acumulados	128.933.381	116.821.069
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	**342.796.059**	**338.268.565**

Notas Explicativas

As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações expedidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela CVM, e as disposições contidas na legislação societária brasileira. A Administração da Empresa declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. **Regime de Escrituração:** Foi adotado o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

Demonstrações do Resultado	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta de vendas	603.612.820	629.778.992
(-) Dedução dos impostos s/ vendas	(113.017.522)	(114.451.653)
Receita Liquida	**490.595.298**	**515.327.339**
Custo de vendas de produtos	(325.099.104)	(362.632.968)
Resultado Bruto	**165.496.194**	**152.694.371**
Despesas Operacionais		
Despesas de vendas	(23.917.112)	(24.029.640)
Despesas gerais e administrativas	(37.976.535)	(36.165.896)
Despesas com pessoal	(18.485.656)	(17.888.256)
Depreciação e amortização	(2.548.725)	(2.340.023)
Outras despesas e receitas operacionais	8.081.732	(5.142.019)
	(74.846.296)	**(85.565.833)**
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro	**90.649.898**	**67.128.538**
Receitas financeiras	8.262.132	10.872.320
Despesas financeiras	(5.406.773)	(13.260.316)
Resultado financeiro	**2.855.359**	**(2.387.997)**
Lucro antes do IR e da CS	**93.505.257**	**64.740.541**
Imposto de renda e contribuição social	(26.798.824)	(19.574.765)
	(26.798.824)	**(19.574.765)**
Lucro Líquido do Exercício	**66.706.432**	**45.165.776**

***Nota:** Lucro liquido está divergente do que foi divulgado no ano anterior que foi em 2023 (R$ 28.067 em milhares de reais) devido aos juros sobre capital próprio terem sido reconhecidos diretamente no patrimônio liquido (vide DMPL) e não como despesas financeiras, afim de atender as normas contábeis e divulgações de auditoria.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva de lucros	Lucros ou (Prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**16.501.647**	**74.472.876**	**189.829.797**	**280.804.319**
Aumento (diminuição) de capital	99.009.882	(99.009.882)	-	-
Constituição (baixa) da reserva	-	189.829.797	(189.829.797)	-
Distribuição de dividendos	-	(76.538.452)	-	(76.538.452)
Juros sobre capital próprio	-	(17.099.046)	-	(17.099.046)
Resultado líquido do exercício	-	-	45.165.776	45.165.776
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**115.511.529**	**71.655.293**	**45.165.776**	**232.332.598**
Aumento (diminuição) de capital	-	-	-	-
Constituição da reserva	-	45.165.776	(45.165.776)	-
Distribuição de dividendos	-	(39.000.000)	-	(39.000.000)
Juros sobre capital próprio	-	(15.594.120)	-	(15.594.120)
Resultado líquido do exercício	-	-	66.706.432	66.706.432
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**115.511.529**	**62.226.949**	**66.706.432**	**244.444.910**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultado líquido do exercício	**66.706.432**	**45.165.776**
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício:		
Juros de arrendamentos pagos	1.902.348	1.934.572
Juros sobre emprestimos	633.415	-
Variação cambial não realizada	(87.000)	(35.000)
Depreciação do imobilizado	240.000	252.611
Depreciação de direito de uso	2.284.720	2.079.520
Amortização do intangível	24.407	42.000
Result.da venda(baixa)de ativos imobilizados	3.282	162.068
Prov.(reversão)estimada de perdas de créd.	(1.586.588)	3.171.340
Provisão para perda de estoques	396.563	1.467.485
Provisão (reversão) de contingências	(17.000)	1.644.055
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	(452.288)	(1.966.973)
Adiantamentos	120.409	(588.192)
Estoques	13.298.968	12.216.174
Impostos a recuperar	(5.381.119)	(9.108.392)
Despesas pagas antecipadamente	132.168	(232.854)
Depósitos judiciais e cauções	(724.000)	(1.558.000)
Outros ativos	(11.277)	(244.840)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Contas a pagar	(16.844.802)	8.828.480
Impostos a recolher	26.393.212	21.648.882
Obrigações sociais e trabalhistas	34.250	252.296
Adiantamento de clientes	(4.738.373)	5.566.274
Juros sobre capital próprio a pagar	(1.279.307)	(2.565.000)
Outras obrigações	1.648.234	458.158
Juros a pagar sobre empréstimo	36.088	-
Caixa gerado pelas ativ. operacionais	**82.732.742**	**88.590.440**
IR e CS pagos	(22.098.000)	(24.140.000)
Juros pagos de arrendamento	(1.902.348)	(1.934.572)
Juros pagos de emprestimo - Carta de crédito	(597.327)	-
Fluxo de caixa gerado (aplicado nas) pelas atividades operacionais	**58.135.067**	**62.515.868**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Imobilizado	(73.746)	(374.000)
Intangivel	(1.709)	(166.001)
Fluxo de caixa gerado (aplicado nas) pelas atividades de investimento	**(75.455)**	**(540.001)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio	(54.594.000)	(79.166.399)
Pagamentos de passivos de arrendamentos	(1.514.232)	(1.305.429)
Empréstimos - Carta de crédito	9.782.324	-
Fluxo de caixa gerado (aplicado nas) pelas atividades de financiamento	**(46.325.907)**	**(80.471.828)**
Aumento/Redução do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	**11.733.705**	**(18.495.961)**
Caixa e equiv. de caixa - início do exercício	34.247.039	52.743.000
Caixa e equiv. de caixa - final do exercício	45.980.743	34.247.039
Redução do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	**11.733.705**	**(18.495.961)**

Marcos Fernando Fernandes - Sócio - CPF: 533.032.458-00 — **Luis Carlos Fortes Bazaga -** Contador - CRC 1-SP130.363/O-4

Lucas Eduardo Dalcanale

Leiloeiro Oficial - Matricula: 20/319L - Jucepar
www.donhaleiloes.com

149 Veículos

COLISÃO - ROUBO/FURTO ENCHENTE E VEÍCULOS EM FIM DE VIDA ÚTIL

41 3134-3450

ONLINE
LEILÃO dia 23/04/2024
TERÇA-FEIRA
Leilão 14h30

LOCAL: Estrada da Roseira, 6725 – Borda do Campo – São José dos Pinhais – PR

COLISÃO: ARGO 2017 2018 BIZ 125 2006 2 C 100: 2005 2004 2005 C3 2014 2015 C3 PICASSO 2012 2013 CAPTUR 2019 2020 CBR 600F 1998 CBR 650F 2015 CELTA 2007 2008 CERATO 2013 2014 CG 125 2001 2002 2 CG 160: 2020 2016 CHEVETTE 1991 CITY 2013 2 CIVIC: 2019 2020 2003 CLASSIC 2013 2014 CLIO 2015 2016 9 COROLLA: 2012 2015 2016 2014 2015 2018 2019 2014 2015 2012 2003 2011 2012 2018 3 CORSA: 1998 1999 1995 1996 1995 CRETA 2017 CRUZE 2012 3 CR-V: 2009 2010 2011 2011 DELIVERY 2014 2015 2 ECOSPORT: 2004 2017 ELANTRA 2012 2013 ELITE 2019 2 ESCORT: 1992 1999 2000 ETIOS 2012 2013 F-250 2004 F-350 1999 FIELDER 2007 2008 3 FIESTA: 1996 2013 2014 2014 2 FIT: 2017 2008 FLUENCE 2014 4 FOCUS: 2011 2012 2015 2018 2019 2015 2 FOX: 2011 2016 2017 FUSION 2013 15 GOL: 2008 2009 2012 2013 1996 2019 2020 2010 2011 1994 2004 1993 1996 2011 2012 1996 2018 2012 2013 2006 2004 2005 2 GRAND SIENA: 2013 2014 2019 7 HB20: 2014 2015 2014 2019 2020 2016 2017 2019 2015 2014 HILUX CD 2011 2012 I30 2010 2011 2 JETTA: 2011 2012 2015 3 KA: 2016 2017 1997 1998 2019 2020 KADETT 1993 KICKS 2018 2019 KWID 2020 2021 2 MASTER: 2017 2018 2002 2003 MERIVA 2012 2 MOBI: 2018 2019 2016 2017 4 MONTANA: 2017 2018 2018 2019 2014 2015 2013 2 NINJA 300: 2014 2015 2014 2 NINJA 400: 2020 2019 2020 12 ONIX: 2019 2019 2019 2020 2019 2020 2018 2019 2014 2015 2015 2016 2017 2019 2013 2019 2020 2019 2020 7 PALIO: 2016 2002 2003 2009 2010 1996 2008 2011 2011 2012 PARATI 2008 2009 3 POLO: 2010 2011 2017 2018 2009 2010 3 PRISMA: 2019 2007 2013 3 PUNTO: 2012 2013 2012 2013 2013 QUANTUM 1986 3 RANGER: 2011 2015 2016 2011 2012 REBOQUE 2017 RENEGADE 2017 2018 2 S10: 2009 2010 2012 2013 SANDERO 2011 2012 SANTA FE 2010 2011 SANTANA 2001 2 SAVEIRO: 2019 2020 2012 2013 SENTRA 2019 4 SIENA: 2008 2015 2002 2003 2009 2010 3 SONIC SEDAN: 2014 2012 2013 2014 SPACEFOX 2012 6 STRADA: 2014 2015 2009 2010 2012 2013 2011 2012 2015 2016 2018 STRALIS 2012 2013 SUPER 2009 TORO 2019 2020

Nº dos Chassis: 1G123189 Normal 5a920799 Avariado 5Z118532 Normal 68625219 Normal 70114191 Avariado 72839382 Normal 72980436 Avariado 74895487 Normal 78677149 Normal 7R002174 Normal 82980874 Avariado 83396878 Normal 85265420 Normal 8B542968 Normal 8P022564 Normal 8T204856 Normal 9B512531 Normal 9DA21080 Normal 9J094502 Normal 9P028093 Normal A4141537 Normal a5098160 Normal AB188394 Normal AG542336 Normal AL403638 Normal AR172443 Normal AR208162 Normal B6491010 Recortado BB029969 Normal BB071432 Normal BR127642 Recortado BR721917 Normal C2217895 Normal C2549415 Normal C8247002 Normal CC628903 Normal CJ272054 Normal CP108332 Normal D0370435 Normal D0502620 Normal D2228414 Normal D4746364 Recortado D4756458 Normal D8444163 Normal DA514153 Normal DB047814 Normal DC453492 Normal DD015697 Normal DG225500 Normal DJ521389 Normal DL575960 Normal E0014085 Normal E6062367 Normal E8845256 Avariado EB071270 Normal EB148837 Normal EG315709 Normal EL218598 Normal EM158203 Recortado EZ130550 Normal EZ439704 Normal f3246917 Normal F7923392 Normal F8248260 Avariado F8546108 Normal FB808142 Normal FC673005 Normal FCE00791 Normal FCE10067 Normal FG458478 Normal FJ484245 Normal FJ534515 Normal FP044482 Normal FP405481 Normal FP470860 Normal FP478754 Normal FR000081 Normal G2071416 Normal GB527184 Normal GJ401983 Normal GK008299 Normal GK075590 Normal GL330211 Normal GM000099 Normal H0102275 Normal HB059481 Normal HB061742 Normal HB100045 Normal HB154544 Normal HC416222 Normal HFS00234 Normal HJ431248 Avariado HJ486138 Recortado HJ535771 Normal HJ701826 Normal HK099057 Normal HZ137079 Normal J0155654 Recortado J8025380 Normal j8061901 Normal JJ139714 Normal JKH96873 Normal JR117435 Normal JY538302 Normal JZ209222 Normal JZA00706 Normal KB058724 Normal KB234855 Normal KB624346 Normal KK225027 Normal KR049630 Normal KT094699 Normal KT139099 Normal KZ100979 Normal LC415546 Normal LE163982 Normal LP011071 Normal LP059973 Normal LT514176 Normal LY650628 Normal M0892664 Normal MJ678245 Normal MK342462 Normal MK423929 Normal MKD94256 Normal MP014649 Normal MP087380 Normal MYV91414 Normal N8142163 Normal NG109950 Normal NJ233558 Normal NJ833089 Normal NP225371 Normal NP309501 Normal NR006082 Normal NR108991 Normal NR117144 Normal NT070736 Normal P0046489 Normal P0061283 Normal PP015752 Recortado PR102428 Normal PY813046 Normal PZ925697 Normal RM000358 Normal XZ308063 Normal YB901484 Normal

CONDIÇÕES: OS BENS SERÃO VENDIDOS NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRAM E SEM GARANTIA. DEBITOS DE IPVA, MULTAS DE TRÂNSITO OU DE AVERBAÇÃO QUE POR VENTURA RECAIAM SOBRE O BEM, FICARÃO A CARGO DO ARREMATANTE, CORRENDO TAMBÉM POR SUA CONTA EM RISCO A RETIRADA DOS BENS. NO ATO DA ARREMATAÇÃO O ARREMATANTE OBRIGA-SE A ACATAR DE FORMA DEFINITIVA E IRRECORRIVEL AS NORMAS E DEMAIS CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO ESTABELECIDAS NO CATALOGO DESTRIBUIDO NO LEILÃO. MIGUEL DONHA JR – LEIOEIRO OFICIAL – JUCEPAR 14/256L. IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS. RUA ESTRADA DA ROSEIRA, 6725 - BORDA DO CAMPO CEP: 83075-010 SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, PR (41) 3134-3450
(CATALOGO, LOCAL DE VISITAÇÃO, DESCRIÇÃO COMPLETA E FOTOS NO SITE)

VI Leilão Arte & Antiguidades, **Osvaldo Aparecido Costi**, Leiloeiro Oficial JUCESP 1323, comunica que será realizado o 6º Leilão de Arte & Antiguidades, catálogo 42353 nos dias 23, 27 e 30 de abril. no site www.gmleiloes.com.br. Informações (11) 94435-0642 ou diretoriagmleiloes@gmail.com

Companhia Copale de Administração, Comércio e Indústria

CNPJ/MF nº 61.146.502/0001-10 – NIRE: 35.300.057.007

Edital de Convocação – Assembléia Geral Ordinária

Convocamos os acionistas para A.G.O. em 30/04/2024, 8:00 hs, na sede social, para deliberarem: **a)** Demonstrações Financeiras de 2023; **b)** Destinação do Lucro do exercício. São Paulo, 18 de abril de 2024. **A Diretoria. (19, 20 e 23/04/2024)**

EDITAL PARA CONHECIMENTO GERAL - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº **1106761-32.2023.8.26.0002** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 8ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Regional II-Santo Amaro,Estado de São Paulo,Dr(a).Débora de Oliveira Ribeiro,na forma da Lei etc.,FAZ SABER a(o) quem possa interessar que neste Juízo tramita a ação de Alteração de Regime de Bens movida por Luiz Fernando Gennari Assaf,CPF 271739***50, RG 25.***.088, e Thais Rego Barros Assaf, CPF 166683***07, RG 13.***.406, por meio da qual os requerentes indicados intentam alterar o regime de bens do casamento. O presente edital é expedido nos termos do artigo 734, § 1º do CPC. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.NADA MAIS.Dado e passado nesta cidade de São Paulo,aos 15 de abril de 2024. **|23,24|**

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS, EXPEDIDO NOS AUTOS DE INTERDIÇÃO DE CECILIA LUCIA NOVAIS BAPTISTA, REQUERIDO POR RUY EXEL FILHO E OUTROS - PROCESSO Nº**1133174-50.2021.8.26.0100**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Eliane da Camara Leite Ferreira, na forma da Lei, etc. FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 19/07/2023, foi decretada a INTERDIÇÃO de CECILIA LUCIA NOVAIS BAPTISTA, CPF 054.740.338-00, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeado(a) como CURADOR(A), em caráter DEFINITIVO, o(a) Sr(a). Otavio Exel. O presente edital será publicado por três vezes, com intervalo de dez dias, e afixado na forma da lei.NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 25 de setembro de 2023. **|23|**

Governo facilita crédito e renegocia dívidas de pequenos negócios

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, na segunda-feira (22), a medida provisória (MP) que cria o Programa Acredita, um pacote de ações de acesso a crédito e renegociação de dívidas de microempreendedores individuais (MEI) e micro e pequenas empresas. Com o objetivo de estimular a geração de emprego e renda e o desenvolvimento econômico, o programa também prevê ampliação de crédito para mulheres empreendedoras e incentivos a investimentos estrangeiros em projetos sustentáveis.

“Nós precisamos fazer alguma coisa para ajudar as pessoas que têm um pequeno comércio, que têm um pequeno restaurante, um pequeno bar, e que durante a crise econômica da pandemia de covid essa pessoa se endividou e não consegue sair dessa dívida”, disse Lula durante a cerimônia no Palácio do Planalto.

“Não tem nada mais imprescindível para uma sociedade, qualquer que seja ela, se desenvolver, se ela não tiver condições de ter oportunidade e se ela não tiver crédito”, afirmou o presidente. “Banco não foi preparado para receber pobre, para receber as pessoas que não chegam de terno e gravata e não chegam bem vestidos. O que nós estamos fazendo é criando as condições para, independentemente da quantidade, da origem social, do tamanho dos negócios, as pessoas tenham o direito de ter acesso ao sistema financeiro e pegar um crédito”, acrescentou Lula.

O incentivo à renegociação de dívidas é inspirado no Desenrola Brasil, programa do Ministério da Fazenda que tem como público-alvo pessoas físicas com o CPF negativado e que foi prorrogado até 20 de maio. Já o Desenrola Pequenos Negócios tem como público-alvo os MEI, as microempresas e as pequenas empresas com faturamento bruto anual até R$ 4,8 milhões e que estão inadimplentes com dívidas bancárias.

Até o fim deste ano, os pequenos empresários poderão renegociar as dívidas que estavam inadimplentes até o dia da publicação da MP, previsto para esta terça-feira (23), na publicação regular do *Diário Oficial da União*. Por meio do programa, o governo federal vai autorizar que o valor renegociado possa ser contabilizado para a apuração do crédito presumido dos bancos nos exercícios de 2025 a 2029.

“Isso significa que os bancos poderão elevar seu nível de capital para a concessão de empréstimos”, explicou a Presidência. Segundo um comunicado, esse incentivo não gerará gasto extra para o governo este ano. Nos próximos anos, o custo estimado em renúncia fiscal é de R$ 18 milhões em 2025; R$ 3 milhões em 2026 e sem nenhum custo em 2027.

De acordo com dados do Serasa Experian, cerca de 6,3 milhões de micro e pequenas empresas estavam inadimplentes em janeiro de 2024, maior número da série iniciada em 2016.

O Programa Acredita também cria o programa de crédito ProCred 360 destinado a MEI e microempresas com faturamento anual limitado a R$ 360 mil. A iniciativa estabelece condições especiais de taxas e garantias por meio do Fundo Garantidor de Operações (FGO), administrado pelo Banco do Brasil.

Para esse público, o programa oferece juros fixados em Taxa Selic mais 5% ao ano, uma taxa menor que a do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). Hoje, a Selic, a taxa básica de juros, está em 10,75% ao ano. Além disso, o programa permite o pagamento de juros no período de carência, “contribuindo para uma melhor organização financeira dos tomadores de crédito”.

Para as empresas de porte médio, com faturamento de até R$ 300 milhões, a medida reduz os custos do Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac), com 20% de redução do Encargo por Concessão de Garantia (ECG).

Eixos

O Programa Acredita está baseado em quatro eixos principais. O primeiro é o Acredita no Primeiro Passo, política destinada a famílias de baixa renda inscritas no Cadastro Único (CadÚnico); os informais; as mulheres que recebem o Bolsa Família; os pequenos produtores rurais que acessam o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); e o apoio ao programa Fomento Rural. Esse eixo será desenvolvido no âmbito do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado.

O sistema de garantia de crédito será realizado por meio do FGO-Desenrola e terá uma fonte de R$ 500 milhões em recursos para investimentos este ano. O FGO-Desenrola é um instrumento de garantia destinado às instituições financeiras que operam com crédito para regularização de dívidas dos beneficiários do Faixa 1 do Desenrola Brasil.

“Uma importante diretriz do programa de microcrédito é que, pelo menos metade das concessões devem ser destinadas a mulheres”, explicou a Presidência, destacando as dificuldades de acesso ao crédito no Brasil por mulheres. “Apenas 6% das empreendedoras contaram com auxílio de instituições financeiras para abrir seus negócios, e a maioria, o equivalente a 78%, começou a empreender com recursos próprios, segundo o Sebrae [Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas]”, acrescentou.

De acordo com os dados, do total de empreendedoras, 54,9% conciliam as tarefas domésticas e de negócio, sendo um dos fatores apontados por elas que afetam o seu desempenho. Mais de 70% das empreendedoras têm dívidas, sendo que 43% estão com parcelas atrasadas. As mulheres que se enquadram nessa estatística são predominantemente negras, das classes D e E, com faturamento de até R$ 2,5 mil e que empreendem por necessidade.

Em relação ao Cadastro Único, atualmente há cerca de 95 milhões de pessoas inscritas. Entre janeiro de 2018 e junho de 2022, apenas 1 milhão de famílias do CadÚnico tiveram acesso ao microcrédito produtivo. Nesse período, foram feitas 5,6 milhões de operações que totalizaram R$ 32,5 bilhões em transações, com valor médio de R$ 5,74 mil. A taxa de inadimplência entre as pessoas do CadÚnico anual é inferior a 1,7%.

Dívidas e crédito

O segundo eixo do programa é o Acredita no seu Negócio, voltado às empresas por meio do Desenrola Pequenos Negócios e ProCred 360, detalhados anteriormente. Além deles, o Acredita também prevê uma modernização do Pronampe para permitir a renegociação das dívidas e a criação de melhores condições para mulheres empreendedoras. A partir da MP, quem está inadimplente de dívidas do Pronampe poderá renegociá-las com os bancos, mesmo após a honra das garantias, permitindo que estes empresários voltem ao mercado de crédito.

As empresas que tiverem o Selo Mulher Emprega Mais e as que tiverem sócias majoritárias ou sócias administradoras poderão pegar empréstimos maiores, de até 50% do faturamento bruto anual do ano anterior.

Ainda dentro do eixo Acredita no seu Negócio, o Sebrae expandirá as linhas de crédito no âmbito do Fundo de Aval para a Micro e Pequena Empresa (Fampe). Nos próximos três anos, o objetivo é viabilizar mais de R$ 30 bilhões em crédito.

Para isso, o Sebrae capitalizou o fundo, que alcançou um patrimônio líquido de R$ 2 bilhões para serem alavancados para novas operações. A estratégia é ampliar a quantidade de instituições operadoras, sendo os quatro bancos públicos federais, os principais sistemas cooperativistas, as agências e bancos de desenvolvimento regionais e, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), os bancos privados.

Crédito imobiliário

Já o eixo Acredita no Crédito Imobiliário visa a criação do mercado secundário para crédito imobiliário. De acordo com o governo, o Brasil apresenta uma baixa oferta de crédito imobiliário, equivalente a 10% do Produto Interno Bruto (PIB), enquanto em países de renda média a oferta gira entre 26% a 30% do PIB.

Dessa forma, tendo como público-alvo o mercado imobiliário e setor de construção civil, o programa beneficiará especialmente as famílias de classe média, que não se qualificam para programas habitacionais populares, como o Minha Casa, Minha Vida, mas para quem o financiamento tradicional a taxas de mercado é muito caro.

Em ocasiões diferentes, o presidente Lula já havia defendido a criação de um programa habitacional que atendesse à classe média.

O papel da Empresa Gestora de Ativos (Emgea) para atuar como securitizadora no mercado imobiliário será expandido com a criação do mercado secundário para crédito imobiliário.

“Isso permitirá que os bancos possam aumentar as concessões de crédito imobiliário em taxas acessíveis para a classe média, suprindo a queda da captação da poupança. Ao permitir a securitização, os bancos abrem espaço em seus balanços para liberar novos financiamentos imobiliários”, explicou o governo.

A Emgea também poderá revender essas carteiras para o mercado.

Projetos sustentáveis

Por último, o quarto eixo do programa é o Acredita no Brasil Sustentável, que tem como base o Eco Invest Brasil - Proteção Cambial para Investimentos Verdes (PTE). O objetivo é incentivar investimentos estrangeiros em projetos sustentáveis no Brasil.

De acordo com o governo, dada a volatilidade da moeda brasileira, o custo da proteção cambial para prazos mais longos é tão alto que inviabiliza investimentos ecológicos em moeda estrangeira. Com isso, praticamente não existem soluções no mercado nacional para prazos acima de 10 anos. Para suprir essa lacuna, será criado a Proteção Cambial para Investimentos Verdes (PTE).

“A iniciativa visa incentivar investimentos estrangeiros em projetos sustentáveis no país e oferecer soluções de proteção cambial. Deste modo, os riscos associados à volatilidade de câmbio podem ser minorados e não atrapalham negócios que são cruciais à transformação ecológica brasileira”, explicou a Presidência, destacando que o programa não se propõe a interferir no mercado de câmbio e trabalhará para alavancar os recursos já disponíveis no país.

O Eco Invest Brasil tem como parceiros o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Central. O público-alvo são os investidores estrangeiros, as empresas de projetos sustentáveis, o mercado financeiro e as entidades governamentais envolvidas em sustentabilidade. Serão fornecidas linhas de crédito a custo competitivo para financiar parcialmente projetos de investimentos alinhados à transformação ecológica que se utilizem de recursos estrangeiros.(Agência Brasil)

Funai solicita Força de Segurança Nacional para TI Uru-Eu-Wau-Wau

A Fundação Nacional dos Povos Indígenas voltou a solicitar o apoio da Força Nacional de Segurança Pública para atuar na Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, no Estado de Rondônia. Mesmo homologada desde 1991, a reserva, com 1,8 milhão de hectares, enfrenta conflitos e seguidas invasões de terras por não indígenas.

Em janeiro deste ano, os agentes foram autorizados a participar de uma operação em conjunto com a Política Federal e a Funai, que cumpriu dois mandados de busca e apreensão expedidos pela 1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Ji-Paraná, para retirada de invasores. As investigações apontaram que os invasores desmataram uma área nos municípios de Governador Jorge Teixeira e Theobroma, para cometer crimes relacionados a contrabando de produtos veterinários.

Segundo a indigenista Ivaneide Bandeira Cardozo, conhecida como Neidinha Surui, que atua em Rondônia há 50 anos, logo após a atuação das forças federais na região, os invasores voltaram a ocupar áreas da TI.

Neidinha explica que a pressão sobre os indígenas da região ficou mais acirrada após a condenação de João Carlos da Silva, em 16 de abril, pelo assassinato do professor e líder indígena Ari Uru-Eu-Wau-Wau. “Eles estão brabos porque os indígenas estão protegendo suas terras e não deixando eles avançarem. Principalmente na região do Burareiro onde eles (os invasores) ficam fazendo campanha pela redução do que já está demarcado e destinado aos indígenas”, diz.

O conflito na região ocorre desde que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) sobrepôs parte da TI homologada com o Projeto de Assentamento Dirigido (PAD), ainda no governo militar, em 1975. A indigenista explica que a Justiça já reconheceu o erro e determinou que os assentados sejam indenizados e retirados. “O maior problema não são os agricultores que serão retirados e sim os grileiros que se aproveitam da situação para invadir e desmatar principalmente pra criar gado”, explica.

Uma decisão do Supremo Tribunal Federal em março deste ano, sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 709, determinou o cumprimento pelas autoridades federais de segurança pública da desintrusão de sete terras indígenas, entre elas a TI Uru-Eu-Wau-Wau.

A TI Uru-Eu-Wau-Wau fica localizada em uma região que abrange 12 municípios do estado de Rondônia, onde vivem os povos os Jupaú (ou Uru-eu-wau-wau), os Oro Win, os Amondawa e os Cabixi, além de outros quatro povos isolados. Por manter povos ainda sem contato, a Funai atua na TI por meio da Frente de Proteção Etnoambiental (FPE). De acordo com Neidinha, o órgão enfrenta dificuldades de atuar na região. “Eles não têm estrutura para apoiar os indígenas e enfrentar os invasores”, afirma.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública autorizou o emprego da Força Nacional de Segurança Pública na TI na segunda-feira, por meio de uma portaria publicada no *Diário Oficial da União*. (Agência Brasil)

Lula anuncia inclusão de 1,2 milhão de alunos no Pé-de-Meia

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou, na segunda-feira (22), a ampliação do Programa Pé-de-Meia, que oferece incentivo financeiro para jovens de baixa renda permanecerem matriculados e concluírem o ensino médio. Cerca de 1,2 milhão de estudantes devem ser incluídos para receber os valores, que podem chegar a R$ 9,2 mil nos três anos do ensino médio.

Inicialmente, o Pé-de-Meia priorizou jovens beneficiários do Programa Bolsa Família e já alcançou mais de 2,4 milhões de estudantes. Agora, integrantes de famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) também serão atendidos.

“Quando nós anunciamos o Pé-de-Meia, a linha de corte era o cadastro do Bolsa Família e ficou de fora o cadastro do Cad [CadÚnico]. Então, nós, agora, resolvemos aumentar e colocar a linha de corte no CadÚnico e vão entrar, parece, mais 1,2 milhão de meninos e meninas no Pé-de-Meia”, disse Lula, durante cerimônia no Palácio do Planalto.

O orçamento inicial do programa era de R$ 7,1 bilhões anuais. De acordo com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, mais R$ 3 bilhões serão investidos anualmente para contemplar a ampliação.

A ampliação foi incluída na medida provisória (MP) que cria o Programa Acredita, assinada hoje por Lula e que trata da facilitação de crédito e renegociação de dívidas de pequenos negócios.

A política do Pé-de-Meia prevê o pagamento de incentivos anuais de R$ 3 mil por beneficiário, chegando a até R$ 9,2 mil nos três anos do ensino médio, com o adicional de R$ 200 pela participação no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) na última série. Por meio do incentivo à permanência escolar, o governo federal quer reduzir a desigualdade social entre os jovens do ensino médio, além de promover mais inclusão social pela educação, estimulando a mobilidade social.

Nenhum estudante precisa se cadastrar para receber o Pé-de-Meia, basta estar regularmente matriculado no ensino médio das redes públicas, ter/ entre/14 e 24/anos/e ser integrante de famílias inscritas no CadÚnico. O valor será depositado em contas digitais abertas automaticamente pela/Caixa/ Econômica Federal, nos nomes dos próprios estudantes.

Por meio do aplicativo gratuito Jornada do Estudante, os alunos do ensino médio matriculados na rede pública podem saber se foram contemplados e ter mais informações sobre o programa. Os estudantes com dúvidas sobre o Pé-de-Meia podem acessar uma seção de Perguntas Frequentes sobre o programa no portal do MEC. Outros canais são o Fale Conosco do MEC (telefone 0800 616161) e o portal de atendimento, por meio da opção 7.

Durante o evento desta segunda-feira, Lula propôs ainda a criação de um canal de reclamações do governo federal. “A gente deveria criar uma espécie de um 190, de um 180, um telefone para que as pessoas pudessem telefonar e se queixar se as coisas não estão acontecendo. Porque muitas vezes as pessoas não têm a receptividade que elas imaginavam que iriam ter no acesso a programas e não têm para quem reclamar”, disse o presidente.

“Então, ao invés de ficar xingando a gente, é importante que a gente tenha pelo menos um ouvidor para que as pessoas possam se queixar. Preciso que tenha um lugar para o povo colocar para fora as suas angústias”, acrescentou. (Agência Brasil)

Ministra mantém indenização de Deltan a Lula por caso de powerpoint

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou na segunda-feira (22) recurso para suspender a decisão que condenou o ex-procurador da Operação Lava Jato Deltan Dallagnol a indenizar em R$ 75 mil o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo “caso do *powerpoint*”.

A ministra rejeitou o recurso por motivos processuais. No entendimento de Cármen Lúcia, não cabe o recurso extraordinário para reverter a condenação do ex-procurador.

Em 2016, então chefe da força-tarefa da Lava Jato, Dallagnol fez uma apresentação de *powerpoint* para acusar Lula, que era investigado pela operação, de chefiar uma organização criminosa. Posteriormente, os processos foram anulados após o STF considerar o ex-juiz Sergio Moro parcial na condução da investigação.

Em março de 2022, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) condenou Deltan Dallagnol ao pagamento de R$ 75 mil em danos morais a Lula.

Na ocasião, Cristiano Zanin, ex-advogado de Lula e atual ministro do STF, questionou a conduta funcional de Dallagnol. Segundo ele, o ex-procurador e outros integrantes da Lava Jato usaram a apresentação de *powerpoint* para acusar o ex-presidente de atuar como “comandante e maestro de uma organização criminosa”.

Para o STJ, o ex-procurador usou termos desabonadores e linguagem não técnica em relação ao então ex-presidente. (Agência Brasil)

Não houve invasão externa em sistema do Tesouro, diz Haddad

Não houve ataque externo na invasão ao Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), do Tesouro Nacional, disse na segunda-feira (22) o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Segundo ele, alguém usou o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e a senha do Portal Gov.br de gestores de despesas para entrar no sistema e supostamente desviar recursos federais.

“Não foi um hacker que quebrou a segurança do Siafi, não foi isso. Foi um problema de autenticação. É isso que a Polícia Federal está apurando e está rastreando para chegar aos responsáveis”, declarou o ministro antes de sair para reunião no Palácio do Planalto. “O sistema está preservado. Foi uma questão de autenticação. É alguém que tinha acesso.”

O ministro disse não saber sobre valores supostamente desviados e disse ter recebido a informação assim que a imprensa começou a divulgar o caso. “Não tenho informação sobre valores. Isso estava sendo mantido em sigilo inclusive dos ministros. Estava entre o Tesouro Nacional e acho que a Polícia Federal. Eu soube no mesmo momento em que vocês”, disse, reiterando que não houve ataque externo de hackers ao sistema.

Divulgada inicialmente pelo jornal Folha de S.Paulo, a invasão do Siafi ocorreu neste mês. Os criminosos supostamente conseguiram emitir ordens bancárias e desviar dinheiro público usando o login de terceiros no Portal Gov.br.

O caso está sendo investigado pela Polícia Federal. No fim desta tarde, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) informou ter entrado na investigação e estar acompanhando o caso “em colaboração com as autoridades competentes”. (Agência Brasil)